

ATA DA 42ª PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CEAS MG

Aos 14 de Dezembro de 2023, às nove horas, na plenária da Casa de Direitos Humanos – MG, realizou-se a ducentésima nonagésima Plenária Ordinária do CEAS, coordenada pela Presidente Arlete Alves de Almeida, onde estavam presentes os seguintes Conselheiros Titulares: - **Gabriela de Almeida Loiola** – CMAS de Salinas; **Arlete Alves de Almeida** _ O Movimento do Graal no Brasil; **Grazielle Vieira Cachapuz Machado** – CRP; **Elder Carlos Gabrich Junior** – SEDESE ; **Silvestre Dias** – SEF ; **Isac dos Santos Lopes** – ASQUIS; **Kariny de Amorim Silva** – Bem Estar do Menor; **Lucas Estevão Ribeiro da Silva** _ Conselho Central de Curvelo _ São Vicente de Paula; **Marilene Faustino Pereira** – FETAEMG; **Simone Maria da Penha de Oliveira** – CMAS BH; **Solimar Assis** SEPLAG e conselheiros suplentes: **Carla Valéria Soares Vita** – Federação das Associações Sem Fins econômicos de Minas Gerais; **Maria Aparecida Bayão** - Fórum Municipal dos Usuários do SUAS/BH ; **Thomás Pereira Sá de Carvalho** – SEPLAG; **Iara da Costa Nogueira Reis** - Congregação São João Batista – CSJB ; **Michelle Andrade Henriques** – SEE; **Rodrigo dos Santos França** – ASSPROM; condições de titularidade; **Gabriele Sabrina** – SEDESE; **Claudia Cristina da Silva** – CMAS Uberaba . Membros da Secretaria Executiva: Adelmira, Adriane, Ana Carolina, e Poliana. Para conferir a presença das pessoas.

PRESIDENTE: Bom dia. Nós vamos iniciar os nossos trabalhos, e a Mirian vai fazer a chamada, para ver se nós temos quórum, para a gente poder dar início aos nossos trabalhos. Obrigada, Mirian, por favor. **CONSELHEIRA ADELMIRA:** Adelmira, Secretaria Executiva do CEAS. Bom dia, Conselheiros e Conselheiras. Vou fazer a chamada da 42ª Plenária Extraordinária do CEAS, de 14/12/2023. Pelo Movimento Grau do Brasil, Arlete Alves da Silva. **CONSELHEIRA ARLETE:** Presente. **CONSELHEIRA ADELMIRA:** Pelo CMAS Salinas, Gabriela Loyola. **CONSELHEIRA GABRIELA:** Presente. **CONSELHEIRA ADELMIRA:** Pelo CRP, Grazielle Vieira Cachapuz. **CONSELHEIRA GRAZIELLE:** Presente. **CONSELHEIRA ADELMIRA:** Pela [...], Isaac dos Santos Lopes. **CONSELHEIRA NÃO IDENTIFICADA:** Ainda está ausente. **CONSELHEIRA ADELMIRA:** Pelo Bem-estar do Menor, Karine de Amorim Silva. **CONSELHEIRA KARINE:** Presente. **CONSELHEIRA ADELMIRA:** Pelo Conselho Central de Curvelo, São Vicente de Paula, Lucas Estevão Ribeiro. **CONSELHEIRO LUCAS:** Presente. **CONSELHEIRA ADELMIRA:** Pelo CRES, Leandro Carvalho Silva. **CONSELHEIRA NÃO IDENTIFICADA:** Ele justificou a ausência. **CONSELHEIRA**

ADELMIRA: Pela Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais, Patrícia Pinto Valadares. Justificou, hoje, a ausência? Pela Fetaeng, Marilene Faustino Pereira.

CONSELHEIRA MARILENE: Presente. **CONSELHEIRA ADELMIRA:** Pelo CMAS de Belo Horizonte, Simone Maria da Penha de Oliveira. **CONSELHEIRA SIMONE:** Presente. **CONSELHEIRA ADELMIRA:** Pela Sedese, Hélder Carlos [...].

CONSELHEIRO HELDER: Presente. **CONSELHEIRA ADELMIRA:** Pela Ceapa. A Ceapa, a cadeira está vaga. Pela Secretaria Estadual de Educação, Cleusa Maria de Oliveira. Ausente. Pela Sedese, Gabriela Sabrina. **CONSELHEIRA GABRIELA:** Presente. **CONSELHEIRA ADELMIRA:** Pelo CMAS de Coronel Fabriciano, a Érica justificou. Pelo CMAS de Caeté, Úrsula Cristina Ângelo. Ausente. Cogemas, Georgiane Suelen de Souza. Ausente. Justificou? A Lígia Camargos da Silva, ela está de licença-maternidade. Pela Secretaria Estadual da Fazenda, Silvestre Dias.

CONSELHEIRO SILVESTRE: Presente. **CONSELHEIRA ADELMIRA:** Pela Seplag, Solimar Assis. **CONSELHEIRA SOLIMAR:** Presente. **CONSELHEIRA ADELMIRA:** Desculpe, Solimar. Pela Federação das Associações Sem Fins Econômicos de Minas, Carla Valério Soares. **CONSELHEIRA CARLA:** Presente. **CONSELHEIRA ADELMIRA:** Pela CMAS de Conselheiro Lafaiete, Marilene dos Santos de Souza. Está ausente. Pelo Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS, o FetSUAS, Felipe Nunes Vieira. Justificou. Pelo Fórum Municipal de Lutas Pelos Direitos de Usuários dos SUAS, Wellington Donizete Marques de Lima. Justificou também, está ausente. Pela Assprom, Rodrigo dos Santos França. **CONSELHEIRO RODRIGO:** Presente.

CONSELHEIRA ADELMIRA: Pela Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistenciais Sudeste Brasileira, ADRA, Cinara Lucena. Ausente. Ela justificou. [...], Sandra Regina Ferreira Barbosa. Está ausente? Pela Congregação São João Batista, Iara da Costa Nogueira Reis. **CONSELHEIRA IARA:** Presente. **CONSELHEIRA ADELMIRA:** Pelo Fórum Municipal de Usuários de SUAS de Belo Horizonte, Maria Aparecida Baião. Não chegou ainda. Sandra Regina Ferreira Barbosa, [...], presente. Maria Aparecida Baião está ausente, por enquanto. Pelas Sedese, Itamar Belgaço de Carvalho. Presente. Pela CEAPA, Ana Carla Ribeiro da Silva. Justificou. Pela Secretaria Estadual de Educação, Michelle Andrade Ricks. Ainda não chegou. Pela Sedese, Mariana Rezende Franco. Presente. Pelo CMAS Barbacena, Daniel Martins de Melo Neto. Ausente. Pelo CMAS de Uberaba, Cláudia Cristina da Silva. **CONSELHEIRA CLÁUDIA:** Presente. **CONSELHEIRA BAIÃO:** Pelo Cogemas, Wellington Duarte Ribeiro. Justificou, está ausente. Pela Secretaria

Estadual de Saúde, Cristiane Aguiar Vieira. Justificou. Pela Secretaria Estadual da Fazenda, Vinícius de Queiroz Castanheira. Está de férias, não é? Está ausente. Pela Seplag, Tomás Pereira de Sá Carvalho. Justificou hoje. Então, nós temos.

PRESIDENTE: Gente, nós vamos suspender, por alguns minutos, os trabalhos da mesa, porque eu estou convidando as secretarias executivas, junto com a mesa diretora, para a gente ter uma conversa. Ok? Ah, tá. E, lembrando, que a Deputada Bella Gonçalves e a assessora estarão aqui, às 11h30. Gente, vamos primeiro, pedir desculpas, porque a gente tem a Sedese, 15, e eu só lembro que, às vezes, a sociedade civil fala: “É 15”, e o Helder puxa a orelha: “Você falou 15, e já é 20”. Então, é assim que acontece. Mas, de todo modo, foi uma conversa, que eu acho que ajudou para entender alguns ruídos, algumas formas como as coisas são ditas e como elas são replicadas aqui, principalmente quando as pessoas que são citadas não estão presentes. E isso foi muito bom, porque a gente recuperou alguns momentos que foram difíceis aqui e, considerando que não é representação de sociedade civil nem Governo, a gente falou de CEAS. E agradecer. Eu sei que é ruim ficar esperando, mas a gente conseguiu avançar muito com alguns diálogos. A gente, agora, retoma nossos trabalhos do dia. Continuamos com o número de pessoas titulares?

CONSELHEIRO HELDER: Helder, Sedese. Ontem, a gente comentou de acrescentar, hoje, uma pauta sobre a capacitação dos novos conselheiros. A ideia era definir a data, os assuntos que serão tratados e quem vai ministrar. Eu até estava conversando com o Lucas, que ele não estava ontem, eu estava o atualizando disso, com a dona Arlete que, talvez, a gente colocar essa pauta como primeira, porque, depois, talvez vá acabar mais ou menos na hora que a Bela chega e, depois, o Regimento Interno. O que vocês acham? Porque se entrar no Regimento Interno, gente, é uma pauta muito maior.

CONSELHEIRO LUCAS: Só uma questão de ordem. Antes da discussão da pauta, a gente tem que ler a pauta, seguir o rito do artigo oitavo. Nós só demos a abertura, a dona Arlete suspendeu. Agora, a gente precisa ler a pauta para, depois, abrir a discussão da pauta. Pauta do dia 14/12. Às 09h, abertura; 09h10, segunda chamada. Na verdade, às 09h15 foi a segunda chamada, por força regimental. Menção dos participantes às 09h15, também. 09h20, informes; 09h35, Regimento Interno. Depois tem o almoço, às 12h; depois, continuidade do Regimento Interno, encerrando às 17h.

CONSELHEIRA GRAZIELLE: Bom dia todas e a todos. Grazielle, CRP. Eu vou pedir a compreensão. Eu já havia solicitado esse pedido na Plenária passada. Vou retomar esse pedido, a

compreensão, que na nossa compreensão, não só a minha, mas os conselheiros que vão tomar posse, fica muito inviável a discussão do Regimento Interno que vai ser tratado só na próxima gestão. Então, eu vou pedir a compreensão das pessoas, porque eu vou retomar o que eu disse da outra vez: a gente vê pontos muito complicados nesse novo Regimento e, provavelmente, o próximo pleito vai trazer essa questão do novo Regimento. Então, nós vamos nos debruçar por um Regimento, que esse pleito não vai atuar sobre ele, e ele vai voltar a ser discutido no próximo pleito. Então, eu vou solicitar a compreensão e a retirada desse ponto de pauta, e corroboro com o Helder, que é importante a gente avaliar não só a capacitação, mas a Gabrielle, da Sedese, estava em uma preocupação de como vai acontecer a reunião amanhã. Então, acho que ela estava fazendo um teste, não sei se o teste foi identificado, mas só para a gente também poder avaliar isso na reunião de amanhã. Só uma questão. Eu estou trazendo isso como dos outros conselheiros que vão tomar posse também, que já disseram do incômodo que é atuar em um Regimento que que foi votado na última Plenária deste pleito.

CONSELHEIRO LUCAS: Estou de acordo com o pedido de inclusão de pauta do Helder, e corroborado pela Grazi. Especificamente, sobre o Regimento Interno, eu fico com o seguinte receio: é uma matéria que nós já estamos com ela sendo maturada há dois anos só neste mandato, que logo quando nós entramos, todos os conselheiros tiveram ciência da necessidade da verificação e da discussão deste Regimento Interno, e a minha preocupação está na seguinte perspectiva. A construção deste Regimento Interno veio de mandatos anteriores, e dos que construíram esse Regimento Interno, do mandato anterior para cá, sobrou eu, que não vou estar no próximo mandato. Então, não vai ter como justificar os motivos que levaram para a construção do Regimento Interno, que vai ser discutido pelos novos conselheiros. Ou seja, não vai ter base nem mesmo para questionamentos, a motivação para os questionamentos e uma ampla discussão da minuta do texto que já está sendo consolidado. E lembrando que nós já temos uma parte dele aprovada. Como ficaria essa situação? Porque esse mandato já apreciou o capítulo 1 do texto. A gente já estava avançando para o capítulo 2. Nós temos, e é só importante lembrar: nós temos um dispositivo do Decreto 48.322, que determinava que este Conselho iria fazer a atualização do seu Regimento Interno dentro do prazo de 120 dias. Nós não cumrimos com esse prazo. E mais do que isso. Além de não cumprir, nós estamos nos empurrando para um novo mandato do Conselho. Ou

seja, o Conselho, dentro de quatro anos, que já deveria ter atualizado seu Regimento Interno, está sendo omissivo em dar continuidade nessa tratativa.

CONSELHEIRO ISAAC: Isaac, [...]. Agradecer as falas de todos. Acho que foram pontos bacanas. E, Lucas, com relação a essa solicitação, é uma solicitação, na verdade, do próximo pleito do Conselho. Eu não vejo como emissão deste Conselho em fazer a discussão no sentido de que já a iniciamos. E eu acho interessante e importante dar oportunidade para que os novos conselheiros, que querem discutir, façam essa discussão. E vejo uma possibilidade de, inclusive, você participar da discussão na Plenária quando o CEAS for discutir. Por isso a Plenária é aberta, e acho que você teve um papel muito importante na construção, e tem contribuições muito importantes para fazer, inclusive na discussão do processo. E acho que o CEAS até poderia te convidar para participar, se houver disponibilidade, se tiver interesse também. Acho que é importante, visto que o novo pleito do Conselho já solicitou que essa discussão fique para que eles possam participar dessa atividade.

CONSELHEIRA IARA: Iara, Congregação de São João Batista. Então, gente. Em relação a essa questão de deixar para o outro porque novos conselheiros vão assumir, eu não vejo muito sentido, sinceramente falando com vocês, porque o trabalho do CEAS é ferido, é contínuo, e isso vai acontecer a todo o tempo. Então, eu não vejo muito sentido, até porque, várias outras questões que a gente está fazendo diálogo aqui, ficarão para novos conselheiros, para novos e para outros. Eu, Iara, não vejo muito sentido. Agora, eu fiquei pensando em duas coisas. Uma delas é o Regimento. Eu penso que é uma pauta muito densa, de algo que vai regulamentar um trabalho a nível de Estado. Isso é muito sério. Então, eu fiquei pensando se a gente não deveria, e talvez eu tenha sido falha em omitir em outro tempo, oportuno, uma metodologia que nos ajudasse a fazer essa construção que não fosse esse modelo de Plenária. Algo que nos trouxesse para um trabalho de discussão de grupo, de diálogo, de análise de todo o contexto, para que, de fato, a gente conseguisse aprovar algo com contribuições, com tempo adequado para fazer essa construção. Isso, sim eu fico um pouco de receio, e talvez sugerir outra metodologia. Eu gosto da fala do Isaac, quando ele traz você nesse lugar, que você já participou desse período, dessa construção, de contribuir caso continue. Então, são esses dois pontos. E o terceiro, para finalizar, que eu fiquei pensando, é se nós não trabalharmos, hoje, a pauta do Regimento, porque a mesma diretora, nós temos representantes. Eu não sei se eu fico muito receosa, e saio desse CEAS com o

sentimento ruim. No sentido de que nós temos uma representação, que é a mesa diretora, e como nós conseguimos fazer o diálogo com essa mesa para que a gente valide o trabalho que eles são realizados. Gente, é muito trabalho, é trabalhoso demais. Eu já estive neste lugar. A gente tem tanto trabalho. E a gente chega e reconstrói. E onde nós falamos no diálogo, para a gente poder fazer essa construção mais coesa, junto com a mesa diretora. Que a mesa diretora traz [...] como pauta, e na sua pauta, nós vamos trabalhar o quê? Eu deveria estar fazendo várias outras coisas, e eu estou aqui. Então, nós não vamos trabalhar aquilo que está na pauta, que a mesa diretora nos trouxe, que é o Regimento, para a gente fazer o quê? Então, eu acho que são questões que precisam ser alinhadas. Eu espero que os outros conselheiros que venham, e quem está, e que vai conseguir essa gestão, tenha um aprendizado do que não foi metodológico, didático, para poder conseguir fazer essa construção melhor no próximo. Foi um ato que, de fato, deixa muito a desejar, o meu sentimento é ruim. Eu saí desse Conselho com esse sentimento ruim, inclusive, eu me posicionei, na minha instituição, em relação a isso. E eu fiquei pensando nesses pontos. Então, só recapitulando. Se seria possível a gente fazer uma construção de uma metodologia mais construtiva para esse o Regimento. Reafirmo que eu entendo que o Conselho é fluido, que ele tem atividades contínuas o tempo todo. E fecho, trazendo esse ponto que eu falei com vocês, que eu entendo que é importante. Então, o que seria, o que é que nós vamos trabalhar hoje, não sendo rendimento? E eu trago isso, e gostaria de receber uma resposta da mesa diretora, por favor. **PRESIDENTE:** Mariana. E, logo em seguida, eu estou inscrita. **CONSELHEIRA MARIANA:** Mariana, Sedese. Então, pessoal. Eu acho que todos esses pontos que foram colocados aqui, eles são importantes, e eu vou no sentido de tentar achar um consenso. Concordo que o Regimento é um documento denso, e o fato de a gente também ter ficado um tempo sem discuti-lo, fazer a discussão picada, acho que prejudica. Falando por mim. Eu, hoje, cheguei aqui e perguntei para as meninas da Secretaria Executiva: qual foi o último texto discutido para colocar no grupo, para a gente discutir hoje? De onde partiríamos? Será que conseguiríamos fechar tudo hoje, considerando que o documento é extenso, denso, tem pontos controversos, então a gente tem que ter votação de vários pontos. Então, no sentido de que é importante, passarmos muito tempo sem conseguir discutir e concluir a discussão, e eu acho que isso prejudica o trabalho. Acho que essa questão de os novos Conselhos também questionarem. Eu entendo

por que os novos conselheiros estarem incomodados de isso ser discutido na última reunião, e já ser colocado para eles a partir de janeiro, no caso, se a gente conseguisse aprovar tudo. E vou no sentido de que a Lara está colocando. Talvez na nossa metodologia, a gente teve uma reunião muito boa, que a gente teve uma reunião presencial aqui, acho que no início do ano, que a gente conseguiu esgotar o assunto. Só que, depois, a discussão ficou picada. Então, minha proposta seria: a gente pensar na metodologia que poderíamos propor uma reunião ou de todas as comissões ou uma reunião só para esse tema, em janeiro, junto com a reunião de capacitação. Acho que a gente tem que pensar que é a proposta de capacitação para janeiro. Então, já caminhando para a sugestão, minha sugestão de encaminhamento. Que em janeiro, a gente tenha reunião presencial, sendo um dia para a discussão da proposta do Regimento. A proposta que esse Conselho construiu, principalmente com o Lucas. Que o Lucas também participe dessa reunião em janeiro, e quais outros conselheiros que também estão hoje, que possam ser convidados, para contribuir com essa reunião, junto com a reunião de capacitação, que tem que acontecer em janeiro. E, na sequência, eleição da mesa diretora, porque a gente vai ficar com isso pendente para o novo Conselho que está tomando posse. Então, recapitulando minhas propostas de encaminhamento. Que a gente discute, hoje, uma proposta de metodologia, de fazer essa discussão do Regimento, em janeiro, também a proposta de capacitação. **CONSELHEIRA KARINE:** Karine, Bem-Estar do Menor. Eu entendo as palavras da Conselheira Mariana, mas eu vou de encontro ao que nós já fizemos em 2022/23. Se não me falhe a memória, a gente teve um grupo de trabalho para a construção deste Regimento Interno. Fizemos oficinas, nós tivemos uma excelente discussão no início do ano, que aprovamos o primeiro capítulo do Regimento Interno. Eu não entendo quais são os pontos dúbios do Regimento Interno que não foram esclarecidos. Eu fiz a minha leitura, eu tenho meu entendimento particularizado, e eu gostaria de saber dos conselheiros presentes quais são os pontos de discordância, de dúvida, porque ainda não estou entendendo a dificuldade de nós não avançarmos nessa matéria. A princípio, considerando o histórico de construção do Regimento Interno, eu ia pedir para a Plenária manter como ponto de pauta. Mas antes de a gente dizer “Vamos tirar ou não”, eu preciso entender quais são as dificuldades desses conselheiros na leitura do Regimento Interno, que não tem nada, no meu ponto de vista, ele está para colaborar com a atividade administrativa e organizacional das comissões e

Secretária Executiva, e do próprio prêmio do Conselho Estadual. Não tenho coisas extraordinárias nele, na minha avaliação. Então, gostaria que alguém respondesse isso, porque, realmente, estou confusa, porque nós não somos nisso hoje.

PRESIDENTE: Arlete, Grau Brasil. Eu concordo quando Mariana traz o tempo que a gente já teve inúmeras discussões. A gente já falou sobre isso, mas considerando tudo que nós vivemos, é claro que a gente precisa ler de novo, a gente precisa se inteirar de novo. Nós precisamos rememorar, e isso não é ruim. É assim que a vida funciona. A gente vive da história que a gente constrói. No hoje, no agora, a gente retoma nesta história, porque, senão, a gente não consegue fazer cenas para o futuro. É assim que a vida funciona, e quando a gente não funciona assim, a gente corre o risco de tomar decisões, que daqui a pouco, a gente fala: “Puxa, olha só. Foi assim? Foi. A gente estava lá, a gente ajudou a construir”. Eu estou dizendo isso para dizer que eu com o coração muito aberto com essa proposta da Mariana. Mas quero responder também ao que Lara falou, a mesa me responde. Lara, todos e todas. Eu estou trazendo aqui, até cochichei com o Lucas: discutir o Regimento, não quer dizer que ele tem que ser aprovado hoje. Se nós temos uma pauta para discutir esse Regimento hoje, e agora nós estamos organizando esse tempo para definir os nossos passos do resto do dia e amanhã, nós temos a tarde para discutir o Regimento. Porque, de fato, tem pontos que a gente precisa adentrar com mais clareza neles, porque nós estamos, como diz, parece que foi a própria Lara, construindo um documento que vai reger os passos não só dos CEAS, é de todas as decisões que forem tomadas a partir desse CEAS, que ninguém está aqui por si só. Quem está aqui está em representações. E o que se discute aqui, e a gente entende e confia que isso é discutido com os grupos com os quais a gente está aqui, fazendo representação. Então, é disso que eu estou falando. Então, nós não precisamos tirar o Regimento de pauta, mas nós podemos contribuir com eles. Isso não quer dizer que essa discussão vai se esgotar hoje, porque alguns conselheiros não estarão aqui, mas o CEAS continua. Que seja a sociedade civil, que seja Governo, o CEAS vai continuar. E mesmo não estando aqui, nós vamos continuar lutando pela permanência, com qualidade, desse espaço de decisão, como nós acabamos de votar lá em Brasília, propostas que saíram aqui de Minas, e isso me alegrava muito o coração. Quando eu vi, eu falava: “Gente, continua alinhado com aquilo que é bom para a política do SUAS no Brasil”. Então, na minha opinião, não precisamos tirar de pauta, mas isso não está querendo dizer que, ao discutir, ele

tem que ser votado hoje. **CONSELHEIRA IARA:** Iara, Congregação de São João Batista. Quero te agradecer, viu, Arlete. Você respondeu as questões que eu coloquei para a mesa diretora, enquanto nossa Presidenta. Eu fiquei pensando, então, se a gente seguir com o ponto, porque a minha questão foi essa. Então, mesa diretora, ciente que se o ponto de Regimento não entrasse em pauta, o que nós íamos trabalhar hoje? Então, você deu uma sinalização, que você, enquanto Presidenta, e o que você conversou com seus pares, que estão mais próximos da mesa, é dar continuidade e a gente fazer a leitura do trabalho do Regimento, até onde for possível. Esse eu entendi que foi o retorno. Eu só queria perguntar para os demais conselheiros, porque eu já estou satisfeita com a resposta, se tem algum outro ponto de pauta, para poder colocar em relação à retirada do Regimento, para quê? Não é para entrar em uma discussão, não, gente. Eu acho que nós estamos até, inclusive, tratando disso com muita maturidade. É para a gente poder entender se a gente segue com o Regimento, aí eu solicito à mesa diretora que coloque em pauta se a gente segue com o Regimento ou se a gente acolhe outra proposta que tiver, que não for trabalhar o Regimento. Pode seguir assim, Arlete? **PRESIDENTE:** Vamos ouvir Grazi, e a gente conversa. Ah, Simone. Depois da Grazi. Você pediu antes, Simone? **CONSELHEIRA GRAZIELLE:** Grazielle, CRP. Eu gostaria, independente se tirar ou não o Regimento, eu só gostaria que a gente incluísse um ponto de pauta também, que é a avaliação deste Conselho sobre esses dois anos. Na última reunião da Plenária, eu solicitei à Secretaria Executiva que fizesse um relatório do que foi feito, como a gente caminhou e as pendências que a gente tem. Não sei se a gente conseguiu avançar nesse documento, mas eu acho fundamental que a gente possa fazer uma avaliação; nós, conselheiros, possamos fazer uma avaliação da nossa atuação, para a gente deixar como produto para novo Conselho. Até mesmo do que a gente identifica de situações que precisam ser trabalhadas. Eu acho que é fundamental a gente fazer esse produto. **CONSELHEIRO HELDER:** Gente, só é uma questão de ordem. Já tinha sido consenso que o primeiro é a capacitação, não é? Só para colocar ali, na pauta. Só definir como será a capacitação dos novos conselheiros. Esse é outro ponto que a Gabi pediu. Só para colocar na pauta, de uma vez, que entendi que isso já é consenso. Só isso. **CONSELHEIRA SIMONE:** Simone, CMAS BH. Eu fiquei aqui pensando, e falei: “Ah, eu não vou falar”, mas eu acho que vou aproveitar o espaço para dizer algumas coisas. Eu fui eleita, assim como Grazielle, assim como Isaac. Vou citar os dois,

porque são os únicos dois que estarão comigo no próximo mandato. E eu queria pedir diretamente para os meus dois companheiros que a gente pudesse, a partir de hoje, ter a maturidade. A maturidade de começar a compreender que aqui não é espaço de exclusão. Eu não estou aqui para ser amiga de ninguém. Fiquei dois anos falando isso, mas eu quero ser respeitada como Conselheira. É direito meu. Não precisam compactuar comigo, mas me respeitar quando eu passo daquela porta para dentro, eu acho que tem que acontecer. Porque quando Grazielle diz que os conselheiros, os novos conselheiros, eu sou nova Conselheira, assim como dizem vocês dois. Então, as informações só chegam picadas para mim. A Sandra também, não é, Sandra? Então, qual é o diálogo que está com a gente? Então, eu vou começar. Vamos lá, Grazielle. Você teve o seu direito de falar, você falou, e eu gostaria que você me respeitasse no momento da minha fala. Depois, você pede a fala. Então, o que eu quero dizer é: as coisas estão acontecendo de uma forma muito bagunçada. Ontem, chegaram aqui e a Lara teve que me chamar para subir, porque a Grazielle decidiu que todo mundo ia se reunir. Eu não faço parte desse Conselho? Que horas eu faço parte desse Conselho? E a gente tem um grupo, de sociedade civil, que a informação não chega. E eu sempre pego o microfone e faço a mesma crítica. Se vocês estão falando em outro grupo, poxa, coloca para a gente lá que a informação é X. Agora, não sou obrigada a sair daqui igual a um cachorrinho, chegar lá e ficar. E se chega aqui, e às vezes eu não compactuo com os votos, “ah, é Governo”, “ah, porque não está do nosso lado”. Espera aí, qual é o diálogo que está faltando? Eu tenho quebrado as barreiras. Quem anda comigo sabe que eu tenho quebrado as barreiras. Mas é uma mão dupla. Assim como eu tenho cedido, tem que ceder para mim também. Então, vamos deixar o nosso pessoal lá fora, não precisa de ninguém gostar de mim, mas me respeitar como nova Conselheira. E, no dia de hoje, ainda sou uma Conselheira. Escutar piadinha de trabalhador, dizendo: “Ah, mas se o CEAS aprovou para uma Conselheira continuar aqui. Uma Conselheira que não é Conselheira. Deixa eu te falar: eu não estou roubando o lugar de ninguém aqui, não. Isso foi debatido lá no CMAS, e eu não estou aqui, no lugar errado. Mas eu escutei isso de trabalhador, que pegou o microfone e falou isso por duas vezes. E eu estou com esse incômodo. Se foi pautado, você sabe por que eu ainda estou aqui. Foi dito. Eu estou aqui, e não estou roubando o lugar de ninguém. O Conselho Municipal sabe quem eu sou aqui, representado. Eu não estou aqui, escondida. E isso tem me dado esses gatilhos de

raiva, porque eu sempre escuto essa piadinha. Por que não prorrogar o mandato, se prorrogou a Conselheira que não é Conselheira, mas está nessa cadeira? Então, me respeite como ser humano. Eu também sou uma nova Conselheira. Eu também quero participar da contribuição. Independente da oposição a vocês, da forma que vocês querem fazer, me respeitem. Então, a gente vai precisar de avançar daqui para a frente, a gente vai precisar de ter um respeito com os novos conselheiros. Gente, a gente vai começar a entender. Simone, eu não gosto, não quero ter a proximidade com a Simone como pessoa, mas como Conselheira, eu vou precisar de ter esse diálogo. Porque é ruim, e eu não vou ser massacrada em olhar. Não vai adiantar fixar o olho em mim e achar que vai me induzir. Foi o tempo que eu era escrava, foi o tempo que eu era indisciplinada. Hoje, eu tenho atitude. Hoje, eu tenho empoderamento, e hoje eu sou uma mulher que eu quero ser respeitada. Então, responda-se pelos conselheiros, e cite até o nome deles, porque eu não faço parte dessa compactuação. **CONSELHEIRA MARIANA:** É que eu conversei com a Roberta, que foi até consultar rapidamente a Gabrielle e o Hélder. Tem um ponto de pauta, que iria ficar para janeiro, que a Roberta estava falando aqui, que a gente consegue apresentar hoje à tarde. Se essa Plenária concordar, é uma questão muito simples, mas que é importante, que é uma correção no demonstrativo do SUAS Web, de 2021, que o Governo Federal solicitou uma adequação da Sedese, porque o demonstrativo de 2022 está aberto. E a Sedese está fazendo o de 2022, e tem essa adequação de 2021. A Roberta falou que ela pode apresentar isso à tarde, que é uma questão simples. Se esse Conselho concordar e incluir isso como ponto de pauta, ela vai formalizar por meio de ofício, a gente encaminha agora e eu peço, então, a inclusão desse ponto de pauta para a parte da tarde. Se a Plenária concordar, é mais um ponto de pauta que a gente estaria antecipando de janeiro para cá. Ok? **PRESIDENTE:** Então, nós já temos uma proposta. Eu já estou inscrita, depois tem o Isaac. Às vezes, eu acho que a gente precisa avançar no sentido de quando a gente vai dizer. E não é só porque as nossas falas são gravadas, não. Hoje, pela manhã, eu estava ouvindo e assistindo uma palestra. Vou chamar de palestra, que a pessoa falava assim: “Eu tenho muito cuidado com o que eu falo, minhas palavras nas redes sociais”. A outra pessoa disse assim: “Não. Você tem que ter cuidado com suas palavras, independente de redes sociais”, porque quando você está dizendo isso, você disse as palavras, depois que você fala, você não segura mais. Então, eu acho que é o nosso processo. E eu, ainda há pouco, eu

dizia para as pessoas, porque discuti muito nessa conversa nossa o que sai, como as pessoas são tratadas, e eu disse assim: “Vocês já perceberam?”, e eu estou perguntando aqui, eu não sou muito de ficar falando coisas nos grupos, porque, às vezes, a minha vontade não pode ser aquilo que eu vou externar, que às vezes possa ofender alguém. Então, eu acabo internalizando aquilo, trabalho isso com outras metodologias, para que a gente não se coloque nesse lugar institucional, colocando as nossas falas de tal forma que possa ofender não só as pessoas que são conselheiros e conselheiras, mas até convidados, pessoas que estão aqui. A própria Secretaria. E não é a primeira vez que a Simone coloca isso, que ela não vai compactuar. Então, nós não estamos aqui para fazer pactos; nós estamos aqui para discutir, aprovar ou não, propor políticas públicas para a política da assistência social, que é a razão de estarmos aqui. Outra questão que eu quero colocar aqui. Nós não precisamos gostar de ninguém, mesmo, e nem as pessoas precisam gostar da gente. Mas nós temos que ter direcionamento nos nossos trabalhos, e nós precisamos, todo dia, lembrar o porquê de estarmos aqui. E que nós, eu acabei de dizer isso, nós não estamos aqui só porque a gente gosta de ser conselheiro ou conselheira. Nós estamos aqui fazendo uma representação de pessoas que confiam em nós, e até votaram. Agora, como nós vamos funcionar, é outra história, porque isso aí vai depender muito da nossa história e de tudo que a gente construiu, e o porquê a gente está aqui. Ontem, ninguém aqui, exceto uma pessoa que eu falei em uns três minutos antes, tinha conhecimento que uma sobrinha-neta minha desapareceu há seis anos, e que nós fizemos tudo para encontrá-la. Nós nunca encontramos essa garota. E ontem eu estava muito emocionada quando a gente estava discutindo aquela pauta do [...], porque eu falava: “Poxa vida, não sabia que isso existia”. Se eu soubesse disso, eu teria entrado em contato para tentar encontrar a minha sobrinha, e que nós conseguimos esconder isso da minha irmã, que já estava de cama, e ela morreu sem saber que a neta dela tinha desaparecido. Então, é por isso que eu falo que esse lugar aqui não é lugar de disputa de poder, esse lugar aqui não é para resolver os meus egos, não é para tratar das minhas vaidades. Isso aqui é um lugar onde a gente constrói políticas, propostas, e a gente se vê incluído nela ou não, mas que ela vai ajudar pessoas, que ela vai resolver questões. E mais ainda: aqui não é o lugar de caridade. Outro dia, eu dizia: “Olha, a Simone sempre coloca, acho que é a 11ª ou 12ª facada”. Eu ficaria aqui um dia contando para vocês o que é uma mulher sofrer violência doméstica por 16 anos,

porque eu não estaria falando de ninguém, eu estaria falando de mim. E de todos os lugares que eu busquei apoio e que eu não encontrei. E eu trago as políticas do Governo para esse lugar, porque eu fui encontrar apoio para dar conta de sair desse lugar além de minha família, foi nos grupos dos movimentos populares comunitários, com outras mulheres. Então, é por isso que a gente está ocupando esse lugar, é para tratar dessas políticas. E, por fim, dizer que quando alguém fala, porque esse Conselho conversava isso com Helder, e ele colocou na reunião que a gente teve ainda há pouco. Nós precisamos nomear, não expor, mas se a gente tem uma questão que tem um Conselheiro ou uma Conselheira que está expondo a gente, aqui tem Conselho de Ética. Faça o seu registro e apresente, porque também não é papel nosso expor as pessoas. Não pense que eu também não vejo risinhos, não vejo olhares, e eu quero trazer aqui, também, uma fala do Conselheiro Leandro, que ele disse na nossa Conferência Estadual, que ele dizia assim: “A gente precisa ler sinais, e os sinais não estão só no que está escrito, não. Sinais, a gente percebe com o corpo, com o olhar, com o tipo do sorriso, com a forma como nos é direcionado, e a gente ter a capacidade de perceber”. Mas que a gente também tem que ter o cuidado de que quando a gente abre assim, parece que tudo que a gente faz tem que ser muito policiado, porque você nunca sabe se alguém está olhando e pensando se é com aquela pessoa. Então, é disso que eu estou falando. Também já fui acusada aqui de defender o Governo. Não. Não estou, não. Eu acredito nisso e nisso, e eu votar com meus pares, que é com quem eu discuto a política pública da assistência social, nós que estamos lá na ponta. Mas se vir uma proposta do Governo, que eu entender que ela vai contribuir, ainda que eu não concorde com o modelo, eu vou votar. Mas eu não estou votando porque eu acho que o Governo é bom. Não, não acho. Mas eu voto. Se for uma coisa que for boa para a política. “Nossa, a dona Arlete leva as coisas de um jeito”, eu já ouvi isso aqui, também. Eu falo: “Cada um sabe a dor e a alegria de ser o que é”. E quando eu faço, é porque eu trago, em mim, lutas que não é só aqui no CEAS, não. E eu trago vozes, não só de mulheres, mas de crianças, de adolescentes, de idosos e idosas, das pessoas. Compreendo o papel que o Governo representa, mas eu compreendo mais ainda o papel e a responsabilidade que é da sociedade civil, de estar nesse lugar e defender as pautas que vão fortalecer essa política. Isaac. **CONSELHEIRO ISAAC:** Isaac, [...]. Bom, é só para responder, Simone. Primeiro, obrigado por ter trazido isso. Acho que é tranquilo, e a gente conversa com maturidade. Igual à questão do respeito. Eu

acho que já expus isso em outros momentos no grupo do Conselho. Eu considero que o respeito é uma obrigação nossa com todas as pessoas, não só dessa porta para dentro, mas em todos os espaços. E eu sempre procuro me tornar, respeitando as pessoas, todas as pessoas. Sejam pessoas que eu goste ou não. E acho que não tem uma pessoa que eu não goste na vida. Eu gosto de gostar das pessoas, e isso, eu acho que não é obrigação; eu simplesmente gosto de gostar. E eu nunca tive nenhuma atitude, pelo menos com a intenção de desrespeitar você ou outra pessoa. E mesmo assim, se te desrespeitei em algum momento, eu peço desculpa novamente, e estou sempre disposto a conversar para entender melhor como desrespeitei, como posso retribuir, se for possível, e se for de interesse seu. E especificamente sobre as pautas, sobre esse ponto. Primeiro, sobre a reunião de ontem. A discussão da sociedade civil aconteceu no grupo do Conselho. Houve uma solicitação, vocês viram que a pauta veio sem o tempo de reunião da sociedade civil. Houve a solicitação da Conselheira Graziela. Teve uma discussão lá. A Mariana sugeriu que a reunião, em vez de começar às 13h, começasse às 14h. E que a gente usasse o tempo de uma hora, até às duas, para fazer essa reunião. Bom, havíamos entendido isso quando começamos a reunião, tanto é que o Hélder foi lá e falou: “Embora a Mariana tenha sugerido isso, o Lucas colocou que não, que a mesa diretora não abre mão”. Bom, não discutimos isso, dessemos. Entendeu? Então, no meu entendimento, haviam combinado que a discussão passou no grupo, não no grupo da sociedade civil, mas passou no grupo do Conselho. Esse é um ponto, com relação à reunião de ontem. Agora, com relação a essa discussão do Regimento Interno, e ser um pedido dos novos conselheiros que estão por assumir um mandato amanhã, essa discussão está acontecendo no grupo dos novos conselheiros, e você faz parte do grupo. Então, eu verifiquei no grupo, você está lá no grupo, e teve solicitação de conselheiros, teve a proposta da Mariana. A gente discutiu a proposta lá, assim como a questão da capacitação, da posse, que estava previsto para ser de uma forma ontem, eleição da mesa diretora, que nós começamos a discutir lá no grupo, e que houve a proposta de que isso ficasse para reunião de janeiro. Então, como nem todos os conselheiros que estão nessa mesa aqui, hoje, estão naquele grupo, estarão no próximo mandato, a gente está trazendo uma solicitação do próximo mandato. Agora, não estou dizendo que são todos os conselheiros do próximo mandato que estão querendo, mas acho que é cabível a gente trazer essa solicitação no sentido de que é um grupo que a gente faz parte. E

eu já expus que acho justo que essa discussão e votação fique para um próximo momento, com a participação dos outros conselheiros. Inclusive, já deixei aqui a recomendação, a solicitação que o Lucas participe, que outros conselheiros que estão agora, e que acharam interessante participar da discussão, que participem também. É só pra esclarecer isso, porque você fala da exclusão, e mesmo se você não viu a discussão lá, você está lá no grupo, é nesse grupo que a gente fez essa discussão, está bom? E, novamente, eu me desculpo se te desrespeitei em algum momento, e estou disponível para que a gente converse e se acerte, está bom?

PRESIDENTE: A Simone está inscrita. Eu acho que depois dela, a gente dá continuidade aos encaminhamentos. Tem uma proposta da Mariana, que ela traz, para que a gente possa ver se discute ou se a gente vai, de fato, debruçar sobre o Regimento Interno. Fala, Iara. **CONSELHEIRA IARA:** É só para uma questão de ordem. É porque eu entendo que a gente tem três questões para poder decidir, então. Se a gente avançar com a pauta, considerando o Regimento Interno, ou se a gente deixa o Regimento Interno para outro momento, e a gente trabalhe, hoje, os pontos e demandas, que foi o que a Grazi colocou, mas o ponto que a Mariana colocou. Então, eu acho que depois, finalizando aqui as nossas falas, o que a gente tem que dar de encaminhamento e andamento é isso: se a gente segue com o regimento, ou se a gente segue com as duas pautas que foram solicitadas aqui, em substituição do Regimento. Esse foi o meu entendimento. Se não foi, eu quero esclarecimento. É isso? **PRESIDENTE:** Mas é isso mesmo. A proposta de Mariana casa, eu acredito, que por conta do tempo, que segundo ela, é uma coisa rápida, pode juntar-se com a outra proposta. E também tem a proposta se a gente continua com o Regimento. **CONSELHEIRA SIMONE:** Simone, CMAS BH. Só respondendo ao Isaac. Eu acho que a gente vai avançando, não é, Isaac, até falando de mesmo segmento. São dois usuários, a gente tem que lembrar isso sempre. Faço composição dos dois grupos, e no grupo dos novos conselheiros, eu não vou citar o nome das pessoas, porque eu acho que não precisa, mas você sabe que não são todos conselheiros que estão se manifestando. Então, não é um pedido de todos. Quando foi trago aqui, foi um pedido de todos. Acho que todo mundo está compreendendo bem a fala, não vamos distorcer as falas. Que todos os conselheiros estavam pedindo para o Regimento. E eu estou trazendo aqui, se você quiser também, eu posso fazer a leitura de quem são as pessoas que estão mencionando, que gostariam. E o segundo ponto, que eu só vou responder. Quando

eu trouxe o questionamento de ontem, porque, no grupo, ninguém formalizou que teria reunião. Foi uma sugestão. Ainda bem que você trouxe bem. Sugestão da Mariana, que ninguém acatou. E aconteceu. Então, não foi uma coisa que foi aprovada. Então, eram só essas duas respostas. Obrigada. **PRESIDENTE:** Então, vamos ouvir a Suzane. **CONSELHEIRA MARIANA:** A Suzane está me ajudando. Mariana, Sedese. No encaminhamento, para fechar. Então, a primeira proposta é a gente votar separadamente, votar inclusão do ponto de pauta. É a capacitação, que eu acho que foi a primeira que o Helder colocou. Já está de consenso. O ponto do SUAS Web, também é consenso. A metodologia da reunião de amanhã. Então, eu acho que são três pontos de pauta que estão sendo incluídos. E é consenso, ok? Sobre o Regimento. A Suzane escreveu uma proposta. Vou apresentar junto com ela. Passados esses pontos que são consensos, a gente ainda vai ter tempo, na reunião. A gente inicia a discussão do Regimento Interno. As discussões que a gente conseguir fazer, a gente faz uma súmula. A secretaria executiva faz o registro. A gente não encaminha para a aprovação. Encaminhará apenas essa súmula para o próximo Conselho, que seria através de comissões ou de plenária extraordinária, convidando a participação do Lucas, no caso, e outros conselheiros que quiserem estar nessa reunião. E na próxima reunião, eu digo na reunião do novo Conselho, a ser agendada, isso entraria como uma recomendação desse Conselho, de urgência, de ponto prioritário, para ser deliberado em janeiro. E faria uma apresentação em forma de súmula dos pontos vencidos, e pegaria apenas os pontos ainda não vencidos, que eu digo não discutidos pelo tempo. Deu para entender a proposta? Então, é: com o tempo que a gente ainda vai ter hoje ou amanhã, também a critério dos conselheiros, se quiserem se entenderem, a gente poderia dispensar o presencial amanhã, e ficaria só com a posse virtual, ou na parte da manhã, de manhã, a gente daria continuidade, fazendo o registro em forma de súmula, sem deliberar o todo, porque o próximo Conselho já chega com essa proposta já previamente discutida, e a decisão fica com eles. **CONSELHEIRO HELDER:** Mariana, o pessoal ficou em dúvida sobre a sua proposta. Se puder explicar de novo. **CONSELHEIRA MARIANA:** Vamos lá. Eu estou tentando considerar que parte do Regimento já foi discutido. O texto está tramitando aqui há um ano, então já temos uma questão em andamento. Só que o texto é denso, é complexo, é grande, e essas discussões tendem a se estender para além do hoje, do amanhã, considerando que as nossas discussões sempre rendem bastante. Então, a

proposta é: vencidos aqueles três pontos que já são consenso, a gente ainda vai ter tempo na reunião de hoje, e temos a reunião de amanhã, que já estamos todos convocados e estamos aqui. A gente inicia a discussão do texto do Regimento Interno. A gente pode tentar fazer essa discussão por blocos, igual a gente também já tinha feito. De cada bloco, a gente tira uma súmula, que é um resumo dessa discussão. Essa súmula vai ficar para os novos conselheiros. Eles vão ter acesso à súmula e falar: “Olha, foi discutido esse e esse ponto. Foi consenso, não foi consenso”. A sugestão é essa. O que eu estou dizendo é: a aprovação total do Regimento não seria feita por esse Conselho, mas esse Conselho faria discussão, faria um resumo dessa discussão, e esse Conselho faz uma recomendação de que o Regimento seja pautado em regime de urgência na primeira reunião do Conselho, que seria em janeiro. São recomendações, gente. O que eu estou querendo dizer? O CEAS é uma instituição. Os novos conselheiros, a partir do momento que tiverem empossados, nomeados, que a nova mesa diretora estiver, o poder vai ser deles. Eles podem, inclusive, entender: “Ah, não vamos revogar isso daqui, e vamos fazer tudo de novo?”. É óbvio. A gente está falando de uma instituição que as pessoas que chegarem, elas também vão ter autonomia para resolver sobre o assunto. O que eu estou propondo é uma forma de a gente também ser, vamos dizer, mais eficientes, do ponto de vista do nosso tempo, do ponto de vista da instituição, Conselho, de a gente aproveitar o que já fizemos até hoje. Para não ficar com essa sensação, que eu acho que a Iara trouxe um pouco disso, a gente fica com a sensação de que isso vai se perder ou se perdeu em algum momento. Acho que essa sensação é ruim para a gente, enquanto Conselheiro, e para a instituição Conselho também. Então, é uma forma de a gente também tem de tentar deixar algo para aqueles que virão. É uma proposta, inclusive, que a Suzane ajudou a escrever. **CONSELHEIRA IARA:** Iara, Congregação de São João Batista. A princípio, eu não estava conseguindo compreender a ideia da Mariana, mas na segunda explicação, ficou claro qual é a indicação dela. A única coisa que acho que a gente tem que ter cuidado, e trazer como indicativo, que seja feita uma metodologia, a partir do que já foi construído, para poder amarrar com o que os nossos conselheiros vão chegar. Então, é só isso. Mas eu acho que nós já chegamos a um diálogo bacana, e eu já sugiro à mesa diretora já colocar em votação, se a gente segue com o Regimento, considerando todas as propostas que foram colocados aqui, ou se a gente retira o Regimento e segue com a inclusão da pauta, do que a

Conselheira Graziela colocou, que é a gente fazer uma avaliação das demandas e do que a gente precisa de ser construído e deixar como apontamento para os novos conselheiros. Acho que já chegou nesse momento, de a gente fazer essa votação, para a gente poder conseguir seguir com os nossos trabalhos aqui. Podemos, mesa? **PRESIDENTE:** Nós temos três inscrições. Lucas, Grazi e Gabi Loyola. E a gente vai para a votação, gente. Lucas, você pediu também? **CONSELHEIRO LUCAS:** Lucas, Conselho Central de Curvelo, da Sociedade São Vicente de Paula. A minha perspectiva, em que pese a sugestão de Mariana, as decisões do colegiado são de deliberação, de aprovação ou reprovação, querendo ou não. Então, eu acho que não caberia a súmula, se não fosse, por exemplo, um trabalho das comissões. Então, da nossa parte aqui, enquanto colegiado, é uma deliberação, pela aprovação ou pela reprovação. A minha perspectiva é de manutenção do Regimento Interno na pauta, e a gente seguir para a leitura e apreciação dele, no sentido de: se entendermos pela aprovação, que ele possa vigorar a partir do primeiro de julho do ano que vem. Ou seja, para que o próximo mandato tenha um período para que ele possa apreciar, e aquilo que for necessidade de alteração, ele possa fazê-lo nesse período de seis meses. **CONSELHEIRA GABRIELA:** Gabriela, CMAS Salinas. É só para falar que eu achei muito bacana a proposta da Mariana. Eu acho que a ideia da súmula, inclusive, traz uma questão que o Lucas havia colocado, que é um pouco de como a gente percebe cada artigo que foi discutido. Então, eu acho que é muito positivo. E mesmo que eu ache que a gente não vai conseguir esgotar o Regimento, mas se a gente mudasse, por exemplo, a metodologia para uma aprovação ou não dele, no final, iria dar na mesma. Não mantendo do formato que já está. Porque eu que mesmo se fosse a Plenária inteira, a gente não iria conseguir esgotar, porque eu acho que é uma ferramenta importante, e é uma discussão muito densa, considerando tudo que todo mundo colocou. Eu acho que se a gente pensar, porque, gente, também é um negócio a gente fazer o próximo Conselho, porque já manifestou o entendimento lá no grupo de vocês, onde vocês estão como Conselheiros, que serão novos Conselheiros, sobre toda essa questão, então eles virão para cá pra tentar fazer alguma coisa também. Então, vai ser o investimento de um tempo que provavelmente vai ser reinvestido. Então, talvez, seria isso. A proposta da súmula, eu acho muito bacana, porque a gente vai deixar um pouco do nosso sentimento, de como a gente compreende esse Regimento Inteiro. Então, é isso que eu gostaria de colocar. **CONSELHEIRA GABRIELLE:** Gabrielle, Sedese. Só

corroborando com o que a Mariana falou, e se vocês forem lá no arquivo do Regimento Interno, a Resolução, o início da Resolução, está: aprova o Regimento Interno do CEAS. Essa seria a proposta de Resolução. Eu acho que a gente pode muito bem mudar. A gente não precisa chamar de súmula, porque a gente não está falando de Comissão, a gente está falando do pleno, mas a gente pode aprovar os parâmetros, aprovar a proposta. A gente não precisa aprovar o Regimento Interno com a vigência para o próximo pleno? Então, eu acompanhei o início dessa discussão. Eu até lembro que a gente tinha deixado vários trechos em amarelo, coisas que eu não concordava. Eu falava: “Lucas, ok. Eu estou entendendo, mas eu não concordo”, e a gente tinha deixado em amarelo. E eu não me recordo, me perdi um pouco na discussão, não sei se o grupo validou esses pontos, mas eu lembro que tem muitos pontos que são de dissenso, não são de consenso. Eu estou entendendo o desconforto dos colegas, que é: mandar esse texto para o novo Conselho, como se fosse a nossa proposta? Eu não acho que a gente consensuou essa proposta, ainda. Por mais que sejam poucos, eu lembro claramente da eleição da mesa, o voto secreto. Tem alguns pontos que a gente precisava avançar. E, então, eu acho, acredito que esse pleno, quem está aqui, agora, que não vai ficar, tem condições de pôr a vivência desses últimos dois, quatro anos, vocês têm elementos para trazer para o texto. Então, eu acho que a gente pode discutir o texto até onde a gente conseguir, focando nesses pontos, para a gente apresentar para o novo pleno uma coisa mais pronta. Porque é isso. Ok que são eles que vão vivenciar o novo Regimento, mas são Conselheiros novos. Esses Conselheiros aqui têm elementos para trazer também. Então, eu corroboro com a proposta da Mariana. A gente não precisa chamar de súmula. Eu acho que a gente precisa avançar nos consensos do texto para apresentar para o novo mandato.

CONSELHEIRO HELDER: Helder, Sedese. Então a gente tem a proposta da Mariana e da Gabi, Sedese, de manter o Regimento com essa lógica que, no fim, fazer uma aprovação de uma proposta, e não aprovação do Regimento. Uma recomendação. Enfim. E, Lucas, você vai manter a sua, temos consenso? A do Lucas é que a gente faça a leitura e aprovação e que, ao final, seja feita uma Resolução dizendo que ele passa a vigorar em julho de 2024. Então temos essas duas propostas. Se a gente não tem consenso, precisamos votar. A outra inclusão, eu entendi que é consenso, não é não? É. A Grazi propôs uma inclusão de pontos da pauta de avaliação do mandato CEAS 2021/2023? É consenso, gente, alguém é contra? Ok.

CONSELHEIRO ISAAC: Isaac, [...]. É só um esclarecimento com relação à proposta do Lucas. Você está propondo que a gente discuta, vote, para que ele passe a vigorar daqui seis meses se o outro pleno aprovar, é isso? O outro pleno rediscute? Na sua fala, pareceu isso. Você fala: “Eles vão entrar com esse antigo Regimento, e vão discutir o outro”. Eu acho que aí daria no mesmo. **CONSELHEIRO LUCAS:** Lucas, Conselho Central de Curvelo. Ele vai passar a vigorar a partir de 01/07. Nesse período, se o Conselho entender que é necessário fazer alguma Resolução, alterando aquilo que foi aprovado, ele pode fazê-lo. Da mesma forma, se a gente aprovar hoje e colocar em vigor a partir do dia primeiro. Mas a questão de colocar a partir de 01/07 é para que se possa garantir que eles possam verificar o texto com um pouco mais de cautela. Vou ser muito sincero para vocês. Nós encaminhamos o texto da minuta dentro de um prazo de dois anos. E nós estamos chegando na Plenária do Conselho, e nós temos Conselheiros que desconhecem o texto que foi encaminhado, do Regimento Interno. E a dona Arlete levantou a mão. Arlete. Justamente, porque ela não sabia da questão do voto secreto, que estava lá no texto. Ou não lembrava. Não, eu estou dizendo da minha, mesmo, a minha percepção. Não estou dizendo que a senhora não sabia. Então, a minha perspectiva é: apresentar na súmula, em janeiro, e pedir que esses Conselheiros que estão chegando em janeiro, que muitos deles ainda vão compreender o que é a dinâmica do Conselho Estadual, para eles aprovarem isso, logo em janeiro, nos primeiros meses de gestão, é muito difícil. É quase que impossível exigir isso dos próximos Conselheiros. **PRESIDENTE:** Eu estou retirando a palavra que o Lucas colocou em meu nome, porque ela está gravada. Quando eu pedi a fala, foi para compreender se nós vamos trabalhar um documento, agora, e ele vai ficar com um espaço de seis meses, aguardando se vai ter alteração ou não. Esse foi o meu entendimento. Agora, eu li, sim. Eu li. E o meu entendimento, à medida que eu fui lendo e marcando para mim, eu fiz dessa forma que você falou, Gabi. Eu colocava: “Não, isso aqui, eu acho que a gente precisa compreender mais”. Tanto é que tem tanto tempo, que tem coisas que eu já nem me lembrava mais. Por isso que é importante visitar o documento, porque o documento é escrito para isso mesmo. É por isso que a gente revisita documentos, para que a gente possa, na medida do tempo, a gente não estar indo contra os documentos, e até infringindo leis, quando a gente não se reporta sempre nessa revisita. É isso que eu queria falar. Eu só trouxe aqui essa coisa do voto, porque foi colocado, e meu nome apareceu. Tá? Eu acho que é

hora de votar. **CONSELHEIRA GRAZIELLE:** Grazielle, CRP. Porque a colega até fez uma sugestão, e eu falei: “Fala você”, “Não, eu já falei demais”, mas eu achei pertinente a sugestão, porque ela falou: “Olha, eu penso que é pertinente a Secretaria Executiva reunir com as comissões e levantar os pontos que ficaram pendentes de cada Comissão”, porque ficaram muitos pontos pendentes de cada Comissão. Para além, então, fazer esse encaminhamento, para além da dessa avaliação nossa, mas colocar como encaminhamento também, porque a Secretaria Executiva, não seria um ponto de pauta, seria um encaminhamento, mesmo, para que a Secretaria Executiva se sentasse com cada Comissão para avaliar o trabalho da Comissão durante esse pleito. E a gente precisa pensar como fazer isso, porque teria que ser feito amanhã, por exemplo. Não, é da avaliação. É que a proposta da colega, que eu achei extremamente pertinente, é que as Comissões se reúnam, também, individualmente, para poder avaliar o que ficou pendente, porque ficaram muitas coisas pendentes em cada Comissão. Então, a gente conseguiria fazer isso de uma forma mais fácil, mais otimizado. **CONSELHEIRO SILVESTRE:** Silvestre, Secretaria da Fazenda. Não, eu só estou aguardando a dona Arlete. Eu vou ser breve, vou ser rápido demais. A minha proposição, porque eu acho que tem pontos positivos em ambas as propostas, mas eu acho que uma coisa que tem que ser colocada nas duas, é essa proposta do Lucas, dessa revisão depois de seis meses, de deixar isso aprovado para seis meses. Porque, com toda a certeza, o novo colegiado vai achar coisas a serem colocadas ou serem retiradas. Então, essa proposta do Lucas, de manter esse item, eu acho importante. É só isso. Obrigado. **CONSELHEIRO HELDER:** Só um ponto, Silvestre. Que eu acho que se proposta da Gabi e da Mariana for aprovada, vai como proposta do Regimento Interno. Então, eles teriam que reavaliar, de toda a forma, entendeu? Então eu acho que, no fim, eles vão ter que ler a proposta e aprovar e fazer as alterações que acharem necessário. Falo com eles, porque eu não vou continuar. Os que continuarem. Podemos votar? Então, nós temos duas propostas para votação. A primeira é o encaminhamento da Gabi e da Mariana, que a gente faz a análise do texto, do Regimento Interno, e quando a gente terminar, a gente aprova uma proposta de Regimento Interno, a ser apreciada pelo novo mandato do Conselho 2023/2025. Alguma dúvida sobre esta proposta? Não, a gente só vai votar no Regimento primeiro. A segunda proposta de encaminhamento. Encaminhamento do Conselheiro Lucas, que a gente faça a leitura e aprovação do Regimento, como já

estava sendo feito, e que na Resolução de aprovação do novo Regimento, seja previsto que ele passa a vigorar a partir do dia 01/07/2024. Então, com isso, os Conselheiros teriam um tempo para conhecer o novo texto e, eventualmente, se quiserem fazer alguma alteração, que o faça. Alguma dúvida sobre essa proposta também? Então, temos dois encaminhamentos, encaminhamento 1 e 2. Todos esclarecidos para votar? Aqueles Conselheiros que concordam com o encaminhamento 1, por favor, se manifestem, levantando a plaquinha. 1 é da Mariana e da Gabi. Por favor, só Conselheiro titular, viu, gente? E condições de titularidade. Desculpe. Conselheiros, então, que concordam com a proposta dois, do Conselheiro Lucas, por favor, se manifestem. Proposta 2. Três votos. Conselheiros que se absterem, por favor, se manifestam. Ok. Então, aprovada a proposta 1. Os outros pontos da pauta, já eram consenso, então agora a gente pode caminhar com a reunião. Ah, é. Agora temos que aprovar a pauta. Os pontos que foram acrescentados: a primeira, a gente definir como será a capacitação dos novos conselheiros; o segundo ponto é a adequação do demonstrativo SUAS Web de 2021; o terceiro é definir a metodologia para Plenária de amanhã, plenária de posse; o quarto, avaliar o mandato 2021/2023. E, finalmente, o Regimento Interno. Oi. Ah, estão perguntando se a Bela já... Não é pauta, na verdade. Ela vai vir aqui para fazer um informe, pelo que eu entendi. **CONSELHEIRA GRAZIELLE:** Grazielle, CRP. A Ju acabou de chegar, não sei se ela está aqui. **CONSELHEIRA NÃO IDENTIFICADA:** Ela está conversando com a Bela, porque a Bela está em Plenária, extraordinária, então vai ver se consegue marcar para a parte da tarde. **CONSELHEIRA GRAZIELLE:** Você explica para a gente no microfone, Ju? Se apresente, e explica. **CONSELHEIRA JULIANA:** Bom dia a todas, a todos. Estão me escutando? Sou Juliana, assistente social, trabalhadora do SUAS BH. Atualmente, estou acompanhando o mandato da Deputada Bela Gonçalves. Primeiramente, queria agradecer o espaço, que a gente pediu uma inclusão na pauta para conversar, falar um pouquinho sobre esse processo do orçamento, do fundo de erradicação da miséria. Mas, tivemos uma convocação de uma reunião extraordinária de plenária, lá na Assembleia, com vários projetos de lei na pauta, e a Bela não vai conseguir comparecer agora, neste horário, porque ela está em extraordinária. Mas, eu acho que se vocês permitirem, eu também posso fazer um informe, um pouco desse processo do FEM, da votação do FEM lá na Assembleia. **CONSELHEIRO ISAAC:** Uma dúvida. Tem a possibilidade de ela vir hoje, ou não tem

como garantir? Porque, se tiver a possibilidade. **CONSELHEIRA JULIANA:** É. Eu até acabei de conversar com ela. Porque também tem obstrução de Comissão na Meio Ambiente, mas acho que até às cinco da tarde, ela consegue. Mas vocês precisavam saber um horário? Não, às 17h, vocês terminam. Eu acho que eu posso fazer uma fala, e ela passa aqui mais tarde. Pode ser? **CONSELHEIRO ISAAC:** Conselheiros e Conselheiras, então vocês ficam de acordo? A Juliana faz as atualizações e, eventualmente, se a deputada conseguir vir, ela vem mais tarde. Pode ser assim? A gente precisa aprovar a pauta, que a gente ainda não aprovou. Então, a pauta é aquela, que eu acabei de ler. Conselheiros que aprovam, por favor, se manifestem levantando a plaquinha. Só Conselheiros titulares, em condições de titularidade. Gente, deixem levantados. O Lucas não está aqui. 14. Um Conselheiro não está na mesa, agora. Então, é isso. 15 com a Michelle. Então, vamos dar andamento à pauta, mas acho que a Juliana, então, já pode trazer os informes. O que vocês acham? **CONSELHEIRA NÃO IDENTIFICADA:** Helder, só pede. Isso. Porque lá, a gente não consegue vê-la. **CONSELHEIRA JULIANA:** Então, gente. Novamente agradecer o espaço, e também falar da importância desse Conselho, do controle social nessa luta e defesa da política de assistência social no Estado. E que nos deu, na verdade, foi o Conselho que nos trouxe essa informação. O FEM, a gente acabou de votar o FEM na Assembleia Legislativa, e ele não está no orçamento do Estado. E a partir disso, de uma denúncia, que o FEM não estava incluído no orçamento, nós criamos, fizemos uma emenda parlamentar. Na verdade, tem todo o processo. Fizemos audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, onde foi trazida a situação do orçamento, da importância do aumento do orçamento da assistência social. E, a partir daí, lutamos para vincular 50% do FEM ao Fundo Estadual de Assistência Social, também com criação de emenda orçamentária. Não conseguimos o 50% à época, mas conseguimos vincular 15%, consecutivamente, de 15, 20 a 25% de 2024, que já foi uma vitória. E agora, diante dessa denúncia do FEM não constar no orçamento, criamos uma emenda orçamentária para vincular o FEM no orçamento do Estado, destinando um bilhão de reais. Vou pegar o valor exato depois, para passar para vocês. Essa emenda já foi aprovada, o relatório dela já foi aprovado na Comissão de Fiscalização, Orçamentária, da Assembleia Legislativa. Então, foi aprovada, é uma vitória, o texto já está aprovado. Um bilhão. Deixa eu passar aqui os valores. Então, queria a unidade orçamentária do Fundo de Erradicação da Miséria, acrescentando os anexos correspondentes com a previsão

das seguintes receita de anuais: 2024, R\$ 1.260.217,800; 2025, R\$ 1.670.266,512; 2026, R\$ 1.109.957,172; 2027, R\$ 1.143.255,888. Então, ela não foi acrescentada na LOA, ela está no plano plurianual. Então, para os próximos quatro anos. E criou a finalidade de recursos destinados ao atendimento das despesas não previstas no Fundo de Erradicação da Miséria, em virtude da prevenção da Lei 24.471, e com a devida redistribuição deste recurso para o Fundo Estadual de Assistência Social. Então, ele ficou vinculado 100% ao Fundo Estadual de Assistência Social. Vinculado, 100%. Depois eu posso mandar o texto da lei para vocês. Um bilhão. Ao FEAS. É bilhão. Aumenta em dez vezes o orçamento da assistência. Mas, o orçamento, ele está para a Plenária. O Governo encaminha o PPAG para a Plenária sem o FEM. Esse relatório foi aprovado em uma comissão de orçamento, já está com o relatório aprovado, mas ele tem que ir para a Plenária. Então, acho que a gente tem que estar muito atento, até o final deste ano, antes de entrar o recesso parlamentar, ele pode ser votado. Pode entrar na pauta amanhã. A gente está aguardando que ele entre na pauta. Então, eu acho que é importante estarmos atentos, para estarmos em Plenária no dia dessa votação, que pode sair de um dia para o outro. Hoje, por exemplo, a Bela viria, já tem uma extraordinária. Então, a gente tem que estar atento e vigilante, porque está aprovado, mas ainda precisa passar em Plenária. Já está negociado, mas a gente nunca sabe. É um bilhão. A gente tem que estar vigilante, eu acho que tem que monitorar, acompanhar essa votação. E eu faço esse convite para mobilizar. mobilização dos usuários, entidades gestores, para estar junto lá, defendendo o orçamento do SUAS, porque política pública, a gente faz com orçamento. Política pública de qualidade. E queria colocar que é um ganho, mas a gente tem que pensar, e eu coloco pra vocês, do Conselho, para pensar uma estratégia para uso desses recursos. Então, qual vai ser? Vamos aprimorar os equipamentos, qualidade dos serviços, mas também pode criar, pensar em criar ações. Transferências de renda. Porque eu acho que criando também, seria para garantir a alocação desse recurso. Porque o recurso está lá, mas ele pode ser realocado. A gente tem que monitorar, ficar parado. Então, a gente cria estratégias de monitoramento desse recurso para o fim dele. E pensar quais as suas prioridades. Vamos criar uma transferência de renda, aprimorar os equipamentos de proteção básica nos municípios? Exatamente. Capacita SUAS. E também, só dando um retorno. Não sobre o FEM, mas não sei se vocês acompanharam. O regime de recuperação fiscal está suspenso. Muito bom. É outra

vitória da semana. E também foi a partir disso. Porque o FEM constava no regime de recuperação fiscal para pagamento da dívida, mas não constava no orçamento do Estado para erradicação da miséria. E foi a partir de vocês, de uma denúncia do Conselho. “Não, ele não consta aqui. Então, vamos colocar no orçamento”. E foi isso. Então, eu queria agradecer. É uma vitória, mas vamos seguir vigilantes, porque precisamos ir para a Plenária, para garantir que a votação seja finalizada e concluída com sucesso. Porque já tem um relatório, já tem um parecer. Posso mandar por e-mail, para vocês, para vocês terem ciência. E, agora, é votação em Plenária. E precisamos estar lá, todas, para fazer barulho. **PRESIDENTE:** Obrigada, Juliana. A Grazi está inscrita. Depois, Gabi Loyola, Mariana e eu. **CONSELHEIRA GRAZIELLE:** Grazielle, CRP. Primeiro, dizer que eu estou muito feliz e muito orgulhosa dos meus pares da sociedade civil, porque a gente também precisa fazer uma recapitulação. Esse caminhar que a gente está aqui, hoje, a gente chega aqui por causa de uma demanda da sociedade civil. A gente foi atrás de mandatos, e a gente pensou. Uma das questões foi uma audiência pública. Então, fazer memória a esses conselheiros, a parabenizar, que a gente aprovou aquela audiência pública. Aquela audiência pública teve frutos, e um desses frutos foi esse um bilhão. São 10 vezes mais o orçamento do Estado, que ainda não está efetivado, que é o que a Ju faz, hoje, faz o convite para a gente poder caminhar junto. E eu gostaria muito de fazer memória à Juanita, porque uma das pessoas que nos indicaram, falaram que a gente precisava também fazer uma audiência pública, é a companheira Juanita. Então, fazer memória a ela, porque quando a Juliana me ligou e falou dessas questões, a primeira pessoa que eu pensei em ligar foi para a Juanita. Liguei para a Baião primeiro, mas ela não me atendeu. Depois, liguei para a Juanita. E agradecer à Juanita, porque ela foi firme com a gente nessa sugestão, de fazer uma audiência pública. E agradecer imensamente à Juliana pela disponibilidade do mandato da Bela, o compromisso do mandato da Bela, mas vocês também estavam bem à frente conosco, dialogando constantemente sobre essa questão do orçamento, essa questão do FEM, e outras demandas que a sociedade trouxe. Então, é um compromisso de fazer um mandato coletivo. Agradecer imensamente, repassar para a Bela. Vou falar isso com ela pessoalmente, quando a gente se encontrar. Mas também fazer memória aos outros mandatos, que também estão presentes nessa luta. Andréa, Leninha, Macaé. Alguém cita os nomes, que eu estou com a cabeça bem difícil de lembrar. Mas, só para fazer memória a todos esses mandatos. E

agradecer muito a esses companheiros de luta. **CONSELHEIRA GABRIELA:** Gabriela Loyola, CMAS Salinas. Agradecer a Ju pelas notícias, e espero que a gente consiga chegar pela aprovação na Plenária, porque é um recurso muito importante para assistência social. E fazer memória também que a Juanita sempre nos colocou nesse lugar, de que porque a gente não está com atenta à questão do FEM, desse importante papel que ela nos trouxe. E eu gostaria de fazer uma proposta, que o nosso Conselho, depois a gente avalia, que os Conselheiros que tiverem condições de participar dessa Plenária, que tenha infraestrutura garantida, as condições garantidas para poder participar dessa Plenária na Assembleia Legislativa, porque diz o nosso trabalho enquanto Conselheiro, gente, a possibilidade de ampliar o nosso orçamento. E a gente sabe quanto o orçamento é importante, tendo em vista todas as dificuldades que o Estado de Minas Gerais enfrenta com a questão social, e o quanto a assistência social é importante para a população. Então, eu gostaria de trazer isso. O encaminhamento seria a garantia de infraestrutura, de condições para que os Conselheiros que tenham condições de estar presentes na Assembleia Legislativa no dia de votação dessa pauta, eles tenham essas condições garantidas para poder estar aqui fazendo incidência, e a gente conseguir mostrar a força da nossa organização, para que esse recurso seja garantido de fato. **CONSELHEIRO ISAAC:** Isaac, [...]. A minha fala é muito no sentido da Gabriela, para que a gente possa participar desse momento de votação, e também agradecer à Bela e os outros mandatos que estiveram articulados para garantir isso na Assembleia. E um pouco no sentido da solicitação, para que o Conselho participe, queria saber se já tem previsão de data para que essa votação aconteça, para que a gente seja informado. E a gente tentar os fóruns de segmentos, que participem desse momento de votação. Acho que fortalece. São grupos que estão prontos para apoiar o controle social, apoiar esse Conselho. E entendendo também que isso é uma vitória para todo o SUAS. É uma luta que, embora alguns atores da sociedade civil atuaram muito, a gente teve a atuação do Conselho completo, porque isso é vitória para a gestão. A gente está falando da melhoria das SUAS no Estado inteiro, para todos que usam e atuam nessa política pública. Então, é a felicidade de todos aqui, hoje. **CONSELHEIRA MARIANA:** Mariana, Sedese. Eu também vou parabenizar e agradecer à Juliana, que está aqui, em nome da deputada Bela Gonçalves. E dizer o quanto é importante a gente ter um parlamentar, e vários, mas bom que a gente tem um parlamentar muito atuante na defesa do SUAS, porque, hoje, os nossos

principais desafios são fazer avançar a PEC 383, que está no Congresso, e a gente precisa de ter mais parlamentares atuando na defesa do SUAS. A gente tem a questão da alteração da LRF, para incluir assistência social lá no Artigo 22, junto com a saúde, educação e segurança, para que a gente consiga sair do sufoco de pagamento de pessoal, para fazer concurso público para assistência igual, a gente consegue fazer para saúde, educação e segurança. Então, ressaltando o quanto é importante a gente ter uma parlamentar que entendeu da pauta, que assumiu isso, e que a gente vê que ela está atuando fortemente. Então, parabenizar e agradecer o trabalho da deputada nesse sentido e, inclusive, de pedir que ela possa apoiar, junto com parlamentares, no âmbito federal, porque a gente precisa das legislações, do avanço da tramitação, tanto da PEC quanto da alteração da LRF para a inclusão da assistência. E eu queria também, além, óbvio, de parabenizar e agradecer a deputada, a sociedade civil, o COGEMAS, que é esse pedido, de 50% do FEM, ele começou no início desse ano, muito expressamente como ofício que o Cogemas fez, com a mobilização do COGEMAS, que espalhou esse ofício para o CEAS, para o nível do Governo, dos parlamentares. Então, eu acho que é bom que a gente chegue no fim do ano vendo que foi essa soma de esforços, e que a gente conseguiu o patrocínio para esses esforços, e que a coisa avançou, porque a gente conseguiu pessoas que apoiaram o controle social, apoiaram os SUAS e vão apoiar a assistência. Então, é nesse sentido. E eu acho que é uma questão que a gente tem que pensar. A gente fica falando: “Ah, que a gente precisa de recursos”. Os pleitos da assistência são sempre no sentido de mais recursos. E a Juliana fala: “A responsabilidade é grande, porque se o recurso vier, a gente também vai ter que discutir, pactuar e deliberar”. E eu só quero reforçar com os Conselheiros a importância e a responsabilidade que nós temos aqui, que nós temos diagnóstico de necessidade de cobertura para serviços. Eu vou dizer para a expansão de serviços, para a cobertura de proteção social no Estado de Minas. A gente tem territórios descobertos, tanto de proteção básica quanto de proteção especial, e proteção especial é enorme o nosso desafio, porque a gente só tem em percentuais. Eu sei os números. A gente só tem 200 CREAs no Estado, não é isso? Cadê minha equipe para ajudar? A gente tem mais de 500 municípios sem CREAs. Então, a gente está falando de municípios que não tem cobertura de proteção especial. A gente tem vários territórios, principalmente nas zonas urbanas, que não têm cobertura sequer de proteção básica. Então, nós temos vários diagnósticos, e eu quero reforçar, com

isso, a necessidade de a gente priorizar a implantação de serviços, para a gente ter, com o recurso que a gente tiver, a gente conseguir priorizar a implementação de serviços para ter a cobertura de proteção social que a gente precisa. Mais uma vez, é isso mesmo. Só para concluir. **CONSELHEIRA SANDRA:** Bom dia a todos. Sandra, [...]. Mas eu quero dizer da alegria, que um dia a gente fica meio triste e, no outro, a gente fica super alegre. Desculpe, que eu estou rouca. Porque, ontem, na CIT, na hora dos informes da proposta orçamentária, acho que Mariana ainda estava lá até esse momento. E a gente viu que todos nós validamos o esforço do Governo Federal, no sentido de repactuação, de recomposição do orçamento, de que, senão, a gente nem falava de SUAS que temos, era o SUAS que nem ia existir, com 60 milhões, que estava previsto para este ano. E a gente validou perante o Secretário Nacional, Diretor do fundo. Mas a gente ficou feliz que vai continuar os repasses em dia, mas não teve expansão. E, no final, nós ficamos com vários secretários, e a gente ficou meio feliz, mas não tão feliz. Mas, hoje, quero parabenizar e agradecer esse informe, que é muito importante, e todos que me antecederam falaram muito bem, mas a fala da Mariana, do apoio do Legislativo, o qual nós não tivemos no legislativo federal. Vocês não sabem quantos ofícios, e reiterados ofícios fizemos para a PEC 383, e nem respostas, às vezes, tivemos. Fizemos uma audiência pública. Está virando o ano, já passou em todas as comissões, está quentinha para ir para a Plenária, e não vai. E eu escuto o Secretário, ontem, falando que há uma intencionalidade muito forte do nosso ministro em lutar por mais recursos, e de fato é. Mas, ao mesmo tempo, eu falei que a intencionalidade do outro lado é muito mais forte. Porque nós estamos falando de 30 anos de LOAS, e não temos 1% de vinculação. Eu falei com ele: “O que está por trás do interesse de a gente continuar com pires na mão?”. E isso é discricionário. O orçamento da assistência social ser discricionário ao bel prazer, digamos, do Governo do momento. Então, a gente fica muito feliz com o apoio do legislativo mineiro a partir da Bela. Eu estive nessa audiência com a Baião e o Leon, que nós três fomos nessa audiência que discutiu esse ponto. Mas é assim mesmo, os quadros sempre mudam. Ontem, a gente falou: “Não, vamos confiar na Comissão de Financiamento da Sociedade Civil. Ela sempre vem com contraponto, desde a Bahia, com os parâmetros. Nós já bancamos, com o André, mas não vai ter expansão para 2024?”. Eles colocam a gente, pé no chão, da realidade que está posta, mas a gente tem que continuar lutando. E agradecer aqui também, em nome do [...], que eu represento o Conselho aqui, que foi uma

articulação, todos que participaram dessa articulação, para chegar a esse momento. E dizer que é isso, a luta da sociedade civil, que foi um pontapé inicial. E, depois, todos, porque a gente precisa de recursos, e o apoio, essa parceria com o Legislativo, é muito importante. Infelizmente a gente não teve, até o dia, esse minuto, um Legislativo sensível. Eduardo Barbosa morreu, o ex-deputado, e a posse dele era de 5%, depois de mais de 15 anos. Ficou no 1%. E nem isso a gente conseguiu. Então, a gente tem que descobrir o que está por trás disso. A gente sabe, se cada um puder falar. Mas por que querem que a gente continue nesse lugar, do pires na mão, impedindo o recurso todo ano? Porque o orçamento é discricionário, e a gente não tem 1%. Gente, esse [...] e a gente fica feliz, de 3 Bi que está lá no orçamento, para nós, se tivesse a vinculação, a gente ia ter 10, 12 Bi. Nós até passamos mal no dia que o Diretor do fundo falou. Quanta coisa a gente podia pensar em expansão. Se a vinculação já acontecesse para o próximo ano, era no mínimo 10 Bi de recursos do Governo Federal para a assistência social. Mas, não passa, porque é interessante a gente ficar debaixo de chuva, de sol, igual já fizemos, ir lá e bater nas portas dos deputados para implorar emenda para poder recompor orçamento. É isso. Eu fico muito feliz pelo dia de hoje. É assim mesmo. Os quadros, sempre mudam. Ontem, a gente não ficou tão feliz, mas, hoje, a gente está muito feliz com todo esse apoio. E eu quero agradecer isso. Obrigada.

PRESIDENTE: Eu sempre fico pensando como é bom a gente ter parlamentares que não têm como objetivo o controle da sociedade, mas que estão engajados no controle social, que exerce esse tempo que está no parlamento para trabalhar em prol da população. E essa conquista, que a gente está fechando esse mandato, comemorando, todo mundo contagiado com essa notícia, ela vem coroar todos os esforços, momentos difíceis, mas também momentos alegres. E a gente tem que de fato registrar. Nós sabemos que quando vai para a votação, é preciso que muita gente esteja sensibilizada para aprovar. Mas nós temos que deixar registrado, nesta ata, os nomes da deputada Bela Gonçalves, Leninha, Macaé e Andréa de Jesus. Nós dialogamos com essas parlamentares, e elas nos deram respostas. E a Bela, na pessoa da Juliana, que vem aqui dar essa boa notícia, que eu também já reconheço como presente de Natal, nos deixa muito feliz. Porque a gente consolida esse mandato, e a gente entende que há poucos passos de conseguir, efetivamente, tudo isso, toda essa notícia que você nos trouxe, vai fazer dos SUAS um lugar de fato, e abre caminhos para os SUAS que queremos. Muito obrigada.

CONSELHEIRA BAIÃO: Todos já falaram, não é, gente, mas não tem como não agradecer primeiro a Deus pela nossa saúde, pela nossa persistência. Eu venho trazendo das bases, das pré-conferências, até chegar aonde nós conseguimos, na Nacional, e eu, insistentemente, no financiamento. E a Bela nos ajudou muito na Câmara, na época da pandemia, com aquele projeto, nosso, de reuniões, que a lei que passou foi discussões que nós tivemos, que foi transformada em lei para combater, um pouco, a fome dentro de Belo Horizonte. E foi uma conquista nossa. E foi uma persistência, nossa, no financiamento, porque eu falava com o pessoal no grupo, você lembra, Jurema: “Ah, só tem 3%. A prefeitura dá R\$ 100,00”, e eu julgava: “Gente, vamos julgar R\$ 500,00”, e a Bela dizia: “Não, Baião, os vereadores não vão votar 500”. E eu, firme, disse: “Vamos deixar 500 para a gente conseguir, ao menos, 300”, e nós conseguimos os R\$ 500,00. Então, a persistência equivale, em qualquer lugar que a gente esteja trabalhando, é a persistência que vale. Eu fui para a Conferência Nacional, a Grazi estava na sala, eu acho que lembro da Grazi, só, no nosso grupo. E ela viu como foi o debate. Nós éramos em 91 pessoas, e eu firme, ali, que esse 1% que o Governo Federal dá para a gente, na assistência, quando o Governo ganhou, em 30 anos, em cima desse 1%? Nós tínhamos que aumentar. Agora, a gente espera essa vitória na Nacional também, porque, lá, eu deixei claro, nas minhas falas, e tive com o André, com Patrus, até com o ministro nós tivemos, conversamos, e falamos com eles que tem que tornar a política pública, que o dinheiro da assistência venha, fundo a fundo, para acabar com essa coisa de que a assistência é coisa de pobre. Eu ainda falei com o Ministro: “Essa assistência tem que mudar, ministro. Nós temos que ter o fundo a fundo, para acabar essa coisa de, na hora da eleição, que o político vai buscar o voto. Isso tem que acabar. Isso não pode. Então, hoje, eu estou muito feliz de Deus ter me dado saúde, que ao longo desses anos, eu venho nas comissões de financiamento, porque eu sei que tem o dinheiro, é só brigar. Você viu aquele dia, Juliana. Quando os deputados votavam a conta, a Plenária fazia um auê, e eles ficavam sem graça. E é assim que nós vamos fazer no dia. Nós temos que ser avisados antes, viu? Eu agradeço muito à Bela, que ela tem nos acompanhado aqui no município, muito firme. E agora, no Estado. E sei que a missão dela é essa, mesmo. Ela e a companheirada que está lá, você leva o nosso muito obrigada. Obrigada de você ter trazido a notícia tão boa, tão esperada por nós, viu? **PRESIDENTE:** Então, a gente agradece. A gente vai te ouvir, para ir finalizando essa manhã. Em seguida, iremos

para o almoço e retornaremos logo depois, com mais trabalho. **DEPUTADA BELA:** É que o Isaac fez uma pergunta sobre a votação da emenda em Plenária. O recesso parlamentar é a partir do dia 22 de dezembro. Então, tem até o dia 22 de dezembro pra votar o PPAG, o orçamento do Estado. Se não votar até o dia 22, eles podem prorrogar o período do parlamento, ainda, para o trabalho. Mas a gente acredita que isso entra, no máximo, até semana que vem. Porque agora já suspendeu o regime de recuperação fiscal, então eu acho que, rapidamente, vai ser votado, vai ser incluído em pauta. E coloco aqui, novamente, a importância de a gente encher a Plenária, mesmo, e articular com os fóruns municipais de usuários, os fóruns de trabalhadores, entidades, os gestores também têm que estar juntos, porque é recurso para a assistência social. Então, que a gente consiga articular os fóruns estaduais, municipais, para a gente estar ali, mostrando nossa força, e pressionando para essa aprovação. E, obrigada. Acho que a luta foi nossa, foi coletiva. É com coletivo que a gente constrói, não é, gente? Então, a luta foi coletiva. E também é um compromisso do mandato. A Baião colocou, e a gente já vem fazendo esse acompanhamento na defesa do SUAS enquanto política pública estadual, enquanto direito e dever do Estado, desde o município, e seguimos finos, também acompanhando essa luta no Estado. E coloquei aqui, anotei essas sugestões, as indicações para a gente acompanhar também, fazer articulações em âmbito federal, porque é importantíssimo. Então, já está aqui, e coloco novamente para vocês, de pensar também o uso e utilização da alocação desse recurso. Implantação de serviços, aprimoramento de equipamentos, criação de uma transferência de renda. Eu acho que é importante a gente ter estratégias, para que esse recurso não seja realocado. Mas, obrigada, gente, e bora lá. Pode deixar que eu vou acompanhando a inclusão na pauta. Incluíu na pauta, eu acho que eu já dou notícia, mas eu acho que a gente já pode ir conversando com os nossos pares, não é? “Olha, está para votar, então vamos ficar atentos. Pode ser de um dia para o outro”. Eu sei que é difícil, às vezes, organizar, por causa de trabalho, outras demandas. Mas a gente já vai conversando com os nossos colegas para ficarem atentos para o dia da votação e a gente conseguir fazer barulho lá e sairmos vitoriosos. Porque eu acho que a vitória, a gente já tem. Acho que foi uma semana de muitas vitórias. Mas, vamos acompanhar a votação em Plenária, para comemoração final. E é um presentão mesmo, não é, gente? Um bilhão para a assistência. Eu estou muito feliz. E obrigada pela parceria, gente. **CONSELHEIRA**

GRAZIELLE: Grazielle, CRP. Só para fazer uma pergunta. Porque eu imagino que tanto a Solimar, da Seplag, como a Roberta, já deve estar se inteirando da emenda. É assim que chama? Enquanto Conselheiro, se tiver alguma questão para a gente trazer, para a gente fazer essa cobrança, às vezes fazer alguma incidência que a gente ainda possa fazer, para garantir essa emenda para a gente, a gente gostaria de dialogar, não é, Solimar? Eu não sei como está. Eu não entendo. Não. É só para a gente poder pensar se ainda tem alguma incidência a ser feita. **CONSELHEIRA CAROLINA:** Carol, Secretaria Executiva. A gente, da Secretaria Executiva, a gente só pede para que os conselheiros fiquem atentos a essa agenda da ALMG, porque a gente faz a garantia de vocês participarem. Mas essa agenda fica por conta de vocês, ok, acompanhar essa agenda, devido às demandas da Secretaria Executiva. **CONSELHEIRO ISAAC:** Vamos sair agora para o almoço. Tem uma demanda de voltar 13h30. Mas a gente pode voltar, de fato, 13h30? Porque, senão, 13h30 vira 14h00. 13h00, está virando 13h30. **PRESIDENTE:** Boa tarde, gente. Vamos retomar nossos trabalhos. Parece que a pauta está curtinha, mas não é tão curtinha, não. Vamos que vamos. Nós vamos conversar agora. Por favor, coloque para nós a pauta. Mira. Vamos retomar nossos trabalhos. Proposta de capacitação para os novos conselheiros. Por favor, alguém tem alguma sugestão? Como nós vamos encaminhar essa proposta? **CONSELHEIRA GABRIELE:** Gabriele, Sedese. Eu sei que o que vinha sendo discutido dessa capacitação é passar um panorama de funcionamento do Conselho. E só um ponto que eu me recordo, que a gente teve nesse mandato e nos outros, que até a Rosa conduzia, aquela capacitação sobre o trabalho da Comissão de Normas com o [...] barragens. Eu não sei como é que está a Comissão de Normas. A Adriane, que é a técnica, e eu acho que ela nem está aqui, mas eu acho que a gente também tem que considerar essa questão dos conselheiros que são escolhidos para fazer o relatório do [...] barragens. Como é uma especificidade dos CEAS, isso também precisa entrar. Não precisa ser na primeira capacitação, mas a gente precisa considerar essa temática. **CONSELHEIRA MARIANA:** Mariana, Sedese. A minha proposta seria a seguinte. Eu acho que, primeiro, elencar os pontos mais importantes. E eu quero destacar o manual de funcionamento do CEAS e da Secretaria Executiva. Vocês podem até anotar, quem está anotando na tela. A gente tem o manual de funcionamento do CEAS e da Secretaria Executiva. O plano do controle social, que foi aprovado. O Regimento Interno, mesmo que seja o que está vigente, e ainda temos a proposta de um novo

Regimento Interno. Código de ética. A lei estadual, que nós temos a lei que cria o Conselho. Então, nós temos as normativas estaduais, e eu vou destacar a lei e os decretos. Então, o que eu acho? A gente tem normativas e tem instrumentos, importantes, que regulam o funcionamento deste Conselho. E qual seria a minha proposta? Acho que a Secretaria Executiva deveria organizar, com o nosso apoio, da Sedese, dos conselheiros que vão sair, dos novos, ou de pessoas de fora, mas como eu estou tratando de coisas que são muito internas, que são de funcionamento do Conselho, eu acho que a Secretaria Executiva deveria organizar este material, propor. Isso poderia ser feito em um dia, e já a minha sugestão de encaminhamento: um dia de trabalho presencial, com os novos conselheiros, abordando esses instrumentos, separando aproximadamente 40 minutos, uma hora para cada instrumento. A Secretaria Executiva organiza uma cópia desse material para cada conselheiro, organizar slides, e a gente fazendo o formato de apresentar o assunto, debate, tira dúvidas. Esse é um formato que eu estou propondo aqui, que eu acho que é simples, que a Secretaria Executiva tem condição de fazer, porque esse material é interno, ele já regula o funcionamento dos CEAS. Os conselheiros atuais, que tiverem disponibilidade para contribuir, seria ótimo participar como convidados, contribuindo com falas e ir fazer esse momento de transição. Então, minha proposta é que um dia de trabalho presencial, com material organizado, seria possível para introduzir isso com os novos conselheiros. **PRESIDENTE:** Eu gosto da ideia, Mariana, mas eu estou aqui, pensando: será que não é muita coisa para um dia? E pensando a partir da sugestão, 40 minutos para cada conversa etc. É muita informação. Eu fico me perguntando: como seria o entendimento? É claro que isso não vai se resolver em um dia, não é? É tudo processual. Mas eu acho que, de início, é muita informação. Enfim. Estou colocando. E poderiam contribuir. **CONSELHEIRA GRAZIELE:** Grazielle, CRP. Eu tinha tirado, porque eu tinha sido contemplada com a fala da Mariana. Mas, dona Arlete, eu acho que nessa organização, que é muito parecido com o que eu ia propor, eu acho que é possível a gente vir um dia. Eu acrescentaria, nesse espaço, por exemplo, no Regimento Interno, que tivesse um espaço para falar das comissões, de como as comissões trabalham. Porque no Regimento, como está organizado agora, tem os artigos, e quando fala das comissões, tem as especificidades de cada comissão. Então, eu penso que, metodologicamente, quando foi falado do Regimento, não é simplesmente apresentar o Regimento e fazer uma leitura coletiva, mas também

falar da funcionalidade, da importância e da organicidade do Regimento no dia a dia do CEAS. E eu penso que se a gente for tratar manhã e tarde, eu acho que é bem possível vencer a proposta que Mariana traz, mesmo porque eu acho que tem poucos conselheiros novatos. Acho que até a Secretaria Executiva pode orientar, eu acho que a maioria dos conselheiros que vão tomar posse, já estiveram no CEAS em algum momento. Então, eu acho que isso vai trazer uma otimizada, vai otimizar melhor os trabalhos. Então, acho que um dia é bem possível. O que eu penso é que, talvez, a gente precisaria de outro momento para tratar não só do que é orgânico no CEAS, diário, mas também tratar das importâncias das pautas políticas que a gente precisa caminhar, cada vez mais. Hoje de manhã, a gente teve esse exemplo, de quando a gente começa a ter um olhar político, de ter uma interlocução com outros atores, inclusive, a gente consegue avançar melhor no Conselho. E nessa sugestão do Isaac, ele sugere o nome da Consolação para falar, eu acho que trazer, principalmente, para esse primeiro momento. Ele sugeriu a Consolação, e eu concordei, apesar de não conhecer. Mas também sugiro Juanita, o Leo Cury, que aí é um lugar muito mais político. Então, eu sugiro esses nomes. Se eu conseguir pensar em outro. Eu acho que, em um primeiro momento, eu fico preocupada. Eu não estou falando das condições que a Secretaria Executiva tem, hoje, não, mas quem está de mais antigo aqui é a Mira e Paula. Então, eu não sei se é possível elas conduzirem a esse momento. É por isso que eu sugeri a Consolação. E a Juanita, talvez. Mas desse momento político também, Juanita, Leo Cury.

CONSELHEIRO HELDER: Helder, Sedese. São muitos temas, mas acho que o interessante seria já destacar o que é para falar dentro de cada tema. Por exemplo, o manual de funcionamento é um mundo de coisas. Eu acho que dentro de manual de funcionamento, o que tem que ser falado em uma primeira capacitação, é: o prazo para pedir, diária prazo para pedir passagem. Como é o processo de ressarcimento. Acho que é isso que tem que falar do funcionamento do CEAS. E entra: “Ah, vocês vão ser divididos em comissões, quais comissões tem hoje”. Acho que tudo isso entra no manual de funcionamento. Regimento Interno, mesma coisa. Tem que selecionar alguns pontos. Todo conselheiro tem que ler o Regimento Interno inteiro, mas, principalmente, os destaques. Falar: “Olha, o tempo de fala, [...] regimento, quando se pede vista. Qual é o processo de pedir vista, quais matérias que precisam de quórum qualificado, quais matérias não precisam. Comissões, as atribuições das comissões”. Eu acho que é isso que seria interessante de falar no

Regimento Interno. Código de ética, eu acho que tem que falar de direitos, deveres, conselheiros e as sanções, que são os principais. Leis estaduais e decretos do SUAS. Fazer uma coletânea, acho que ficou um pouco aberto. A lei, ok; agora, o decreto, acho que tem muita coisa. **CONSELHEIRA NÃO IDENTIFICADA:** Não. Não é o Decreto SUAS, não. São os decretos que regem o CEAS. **CONSELHEIRO HELDER:** Ah, sim. Ok. Ah, não. Então, é mais tranquilo. E quem for fazer esse momento, eu acho que tem que ser a Secretaria Executiva. Em segundo momento, não sei, mas essas questões de funcionamento, eu acho que faz sentido que seja a própria Carol, porque ela já é a secretária executiva. A Consolidação saiu já faz algum tempo, mas para outro momento, ok. Mas para esse, de funcionamento, eu acho que até para os conselheiros, que eles tenham como referência a equipe que está hoje, tem que ser a equipe que está, hoje, mesmo, com apoio da Sedese no que precisar. **PRESIDENTE:** Eu acho legal a gente pensar isso e, realmente, em tal assunto. O que é mais importante, que precisa ser discutido nesse momento? Quem pode contribuir com isso? É essa a forma como está caminhando. E eu quero chamar atenção aqui, hoje, muito, para a questão do Conselho de Ética. Nós tivemos uma conversa, que amanhã a gente vai repassar alguns flashes dessa conversa. Não vai ser tudo, é claro, mas pelo menos alguns pontos que a gente tem interesse em colocar para o pleno. Mas dizer da importância do Conselho de Ética, quando e como ele pode ser usado, porque nós conversamos muito sobre uma discussão de que não somos os conselheiros. São os conselheiros da sociedade civil. “Ah, não. É o pessoal do governo”. Então, o que a gente conversou é para que a gente tenha a coragem de, na presença, se não puder ser dito, e que registre e encaminhe para o Conselho de Ética, para evitar de a gente viver situações que temos vivenciado nesse processo. E eu só queria referendar que, de fato, Mariana, eu acho que essa é uma condução legal, e que a gente vai construindo aqui, mas vamos ouvindo mais pessoas. Inclusive, Isaac, é você, agora. Depois, Mariana. **CONSELHEIRO ISAAC:** Isaac, [...]. Eu vou um pouco no sentido do que o Helder está dizendo. Eu acho que todos os pontos que foram colocados aqui são importantes, e também acredito que essa questão do funcionamento, as coisas mais orgânicas, acho que a Secretaria Executiva é a ideal para fazer. E penso também que é importante, como já tivemos em outras vezes, uma capacitação, uma conversa, um diálogo, que a gente sempre fazia sobre a conjuntura. Falar um pouquinho da importância política do Conselho. Dos trâmites, como funciona mais a

parte política, e trazendo o controle social também. E é nessa parte que surgem esses nomes, inclusive conversando até com a própria Rosa. Ela diz que nessa capacitação, seria importante que não faltasse o tema das barragens, que todos sabem o quanto ela dedicou a esse tema, e o quanto isso é complexo para muitos conselheiros na hora de tratar. Então, acho que é um ponto que deveria estar, não sei se só na parte orgânica do conselho, mas é um ponto que também trata de política. E para essas questões políticas, de conjuntura, a gente figura alguns nomes. Eu acho que o nome da Consolação é ótimo para isso. É claro que se a Plenária aceitar e convidar, e ela também aceitar o convite, que é uma incerteza. E tem outros nomes que foram pensados. Acho que a Helena [...] também é uma possibilidade, que lida muito com a sociedade civil. Até a própria Márcia Mansur. Acho que são nomes que a gente pode convidar para fazer uma participação. É mais um diálogo, mas que eu acho que é muito importante, e que a gente já teve em outros momentos de posse. Porque, embora os conselheiros, que tenham momentos que já passaram por aqui, o momento que a gente tem, a gente precisa refletir um pouquinho sobre isso. **CONSELHEIRA MARIANA:** É só para complementar. Eu quero só fazer a defesa de um ponto, que é: gente, esse primeiro momento, que a gente está chamando de capacitação, eu entendo como uma introdução de várias questões relativas ao funcionamento do Conselho para novos conselheiros. Apesar de a Grazi ter falado que muitos são veteranos, e não sei, porque eu não conheço vários, a minha impressão é de que muitos eram novatos. Eu não conheço todos, tá? Estou falando porque nem não tive oportunidade, nem sei quem são. Um ou outro, eu conheci no dia da conferência. Mas, eu quero chamar atenção para um ponto. Acho que esse momento tem que ser da Secretaria Executiva, e eu quero fazer a defesa no sentido de que a gente também, enquanto Conselho faz, em diversos momentos, muitas críticas à Secretaria Executiva, só que o Conselho tem que empoderar a Secretaria Executiva, dar autonomia para a Secretaria Executiva. Isso já foi falado em diversos momentos. A Secretaria Executiva é o coração do funcionamento do Conselho, seja sociedade civil, seja governo. Então, para mim, nada mais natural e mais adequado do que a Secretaria Executiva apresentar para os novos conselheiros a dinâmica de funcionamento. Porque é ela que vai lidar com eles no dia a dia. Tudo isso que a gente está falando aqui, de como a gente se organiza, de como a gente se reúne, como faz convocação, quem pode fazer o quê. Nós estamos falando da dinâmica de

funcionamento do Conselho. Eu acho que o que Isaac e Grazi estão trazendo é para além disso: uma coisa é a gente fazer capacitações do ponto de vista político, da política pública, que é importante para todos nós. Mas o que a gente está falando são de pessoas que vão tomar posse, vão ficar por dois anos sendo responsáveis por várias questões, e que vão ser cobradas. Então, eu acho que essas questões têm que ser trabalhadas pela Secretaria Executiva, com apoio, mas um apoio mais restrito do ponto de vista da dinâmica funcional do Conselho. Porque a gente precisa, gente, também fazer esse Conselho funcionar, garantir o funcionamento permanente dele. Então, é nesse ponto que eu vou só reforçar, que eu acho que o que vocês estão trazendo também é importante, mas esses momentos aqui, eu entendo que eles são diferentes. **CONSELHEIRA GABRIELE:** Gabriele, Sedese. Só corroborando com tudo isso, eu acho que é um momento, principalmente para os novos conselheiros, saberem onde eles estão entrando, entender o funcionamento dos CEAS. E eu não sei. Essa capacitação é antes de formar, por exemplo, os cargos, coordenadores de comissões? Porque eu acho que o principal são os conselheiros entenderem os papéis. Porque aí vem o “Ah, quem quer ser Primeiro Secretário? Quem quer ser Segundo Secretário?”. Não sabe o que o Primeiro Secretário faz, qual a responsabilidade do presidente, do vice-presidente, coordenar Comissão. Não é brincadeira. Então, às vezes, a Comissão tem a Secretaria Executiva. A Secretaria Executiva apoia, mas quem faz as decisões, quem conduz, quem dá o tom, é o coordenador da comissão, é a mesma diretora. E eu sinto que, às vezes, se colocam nomes para esses cargos sem a disponibilidade necessária, sem o compromisso necessário, sem saber onde está entrando. Então, não sei se é no Regimento Interno, mas eu focaria nisso, nos papéis e responsabilidades, para que eles saibam onde estão entrando, e que a gente consiga eleger um bom Conselho, que funcione até melhor do que o desse mandato. **CONSELHEIRA IARA:** Iara, Congregação de São João Batista. Eu estou me colocando no lugar do que eu senti falta quando eu cheguei nesse Conselho. Eu sinto falta de uma apresentação dos instrumentos de funcionamento, instrumentais, mesmo, de funcionamento e monitoramento dos trabalhos. A gente fez algumas construções, mas eu vi que eles se perderam em alguns momentos. Então, eu sugiro também que seja a própria Secretaria Executiva que esteja aqui. Eu não trabalhei com a Consolação, mas eu sei que é um nome muito querido e muito sábio, mas eu entendo que tem que ser, até para que a Secretaria Executiva tenha uma oportunidade de, enquanto ela está

organizando essa capacitação, ela aprimore. Ela vai aprimorar seus processos, aprimorar seus instrumentais, para poder apresentar, e os Conselheiros saberem como é. Como acontece, qual é o instrumental que monitora isso? Qual é o instrumental? Porque todos nós aqui, gente, somos técnicos. Eu fico pensando por que nós perdemos nisso. Eu já tive a oportunidade de trabalhar com vários da sociedade civil, vários do governo. Vocês me dão licença de citar. Trabalhei com o Nelson, por exemplo. Ele criou vários instrumentais que foram superlegais para a gente poder trabalhar nos processos que nós estamos. O Helder, quando eu estive com ele em algumas comissões. Então, nós somos bons para fazer poder fazer esses instrumentais, mas a gente não trouxe para o dia a dia dos nossos trabalhos. Na maioria da assistência social tem vários instrumentais. A gente sabe fazer isso. Não tem outra coisa que a gente não faça tão bem como isso. Acho que isso não pode faltar no treinamento. Então, instrumentais de funcionamento e monitoramento do CEAS, para que a gente possa ter uma direção de como os trabalhos estão sendo realizados, e que a prova Secretaria Executiva produza esse processo. Agradecida. **CONSELHEIRA KARINE:** Karine, Bem-Estar do Menor. Eu tenho a mesma linha de pensamento da Mariana e da Iara. Eu gostaria de acrescentar que nós temos conselheiros que tem um know-how bacana, que possa sustentar essas capacitações. Além de colaborar com a Juanita, que foi indicação da Grazi. Ela é expert. Eu gostaria de sugerir o nome do Lucas. O Lucas, questão de gestão administrativa da Secretaria Executiva, ele é fenomenal. Fora o know-how que ele tem, como currículo. Então, se ele concordar, e essa Plenária cancelar o nome dele, gostaria de colocá-lo para o treinamento dos novos conselheiros. **CONSELHEIRA BAIÃO:** Gostaria de entender. Vocês estão pensando é na capacitação ou treinamento? Pois é. Eu estava até ali fora, agora, fechando uma capacitação, que a Simone também contribuiu com umas entrevistas. Essa capacitação que nós estamos fechando, o nosso mandato aqui em Belo Horizonte, foi sugerido pelos usuários. Então, nós estamos fechando. É o nosso último compromisso com o mandato, é fechar essa capacitação. E ela foi muito bem-organizada. A gente já está organizando há muito tempo. Por que nós insistimos nessa capacitação? Porque estava havendo um desconforto entre gestores, trabalhadores e usuários da política. Então, não estava tendo um alinhamento entre as três esferas. E a gente começou a receber reclamação. Quando a gente vai para a mesa, a mesa diretora tem muita denúncia. Nós

resolvemos juntar, e com a presença da professora Aldenor e Leonora, elas nos ajudaram a montar a capacitação. Elas fizeram o trabalho com gestores, fizeram o primeiro trabalho com a Márcia Mansur. Depois teve a capacitação com gestores. E, depois, foi conosco, usuários. Agora que encerrou a nossa presença com usuários, o que acontece? Nós fizemos um grupo grande, todos esses três segmentos se uniram, unificaram, para ver o que é que tinha tirado daquilo. O que é que estava sendo bom para o gestor, trabalhador e vice-versa. E agora, hoje, nós estamos concluindo as contribuições dos usuários, mas interligado ao trabalhador e ao gestor. Não é só o usuário que está completando a cartilha. E foi um pedido nosso, usuário, que fosse feito uma cartilha bem simples, com essas contribuições que os usuários deram, com suas falas, suas participações, presença. Então, agora, vai ser lançado uma cartilha da capacitação, que vai ser distribuída nos CRAS, nos CORAS, e a gente, ontem, deu uma sugestão de levar o CRAS para fora das paredes. Nós vamos ter uma agenda com a Prefeitura, com entidades. Qualquer festa que tiver, agora, o Carnaval, já vai ser montado um bloco do SUAS no Carnaval de Belo Horizonte. Então, a capacitação não pode ficar centralizada, ela tem que ser. Porque não adianta fazer uma capacitação com uma mesa dessa, três meses, e ficar aqui, em cima da mesa? Ela tem que ir para fora. Então, é isso que eu queria deixar para vocês. Eu estava ali fora, fechando a reunião de hoje, que agora é só amanhã, por isso eu estava lá fora. **PRESIDENTE:** Então, já temos várias recomendações, sugestões. Enfim. O que a gente está aqui, cochichando, é que, realmente, esse primeiro momento passa pelo empoderamento, tanto da Secretaria Executiva como da nova equipe, que vai assumir esses trabalhos nos próximos dois anos. Então, é muito importante, e eu vou falar dois grupos aqui, mas que no processo, viram um só. Mas esses dois grupos, Secretaria Executiva e Conselho, possam dialogar e fortalecendo esses laços de compreensão, de trabalho, de definição, quem é quem, e o que é de quem. E a construção coletiva. E essas demais pautas podem ir sendo construídas no processo. E a Baião me fez lembrar de uma coisa, muito interessante. O tanto que nós, dos fóruns, pelo menos é assim que eu penso, vamos demandar do Conselho. Não é desse Conselho. O quanto nós, dos fóruns que a gente acabou de criar, aqueles que já existiam, ainda em situação bem fragilizada, ainda. O tanto que nós vamos demandar, porque nós vamos precisar muito de apoio aqui do CEAS para os nossos trabalhos. Lembrando que uma crítica que eu ouvi muito, não só na nossa Conferência Estadual, mas

também na Nacional, é do próprio despreparo das pessoas que chegam como delegados, delegadas, conselheiros, enfim, e que a gente é reconhece que é uma falha que está na base. Isso passa pelo CMAS, isso passa por toda essa construção. Então é daí que eu estou falando da importância dos fóruns, do tanto que a gente vai demandar, as comissões que vão ser criadas aqui, e como essa pauta política pode ir sendo construída no decorrer do tempo. E ainda faço outra sugestão. De repente, para quem for possível, possa ter encontros. Não que isso vire rotina, mas, de vez em quando, uma atividade híbrida. Eu estou falando de capacitações. Quem estiver onde esteja, e que tenha condição, possa participar. Acho que ficou esse vazio da relação da Secretaria Executiva com o Conselho em si. E é muito importante que isso seja restaurado, seja recuperado, e que isso não mais aconteça. **CONSELHEIRO HELDER:** É, eu ia puxar isso mesmo. Ia perguntar se é consenso para todo mundo que seja uma capacitação presencial, de um dia inteiro com os novos conselheiros, com esses temas que foram colocados. Manual de funcionamento, Regimento Interno, Código de Ética, plano estratégico do controle social, Lei 12.262/1996, se eu não me engano, e Decreto 4.322, que é do CEAS. E um ponto. Essas outras questões, que eu estava comentando com a dona Arlete, esse ponto que você trouxe, Grazi, das patas políticas. Eu entendo que isso, a própria sociedade civil pode se organizar e chamar essas pessoas. Eu acho que nem precisa ser colocado uma lógica de capacitação. **CONSELHEIRA GRAZIELE:** Grazielle, CRP. Tem essa previsão dessas capacitações com maior periodicidade. Não sei se no manual está escrito isso, mas tem algum lugar que a gente descreveu. Nas próprias comissões também, identificar. Por exemplo. Na Comissão de Financiamento e Orçamento, a gente colocou por diversas vezes a necessidade de fazer capacitação. A gente não teve braço para poder efetivar isso, mas, isso, era colocado sistematicamente. Eu corroboro. A minha preocupação era no sentido de que, porque eu lembro bem quando a gente começou nessa gestão, a gente também fez essa solicitação de que a Secretaria Executiva fizesse essa capacitação, não sei se vocês estão lembrados. E a gente teve uma só, que foi de financiamento e orçamento. né? Mas eu concordo, e principalmente com a fala da lara, que é o momento de elas também se organizarem, assumirem os documentos, no sentido de fazer a releitura, rememorar esses documentos, para poder trazer para a gente. E como diz Drummond: amar, se aprende amando; fazer, se aprende fazendo. **CONSELHEIRO HELDER:** Só concluir o ponto que eu tinha falado. Foram

várias sugestões. Eu sugeri que a Secretária Executiva organize e, dentro dessas sugestões, avalie quem eles acham interessante chamar para um tema ou outro. Marilene até trouxe um ponto. Um dia é pouco? Com certeza. Não tem como, você não aprende tudo do CEAS em um dia só. Vai ser uma coisa que vai ser pincelada, e todo conselheiro tem que ter a consciência de que ele tem que ler esses documentos. Não tem como fazer uma capacitação e passar tudo, infelizmente. A gente teria de fazer uma semana de capacitação, e as pessoas não teriam disponibilidade. Então, é isso mesmo. A capacitação introdutória, com a expectativa de que ou as pessoas venham e já tenham lido os documentos, ou que elas leiam depois. Aprender isso, só com a capacitação, é impossível. **CONSELHEIRA NÃO IDENTIFICADA:** É só porque a minha sugestão é não ter convidados; é somente a Secretaria Executiva. Só queria deixar bem claro que foi essa a minha proposta.

CONSELHEIRA MARILENE: Eu questionei aqui a questão do tempo, porque eu fui uma das pessoas que entrei nua e crua, como a gente costuma dizer, no CEAS, e estou saindo com muita dificuldade de compreender o CEAS. E isso foi muito ruim para a minha participação nesse conselho. E eu acho que por mais que o Conselheiro tenha a obrigação de ler esses documentos e pensar, mas eu penso que essas capacitações poderiam ser divididas em, pelo menos, duas capacitações. Porque informar é a mesma coisa de eles lerem lá, na casa deles, e as dúvidas vão ficar. Se virem para esse espaço, com esse tempo tão reduzido, para mim, eles vão ter a mesma informação que eles teriam se estivessem lendo. Então, eu acho que não soma tanto. Talvez, ter um tempo, não vai somar tanto no aprendizado e conhecimento. Eu estou partindo do pressuposto que vão ter conselheiros novas e inexperientes. Eu estou partindo desse pressuposto. Se não, está tudo certo. E eu queria fazer referência ao curso que eu fiz, pela Fundação João Pinheiro, que é o controle social no SUAS. Eu esqueci onde foi. Foi na plataforma. Da Poli. Muito bom. É chover no molhado para quem já está dentro da política do SUAS há muito tempo? É. Mas para quem está chegando, foi muito importante para mim entender esse passo a passo, porque, no início, eu senti muita falta. E eu sugiro que seja feita uma dessa capacitação para os novos conselheiros. Que não deixa só online, pela internet, porque muitos acabam não fazendo. E eu sugiro que façam, porque foi muito bacana para mim. **CONSELHEIRA MICHELE:** Na verdade, o que eu vou falar, a Mariana já falou um pouco. Eu acredito que a equipe da Secretaria Executiva tem condições de dar essa capacitação. Eu queria entender por que desses convidados

participarem de um treinamento, e vou muito na fala da Marilene. Por quê? Ao chegar ao CEAS, acho que o Conselheiro tem de entender qual é o papel dele aqui. Entender o que é o Conselho, e qual é a atribuição, responsabilidades, competências, deveres, direitos. Acho que começar com essa introdução e, depois, vir com essas outras. Porque para quem já está dentro da política, para quem tem a formação na área, é fácil. Agora, para quem não tem, nunca teve contato com a política, é mais complicado. Obrigada. **CONSELHEIRO ISAAC:** Isaac, [...]. Eu entendi o que a Mariana trouxe. Eu compreendo que essa pauta do funcionamento, a Secretaria Executiva, se tiver mais algum Conselheiro para falar, é importante. Para mim, isso é um consenso. E completando o Helder, eu entendo que a questão das barragens precisa estar nessa capacitação inicial. Esse eu acho que isso é fundamental, ponto de muita dúvida, inclusive para conselheiros que já passaram por ela. Agora, a outra questão, e respondendo a Michelle, é que a gente, estudando a capacitação, existe um funcionamento, mas existe uma questão da conjuntura. Esse funcionamento não é no vácuo, ele é em uma sociedade que está passando por um momento. E acho que essa discussão da conjuntura, ela é essencial. Pelo menos para a sociedade civil, eu acho importante. Embora o Helder diga que a sociedade civil tenha que fazer, eu acho que a gente, nos coletivos, tanto segmento de usuário, entidades de trabalhadores, todos da sociedade civil, buscam discutir essas conjunturas, discutir as pautas políticas em diversos momentos. Mas eu entendo que essa sociedade civil, que vem dos diversos segmentos para compor esse Conselho, vai compor uma unidade. E os conselheiros governamentais que vão participar, vão contar essa unidade que a gente tanto reclama que o Conselho Estadual é uma unidade que tem esses diversos atores, e que eu acho todos importantes. Por isso eu acho que é importante, sim, a gente discutir a conjuntura. E, repito: em outros momentos, em outras formas, a gente discutir a conjuntura. Eu acho que ela é necessária de ser discutida sempre que possível, e acredito que é importante a gente aproveitar essa oportunidade para isso. E é nesse sentido que eu entendo que essas outras pessoas que poderiam ser convidadas, são interessantes a participação delas. Eu acho que vai enriquecer um pouquinho mais a nossa conversa. Eu não estou dizendo que a Secretaria Executiva seja pobre nesse sentido, só estou dizendo que é uma ampliação. São pessoas que podem, sim, contribuir com a nossa conversa. Aliás, nem o restante da capacitação não deve ser um momento só de escuta dos conselheiros, tem que ter um espaço para

que se discuta, também. Além de escutar, discuta. E tire suas dúvidas. E eu acho muito importante que tenha esse momento da discussão da conjuntura atual. Por isso eu acho que são dois momentos que precisam acontecer. Além disso, acho que para essa questão dos instrumentais, eles podem, sim, ser enviados para os conselheiros, antes, para que eles deem uma lida e, inclusive, suscitem as dúvidas que vão trazer para discutirem na capacitação. **CONSELHEIRO LUCAS:** Lucas, Conselho Central de Curvelo, da Sociedade São Vicente de Paulo. Só para poder lembrar. Nosso mandato vence domingo, dia 17. E nós vamos ter que definir aqui datas e horários daquilo que vai ser essa convocação presidencial. Essa convocação tem que ser manada até na sexta-feira, ou seja, amanhã, porque depois da posse, o Conselho vai estar sem presidência e sem mesa diretora. Por quê? A eleição da mesa diretora vai ser feita em janeiro. Então, nós vamos ter a posse dos conselheiros com mandato vigente a partir do dia 18, e sem mesa diretora. Então, a mesa diretora atual que tem que já emanar a convocação para a próxima reunião, dos dias que serão, para que convocados e presentes no conselho, os novos conselheiros possam se articular para a eleição da nova mesa diretora, e na abertura da Plenária, já ser aprovado o nome da nova mesa diretora para conduzir os trabalhos. **PRESIDENTE:** O Lucas está trazendo outra pauta, mas eu acho que seria muito interessante a gente ir consolidando essa que estava sendo discutida. E eu quero trazer um pouco, respondendo o que Michelle estava colocando. Porque eu entendi que, até então, a gente falava da Secretaria Executiva está abordando com os novos conselheiros e os que continuam, claro, é mais estrutural. A gente estava falando dessa forma. Agora, é muito importante quando a gente fala, quando sugere alguns nomes, e que depois pode-se até mudar, mas, a princípio, foram esses que surgiram, porque se a gente não fizer uma leitura de conjuntura, a gente fica patinando. E para a gente ter uma visão ampliada do funcionamento, ainda que a gente esteja inteirado de toda forma de estrutura, a gente precisa também fazer análise. E essa análise de conjuntura nos ajuda até a fazer uma incidência política mais eficiente. Prova disso é hoje, pela manhã, quando todas as pessoas que estavam aqui comemoraram a notícia que a Juliana trouxe. E a gente já tinha conhecimento dela pelas redes sociais, ou entre um e outro, chamava. Mas é muito importante a gente ter essa compreensão e essa visão da análise de conjuntura, porque a gente também, nesse processo, vai mapeando as pessoas que têm compromisso. E eu não estou dizendo que quem não fez essa luta

não tenha, mas eu estou dizendo de quem teve a capacidade de assumir, de fazer essa luta para o fortalecimento dessa política pública tão importante, que a gente está aqui há dois anos. Outros virão, outros já passaram, para ir consolidando essa política do SUAS que queremos. A Michelle e a Mariana estão inscritas. E em seguida, a gente consolidar e trazer o tema que o Lucas colocou para nós.

CONSELHEIRA MICHELE: Arlette, obrigada por ter respondido. Mas ainda não consegui entender que estes convidados vão fazer a leitura da conjuntura, uma vez que nós, enquanto conselheiros, quem ficar, e a Secretaria Executiva não tem essa capacidade de passar essa leitura para eles. Então, na minha avaliação, eu penso que isso seria em um segundo momento, e não necessariamente com esses convidados. Não necessariamente. Eu acho que a gente tem que fortalecer quem está aqui, valorizar quem faz parte desse Conselho. E o fundamental, para que não aconteça o que aconteceu com a Marilene, que, infelizmente, ela veio falar isso no final do mandato. Então, é necessário, sim. Ao chegar, não é só dar boas-vindas e tomar posse. Não. É falar: “Olha, o Conselho funciona dessa forma”, passar a legislação, os materiais. Falar direitos e deveres, competências. As comissões. Falar de todo o trabalho, falar toda essa introdução. E acho que não é válido, nesse momento, ter essa análise de conjuntura com esses convidados. Eu acho que não cabe, nessa primeira capacitação inicial. Talvez em outro momento, outra proposta, que esses convidados viriam para trazer alguma discussão, alguma contribuição.

PRESIDENTE: Eu acho que agora sou eu quem não está entendendo. O meu raciocínio estava na lógica de que a gente estava construindo um primeiro momento dessa nova equipe que está chegando, juntamente com quem continua, de uma relação mais próxima com a Secretaria Executiva, de conhecer esse fluxo que acontece, ter acesso a documentos etc. E que a proposta dessas demais pautas, a partir de convidados, não seria nesse dia. Esse estava sendo o meu entendimento. Não seria nesse dia de chegada e boas-vindas dessa nova equipe. É isso que a gente estava falando, gente? Ah, então tá. E esses nomes que foram sugeridos, eles vêm em uma possibilidade, inclusive de aceitação do outro grupo que vai chegar, junto com os que continuam, para fazer toda essa discussão que a gente está dizendo, de análise de conjuntura, de compreensão do funcionamento da política, na perspectiva das contribuições, tanto da sociedade civil como do próprio segmento governamental. Para mim, a gente está falando, e não é nem só de dois momentos, são de vários outros momentos. Quando eu trouxe, por exemplo, o tanto

que o fóruns vão ter condições de demandar o CEAS, visto que nós já garantimos isso, em outros momentos, a importância de fóruns, Urcmas e todos esses grupos que estarão aí, tanto apoiando o CEAS como também tendo o CEAS como nossa referência. É isso, gente? Ah, então tá. Podemos caminhar? **CONSELHEIRO HELDER:** Então, fica combinado. Só tem um ponto, que a Marilene trouxe. Que acha que são muitos temas para um dia só. Se não, seriam dois. Por exemplo, poderia fazer janeiro e fevereiro. Também tem um ponto que a gente tem que discutir. O que vocês acham? De dividir. A Mariana ia falar também. **CONSELHEIRA MARIANA:** Eu ia responder sobre a data. A proposta de data seria 25 e 26 de janeiro. Por quê? A gente abre o orçamento mais ou menos no meio de janeiro. A gente precisa de um prazo para fazer a abertura de empenho para processar as diárias, e a Secretaria Executiva precisa de um prazo para organizar os materiais e organizar esse dia de treinamento. Então, a proposta seria: no dia 25 e 26 de janeiro, sendo no dia 25, fazendo esse momento de treinamento com a Secretaria Executiva. No dia 26, já poderia ter eleição de mesa diretora, composição das comissões. E já tem, inclusive, pautas, que eu sei que vão entrar em janeiro. Por exemplo, demonstrativo do SUAS Web, do Governo Federal, porque o prazo do Conselho vai começar em janeiro. Então, a gente vai estar dentro do prazo. E eu não lembro, mas tinha outra coisa. O calendário. Então, minha proposta seria: o momento de treinamento no dia 25; no dia 26, eleição da mesa, formação de comissões e pautas, que a gente tem que fechar e que eu não me recordo de todos. **CONSELHEIRO HELDER:** Helder, Sedese. Sugestão para o próximo mandato, que eu tenho falado. Eu não vou estar aqui, mas eu vou sugerir, de talvez alterar as reuniões. Em vez de ser quinta e sexta, ser quarta e quinta. Porque os conselheiros que morem no interior, não precisa viajar no sábado, que é um fim de semana, podem viajar na sexta. Acho que tem até mais horários de ônibus, dependendo de onde for. Fica como sugestão. Inclusive, poderia começar já em janeiro. 25 e 26 dá na quinta e sexta? Eu já sugeriria ser 24 e 25. Já fica quarta e quinta. Acho que pode ser melhor para o grupo que está vindo. Não, é assim. Não especificamente só para aquele dia, mas, no geral. Fica uma reflexão para o próximo mandato de, talvez, mudar. Porque quando pergunta de ser quinta e sexta, todo mundo diz que sempre foi assim. Então, é bom dar uma discutida. Muita gente traz essa dificuldade, que no fim de semana é mais difícil. É uma sugestão para o próximo mandato. É só isso. Podemos fechar 24 e 25, ou 25 e 26? Roberta? **CONSELHEIRA ROBERTA:** Gente,

eu queria fazer uma sugestão, que a Gabi está falando. No primeiro mês do ano, e vocês que já estão aqui há um tempo, vocês sabem que têm problemas de abertura de sistema. O problema não é só em janeiro, é abrir o sistema para a gente conseguir. 29 de janeiro. Então, sugiro colocar, deixar. Minha sugestão seria 30 e 31, mas passa do nosso prazo para validação do CEAS, da prestação de contas do Governo Federal. Desculpa, porque seria a sugestão de terça e quarta.

CONSELHEIRO HELDER: Helder, Sedese. Então, preferem 25 e 26? Eu nem vou estar aqui, gente, então eu estou só sugerindo.

CONSELHEIRA GABRIELA: Gabriela, CMAS Salinas. Eu acho a proposta muito interessante, até porque, por exemplo, é justamente pela preocupação de poder passar o final de semana com a minha família, que eu viajo na sexta-feira à noite. Então, se eu tivesse, por exemplo, as Plenárias fossem na terça e na quarta, eu poderia passar a quarta aqui e viajar na quinta pela manhã, para chegar em casa. Eu acho que faz muito sentido o que o Hélder colocou. E a solidariedade dos conselheiros é muito importante para esse momento, para quem viaja tanto para estar aqui.

CONSELHEIRO HELDER: A minha sugestão é que, inclusive, a Gabi trouxe a questão dela, que acho que é uma das que vem mais de longe, que isso seja considerado a opinião dos conselheiros que moram mais distante. Considerado, Simone, e as demais necessidades. Inclusive, até a data não coincidir com data de CMAS, por exemplo. Não ser na mesma semana. Mas é coisa para o próximo mandato.

CONSELHEIRA CAROLINA: Eu acho que a gente tem que estabelecer a data só de janeiro, e a pauta do calendário, é o novo Conselho que vai resolver. Inclusive, só colocar as pautas que precisam ser feitas, fechadas, entre elas, o calendário. E resolve.

CONSELHEIRA GRAZIELE: Graziele, CRP. Carol, coloca pauta para ser fechada, calendário, e coloca, entre parêntese, para lembrar do CMAS e outras agendas que a gente precisa ficar atentos.

CONSELHEIRO HELDER: Podemos fechar o encaminhamento? Capacitação presencial no dia 25 de janeiro. No dia 26 de janeiro, eleição da mesa diretora, a formação das comissões, e na capacitação ter os assuntos que estão elencados ali em cima. A gente já falou. Manual de funcionamento do CEAS, plano de controle social, Regimento Interno, Código de Ética, leis estaduais, decreto do CEAS e demais assuntos que acharem interessante. A dona Arlete sugeriu uma ideia boa, de juntar todos esses documentos e entregar, juntinho, como se fosse um caderninho, para que as pessoas possam ter no primeiro dia dos novos conselheiros. Imprimir e entregar tudo junto. É isso. Alguém tem outra proposta?

CONSELHEIRA SUZANE: Suzana, Sedese. O pessoal da Sedese que vai ser conselheiro, e os três que continuaram, falaram que dia 24 e 25 é ok para eles. Só de janeiro. Sugestão da Mariana, de marcar em janeiro, de uma vez. Estou falando para o pessoal que vai ser convocados para a reunião, acharam melhor 24 e 25, em janeiro. Depois, resolve o calendário. **CONSELHEIRO HELDER:** Então, 24 e 25, ao invés de 25 e 26. Mas o calendário, discute com o novo CEAS, de acordo com as necessidades do novo CEAS. É isso que a Gabi trouxe. Por que na terceira semana? Porque sempre foi assim. Assim é tudo assim, porque sempre foi assim. Por exemplo, tem conselheiros do CMAS. Tem que ver se não vai bater no mesmo dia da reunião do CMAS. Então, acho que são coisas que têm que ser levadas em consideração. Só para quem ficar, saber que isso não é uma coisa engessada, isso pode ser discutido e alterado. A Secretaria Executiva pode verificar essa data, se está livre. Se tiver algum problema, a gente procura. Toda essa discussão de data, fazer com o novo CEAS, considerando até a disponibilidade dos locais. Tudo. Ok, temos consenso nessa proposta? Todo mundo entendeu? Acho que podemos passar para o próximo ponto. No dia 25, então, seria a Plenária. A Mariana já até sugeriu. Eleição da mesa diretora, divisão das comissões, pautas que precisam ser fechadas, calendário do ano das reuniões e SUAS Web. **CONSELHEIRO LUCAS:** Lucas, Conselho Central de Curvelo. Está faltando ali a distribuição dos processos de barragem. Processo, do jeito que está aí, mesmo. Eu já vou dar o encaminhamento. Que o processo, do jeito que está aí, ele possa ser direcionado para a Rosa, que era a técnica do processo. Ela tem conhecimento por completo do processo, do jeito que está aí. E tem que ser alguém da sociedade civil, porque, querendo ou não, o empreendedor tem vínculo direto com a Sedese. Então, não pode ser membro do governo; tem que ser de sociedade civil. **PRESIDENTE:** O nosso próximo ponto de pauta, é você, Gabi, que vai conduzir. **CONSELHEIRA ROBERTA:** Gente, boa tarde. Roberta, Sedese. Vou pedir para colocar o Ofício 73. A gente recebeu um ofício do Fundo Nacional de Assistência Social, informando sobre a necessidade de regularização da prestação de contas de um recurso específico da Portaria 369, aqueles recursos do Covid, que foram direcionados à [...]. Eles identificaram uma inconsistência no saldo. Eu pedi a equipe para analisar, e foi apurado que foi um erro na hora de digitar. Foi um erro de digitação em vez de digitar. O valor de R\$ 62.774,66, foi digitado R\$ 67.774,66. E a gente anexou aqui, e eu vou explicar com detalhes para vocês. Então, eles orientarem que a gente

solicitasse a reabertura do sistema para correção de ajuste. Agora, a gente incluiu a pauta. Então, eu vou ler rapidamente o ofício que a gente encaminhou aqui para vocês, para que todos tenham ciência. É muito simples, mas eu acho que é importante vocês terem clareza do que é. Cumprimentando cordialmente, solicito inclusão de pauta na Plenária ordinário deste Conselho, referente à regularização da prestação de contas do exercício de 2021 junto ao Fundo Nacional de Assistência Social. Recebemos o ofício, e aqui está o nome do ofício. Esse ofício está em anexo no processo. A Carol pode abrir, se vocês quiserem. Da Coordenação Geral de Prestação de Contas do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, informando sobre inconsistências entre dispensas declaradas de ações do Covid no SUAS para EPI, Portaria 369, e as receitas existentes no exercício. Em relação à inconsistência apontada no demonstrativo sintético e anual de execução física e financeira, apuramos que se trata de um material no ato da digitação. No preenchimento do referido documento, foram informadas despesas no valor de R\$ 67.774,66. Eu falei o contrário. Quando o correto seria informar o valor de R\$ 62.774,66. Ficou 5.000 a mais informado errado. As despesas que constituem os gastos informados são referentes à aquisição de equipamentos de proteção individual por meio das notas fiscais número 10398, de 14490. Aqui, gente, a gente já anexou o processo de cada uma dessas notas fiscais para vocês conseguirem verificar. Número 10403, no valor de R\$ 16.700,00; número 10414, no valor de R\$ 3.400,00; número 10573, no valor de R\$ 4.720,00; e aquisição de alimentos, com o pagamento parcial da nota fiscal 2466, no valor de R\$ 23.464,66. Para viabilizar a regularização e prestação de contas referente ao exercício de 2021, será necessário solicitar a reabertura do demonstrativo sintético físico, financeiro, conforme orientação expressa no ofício do MDS. Lá, eles pedem para a gente verificar os dados e encaminhar a solicitação de reabertura do demonstrativo por meio digital. Após a reabertura do demonstrativo e realização da retificação supramencionada, o referido demonstrativo sintético deve ser aprovado pelo Conselho em Plenária, em consequente reinclusão de parecer no sistema. Então, dessa forma, solicitamos análise e aprovação desse CEAS, relativo a essa alteração, para viabilizar a devida alteração de valorização sintético, física e financeira em sistema, quando reaberto pelo [...]. Então, a gente já está apresentando. É uma questão muito simples de erro material do valor. Então, a gente já queria passar para vocês, quando a gente conseguir reabertura, a gente já

está com tudo aprovado, e a gente conseguir simplesmente fazer a aprovação no sistema. Eu acho que a gente vai ter de fazer o documento, falando que foi aprovado. Teria que fazer uma Resolução, para garantir que a gente vai poder fazer alteração no sistema? **CONSELHEIRA GABRIELE:** Gabriele, Sedese. Eu entendo, Roberta, como esse Conselho que a apreciou, eu acho que é importante esse Conselho dar o de acordo. Contudo, o Lucas lembrou que dia 17 não tem mais mesa diretora, não tem mais Presidente. Quem vai lançar no sistema, se não reabrir, e é isso que eu estou mostrando para o João, o demonstrativo está fechado. Quem vai lançar no sistema é a nova Presidente. Então, eles vão ter que apreciar da mesma forma. Vai ter que entrar com a senha do novo Conselho para colocar. Dona Arlete não pode usar a senha dela depois do dia 17. Mas está o mandato do nosso Conselho lá. **CONSELHEIRA ROBERTA:** Ah, entendi. Mas a gente não consegue aprovar, incluir, depois, no sistema? Orientando a alteração. Mas aí já fica tudo adiantado para a gente não ter de passar, novamente. **CONSELHEIRO JOÃO PAULO:** Eu posso sugerir? O problema da mesa diretora, e eu não tenho certeza se a gente consegue. Dia 18, a gente já vai cadastrar os novos conselheiros. Talvez, com o Secretário Executivo, a gente consiga fazer. Não sei, não garanto. O de Presidente. Mas é importante ter essa aprovação, esse indicativo, que, se puder resolver, a gente já resolveria. Eu acho que aqui, o importante é: dar ciência e aprovar. O lançar sistema, a parte administrativa, burocrática, a gente vê o que é possível. Se não der até a próxima mesa diretora, aguarda até lá. É a minha sugestão. **PRESIDENTE:** Eu acho tão importante isso ser muito bem esclarecido. Que é claro que não foi uma situação idêntica a essa, mas muito parecida, e que eu fui atropelada com informações que não deveriam ter sido como foi, e que meu nome está em uma ata, que ainda tem que ser aprovada, porque também não sei quem vai aprovar, visto que ela ainda não foi apresentada, por causa exatamente de uma necessidade de emergência, e que eu questionava: “Por que eu tenho que assinar isso?”. Eu fiquei um mês e pouco pensando: “Mas como é que eu tenho que assinar isso, sendo que se em falta a minha, tem um vice-presidente?”. E me falaram: “Não, tem que assinar agora, porque é urgente”. Eu fui tentando recapitular essa história na minha cabeça, e eu falava: “Mas isso não foi apresentado para o CEAS”. E por informações, talvez, de alguém que também soubesse menos do que eu, e que estava me orientando, depois deu no que deu no pleno passado, aqui. Então, Roberta, acho que é isso mesmo. O que o João Paulo está trazendo, eu

acho que a gente tem que lidar com essas questões com muito cuidado. Ainda que seja, e pelo que eu estou entendendo, vai ser outra pessoa que vai assinar, que não tem conhecimento, como agora a gente precisa rememorar para saber do que se trata, para evitar de nomes de pessoas ficarem gravados nos anais dessa casa, como até para quem só lê e não acompanhou o processo, vai dizer: “Como essa pessoa foi irresponsável”. Então, eu acho que é muito interessante, de fato, que todas as vezes que acontecer isso, e que a gente sabe que não é de propósito, se faça uma revisita ao que aconteceu, para que quem estiver envolvido, não passe por vexames e que possa ser visto, futuramente, como uma pessoa que usou de um poder, ainda que simbólico em alguns momentos, possa ficar envolvido sem ter tido conhecimento, de fato, da situação. Eu compreendi. Eu acredito que todo mundo aqui compreendeu. Foi um erro de digitação. Só que quem está lá, não sei se entendeu, vai ler o documento. E quem tem que entender mais ainda é quem construiu e quem vai assinar. Eu agradeço você ter trazido isso de forma tão transparente, e colocar para que todo mundo saiba, e que nos anais desta casa fique esse registro. É assim que se faz política pública com inclusão. **CONSELHEIRA ROBERTA:** A gente pode elaborar, então, uma minuta de Resolução, indicando a aprovação da alteração? **CONSELHEIRO HELDER:** Todos de acordo a fazer uma minuta de Resolução? Alguma dúvida? Alguém chegou a escrever alguma minuta? Ainda não, imagino. Que eu ia sugerir, só para a gente passar para o próximo ponto. Enquanto isso, faz a minuta, e depois a gente volta nela. O que vocês acham? Para dar andamento. **CONSELHEIRA GABRIELA:** Gabriela, CMAS Salinas. Eu não sei se é difícil, mas, talvez, se conseguir remeter a Resolução que fez a aprovação, acho que vale a pena. **CONSELHEIRO HELDER:** Próximo ponto. Definir a metodologia da Plenária de amanhã, plenária de posse, que será híbrida, presencial e virtual. **CONSELHEIRA GABRIELE:** Gabriele, Sedese. Gente, trazendo um resgate. A gente tentou deixar isso lá, registrado na convocação, mas foi uma decisão emergencial da mesa diretora. A gente não tinha avançado na nomeação, nos processos de nomeação dos novos conselheiros. A equipe da Secretaria Executiva estava metade na Conferência, resolvendo questão de passagem, para tentar tirar um pouco desse fardo. Porque a servidora, que estava com as diárias, também está de férias. Estava só o Denílson, tinha que providenciar as diárias de vocês, e tinha que cadastrar todos os novos conselheiros no sistema. Enfim. Então, foi uma reunião emergencial no dia 07 de dezembro, que a mesa diretora fez, híbrida, com vocês, lá na

Conferência. E a gente optou por essa metodologia, que não é que a gente gostaria, não é a melhor delas, mas é uma tentativa de que a gente consiga acolher os novos conselheiros, ter a vigência da mesa diretora até a data, que é do dia 18, sem prejudicar essa questão institucional do CEAS. Então, essa posse não vai substituir a reunião de janeiro, como a gente já conversou. E a ideia é: já que a gente já vai estar aqui na Plenária, a gente abriu um link para que os novos conselheiros se apresentem e tomem posse de uma maneira simbólica, eu diria, para que sejam. É, eles não vão poder assinar a posse, porque eles ainda não são conselheiros. A ideia é que a posse comece a ter vigência a partir do dia 17. Isso, a gente tem que definir. Como é que vai ser esse procedimento de assinatura. Vai ser uma assinatura eletrônica, de posse? E o que eu estava vendo aqui, com o Anísio, é questão de tecnologia. Como é que a gente vai abrir esse link, como é que a gente vai ouvi-los? Ele fez um teste no computador, colocando um cabo. A gente consegue ouvi-los bem, mas isso vai atrapalhar a ata. Se a gente falar, e eles falarem ao mesmo tempo, a gente não vai ter a ata da Plenária. Então, é só a mesa diretora organizar isso. Quando estiver falando no microfone, feche o microfone deles; quando eles estiverem falando, a gente segura os nossos microfones. Mas, acho que é isso. A gente precisa entender exatamente. Eles vão assinar o quê? Eles vão só se apresentar, como é que a gente vai conduzir? O link foi enviado para todos, não é, Secretaria Executiva? Foi? E abro para os meus colegas, só para a gente avançar nessa organização. **CONSELHEIRO LUCAS:** Lucas, Conselho Central de Curvelo, da Sociedade São Vicente de Paulo. Só para dizer. A posse não é simbólica, é uma posse oficial. Até porque, só a presidência pode dar posse para os novos conselheiros. Mas vai ser uma posse, no mesmo sentido em que ocorre com as entidades. As entidades, você pode dar a posse, com a vigência a partir da data futura. Então, é isso que nós vamos fazer. E com relação aos documentos de posse, o termo de posse, acredito eu que podem ser todos assinados no dia da reunião presencial com a data da posse. Ou seja, a data em que eles tomarão posse da Plenária. Primeiro, por quê? Já está sendo verificada a presença deles. Vai ser registrado por força de ata. Então, na coleta posterior, não há nenhum tipo de problema. Tanto na ata quanto também no termo de posse. No nosso caso, nós não colhemos a assinatura de ata, ela só é aprovada posteriormente. Então, é só uma questão de formalismo, foi a única alternativa que a gente encontrou para que a gente não pudesse, em um primeiro momento, prorrogar mandatos. Até porque nós

não teríamos instrumento jurídico para tal, e também garantir a continuidade do Conselho. **CONSELHEIRO HELDER:** Então, a proposta seria: amanhã, posse oficial dos conselheiros e conselheiras do novo CEAS; assinatura do termo de posse na primeira reunião presencial; durante a apresentação desses novos conselheiros e novas conselheiras que estarão online. Quem já não é do CEAS, estarão online, só pedir a atenção da mesa, dos convidados, para fazerem silêncio, para que a gente consiga ouvir todos e que tenham o registro das atas adequadamente. É isso? Alguma coisa a mais? O horário? A gente está propondo 14h, pode ser? Já até foi. É verdade. Então, só informando. 14h às 16h a posse híbrida. Conselheiros que vão permanecer, então tomam posse presencialmente, aqui mesmo. Mais alguma coisa a respeito desse assunto, ou podemos passar para a próxima pauta? **CONSELHEIRA MARIANA:** Desculpa, é porque não ficou claro para mim se a gente vai ter um protocolo. É isso que eu estou perguntando. Para mim, a gente ia discutir esse detalhe. Porque, veja bem. Nós vamos estar em um link. Desculpa, se eu não estou entendendo. Eles vão estar em um link do Meet, ok? Carol, vai ter aqui o som, ele vai ser propagado como? A imagem? É isso que eu estou perguntando, gente. Essa sala, quando a gente está em reunião virtual, que tem essa questão híbrida, tem uma questão de microfone, de som, quem vai falar, onde. O que elas vão falar, nós vamos ouvir por onde? Então, são questões que eu estou perguntando, até para organizar amanhã de manhã. Para, na hora, não ficar ruim. Outro ponto. Tem algum protocolo? É porque eu me lembro da última. Eu acho que foi uma questão que não durou duas horas. Foi uma questão de cinco minutos. Foi super-rápido. Na época, estava eu e a Patrícia. A Secretária Elizabeth entrou, virtualmente, fez uma fala e declarou todos empossados. E, depois, eu acho que as pessoas se apresentaram, e a gente concluiu. Então, foi uma questão bem rápida. Estou só perguntando. A gente está pensando em alguma coisa nesse sentido, para ficar claro? **PRESIDENTE:** Eu estou entendendo que é isso mesmo, Mariana? Porque essa parte de assinaturas, que levaria um tempo maior. E lê e fulano assina, outra assina. Isso não vai acontecer amanhã. Como o Lucas já orientou, isso pode acontecer posteriormente, na primeira reunião presencial, com todo mundo. Acho que vai ser uma coisa rápida, e é torcer para que a parte das tecnologias funcionem. **CONSELHEIRA MARIANA:** Até para facilitar, para que eles possam ver quem está presente aqui, cada um entrar no seu celular. Não, só deixar no silencioso. Para, pelo menos, ver o rosto, a presença. Estar presente todo mundo. Cada um entra

com seu link. E vai ser projetado também. Nós vamos abrir o link, entendeu? E todo mundo vai se ver. Mas eles vão nos ver, se todo mundo entrar com seu celular.

CONSELHEIRO NÃO IDENTIFICADO: Com relação à assinatura. Os conselheiros que estão aqui vão assinar essa posse amanhã mesmo, ou vão ter de assinar na próxima reunião? **CONSELHEIRO HELDER:** Helder, Sedese. Eu estava comentando

que enquanto vocês estão fazendo a transmissão, da Plenária, tinha uma pessoa com um tripé, que a Gabi me falou que era o Felipe, que deixava um celular ali. Ele não está na reunião deste mês. Se alguém tiver um tripé, e puder trazer amanhã, alguém deixaria o celular ali, logaria na reunião, abriria, com a câmera para cá, que eles conseguiriam nos ver. Se alguém puder auxiliar. É, pode ser notebook também. Coloca ali, na pontinha da mesa. Dá para organizar.

CONSELHEIRA MARIANA: Pessoal, só uma dúvida. Os termos de posse, a gente fez para cada Conselheiro, não é? E tem a assinatura da dona Arlete. Então, amanhã, no momento, ela assina? Já deixa assinado?

CONSELHEIRO LUCAS: Lucas, Conselho Central de Curvelo, da Sociedade São Vicente de Paulo. Eu ainda não entendi o porquê das duas horas da tarde. Porque eu lembro que, na mesa diretora, eu havia orientado para poder seguir o Regimento Interno. O Regimento Interno fala da posse logo no início das Plenárias. Agora, eu não entendi por que essa posse vai ser... Não, mas independente das pautas, a posse segue a ordem do Regimento Interno. Tem a ordem no Artigo Oitavo, Mariana, do Regimento Interno, que fala o momento da posse. Os que quisessem participar, poderiam participar. É por isso que eu trouxe, porque eu não compreendi o porquê das duas horas. Porque isso não foi discutido com a mesa diretora.

CONSELHEIRA MARIANA: Mariana, Sedese. É porque a publicação da nomeação dos novos conselheiros está para sair amanhã ou sábado. A gente não tem a certeza, óbvio, de um fato que ainda não ocorreu. Se acontece essa publicação, a posse, amanhã, está tudo certo. Eles podem, inclusive, fazer a eleição de mesa diretora, é o que a gente acabou de dizer. Agora, não havendo a publicação amanhã, e essa publicação sendo no sábado, para mim, a posse continua sendo amanhã. A questão que a gente está colocando é a validade da posse, não é isso? Ela vai ser válida, sendo dada pelo atual Conselho e, depois, se a publicação sair, ótimo; se não, depois, a publicação no dia seguinte.

CONSELHEIRO LUCAS: Lucas, Conselho Central de Curvelo, da Sociedade São Vicente de Paulo. Mariana, eu acho que a coisa é: a gente precisa dar segurança jurídica naquilo que a gente está fazendo. A gente não pode lidar com duas

situações, a gente tem que trabalhar em uma única situação. Uma vez que seja dada a posse para o mandato, a partir do dia 18, os poderes deles vão ocorrer a partir do dia 18. A gente não pode ficar na incerteza ou não publicação, porque, na verdade, é o seguinte: nós tivemos uma reunião, dizendo da articulação para poder tentar sair com a publicação até o dia 16, que dá no sábado. Então, toda a nossa tratativa foi: a nomeação vai sair no dia 16. Então, saindo no dia 16, e o nosso mandato finalizando no dia 17, por via de consequência, nós vamos dar a posse no dia 15, que é o dia que nós vamos ter... Com efeito, não. Para o exercício do mandato a partir de 18, que é quando finaliza o nosso mandato. Nós somos conselheiros até o dia 17. Teria diferença se já empossássemos o novo Conselho e nos retirássemos dos trabalhos. Mas a nossa posse vai ser: dado a posse para os conselheiros com o mandato de vigência do dia 18 até o dia 17 de 2025. É isso.

CONSELHEIRA MARIANA: Eu estou falando que posse que aconteceu em 2021, foi válida a partir do dia da posse. Que eu não me lembro. Foi dia 17. Então, a partir daquele dia. Não houve um “Toma posse, hoje, para valer a partir do dia tal”. É isso que eu estou dizendo.

CONSELHEIRO LUCAS: Sim. Mas, naquela época, não teve o gargalo da não nomeação. Agora, nós estamos aqui tentando apagar o fogo mais uma vez.

CONSELHEIRO HELDER: As questões práticas, de organização, estão resolvidas? Podemos encerrar?

CONSELHEIRA NÃO IDENTIFICADA: O horário permanece? Eu acho que a questão do horário, se fosse o caso de fazer uma consulta aos novos conselheiros, é só fazer isso agora, gente. Se for para mudar. Não sei. Se o horário é um problema, eu acho que se consultar as pessoas, não volta.

CONSELHEIRO HELDER: Então, deixa? Mantém 14h, com a organização que a gente já discutiu. Gente, eu só quero dar um aviso. Quem vai pedir ressarcimento de passagem de ônibus e tudo, entregar os comprovantes hoje, eu acho que o prazo para pedir ressarcimento e tudo, é até o dia 19, senão o [...] fecha, alguma coisa assim. É, tem que resgatar da Secretaria Executiva. Só que se tem pedido. O problema é a pessoa não pedir o ressarcimento até o dia 20. Depois, só ano que vem. Questões de diária, eu peço que vejam caso a caso com a Secretaria Executiva, por favor. E de vale-refeição também.

CONSELHEIRA MARIANA: Pessoal, vamos colocar o horário, e como mais ou menos vai ser a apresentação. Se primeiro a mesa diretora vai dar as boas-vindas a eles, quem vai ser?

PRESIDENTE: Eu vou dar as boas-vindas etc. e conduzir. E com todo o apoio, como sempre, que a gente exige da Secretaria Executiva e demais conselheiros e conselheiras.

CONSELHEIRO HELDER: Pode fechar esse ponto, ou ainda tem alguma coisa para discutir? A Resolução? Ah, ótimo. Se a gente puder, a gente pode voltar para a Resolução do SUAS Web. **CONSELHEIRO HELDER:** (...) físico e financeiro de 2021, serviços e programas. Apresentado no sistema SUAS Web, relativo a recurso do tesouro federal, alocado no Fundo Estadual de Assistência Social. o Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais, CEAS-MG, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 13 da Lei Estadual número 12.262, de 23/07/1996; pela Lei Orgânica de Assistência Social, LOAS, e pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social de 2012, NOB SUAS 2012, e considerando a Resolução CEAS número 798, de 17/03/2023, que aprova o demonstrativo físico e financeiro de 2021, serviços e programas, IGD PF, IGD SUAS, apresentado o sistema SUAS Web, relativo a recursos do tesouro federal, alocado no Fundo Estadual de Assistência Social. Considerando a deliberação da 42ª Plenária Extraordinária do CEAS-MG, ocorrida no dia 14/12/2023, resolve. Artigo Primeiro. Fica aprovada a operação do demonstrativo físico e financeiro do Estado de Minas Gerais, serviços e programas, referente ao exercício de 2021, disposto no sistema SUAS Web, aprovado pela Resolução CEAS número 798/2023, conforme solicitado no processo SEI 148001011105/2023-59. Parágrafo primeiro. A alteração aprovada refere-se à correção de valor informado no campo de despesas, declarados os recursos de ações do COVID no SUAS para EPI portaria, 369, que passa a ser R\$ 62.774,66. Parágrafo segundo. A alteração justifica-se pela identificação de erro material no ato do preenchimento da informação no sistema. Artigo segundo. Essa Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 14/12/2023. Temos destaques? **CONSELHEIRO LUCAS:** Lucas, Conselho Central de Curvelo, da Sociedade São Vicente de Paulo. A começar da ementa. Não é uma Resolução de alteração, é uma Resolução de retificação. A gente não está aprovando uma alteração daquilo; a gente só está retificando algo muito simples. Então, é alterar o termo que está lá, de alteração, para retificação. E a exclusão do parágrafo segundo do Artigo primeiro, porque não faz sentido apresentar um dispositivo de justificação. Lei não faz justificação; a lei, diz por si só. **CONSELHEIRO JOÃO PAULO:** João Paulo, da Cedese. Isso que o Lucas falou. A justificativa, tem campo lá no parecer, que vai ser preenchido, onde essa justificativa vai entrar, em vez de estar na portaria. Então, a sugestão é: tira esse parágrafo, de onde está aí, e registra na ata, que isso vai ser lançado no comentário do parecer. **PRESIDENTE:** Nosso documento

está em regime de votação. Por favor, Ana, nos conduza. Pela aprovação. **CONSELHEIRA GABRIELA:** Gabriela Loyola, CMAS Salinas, pela aprovação. **CONSELHEIRA GRAZIELLE:** Grazielle, CRP, pela aprovação. **CONSELHEIRO ISAAC:** Isaac, [...], voto pela aprovação. **CONSELHEIRA KARINE:** Karine, Bem-Estar do Menor, pela aprovação. **CONSELHEIRO LUCAS:** Pelo Conselho Central de Curvelo, pela aprovação. **CONSELHEIRO DANILO:** Danilo Leandro. Obrigada, Sandra. **CONSELHEIRA IARA:** Pela aprovação. **CONSELHEIRA MARILENE:** Marilene, Fetaemg, pela aprovação. **CONSELHEIRA SIMONE:** Simone, CMAS BH, pela aprovação. **CONSELHEIRO HELDER:** Pela aprovação. **CONSELHEIRA MICHELE:** Pela aprovação. **CONSELHEIRA GABRIELE:** Pela aprovação. **CONSELHEIRA CLÁUDIA:** Pela aprovação. **CONSELHEIRO SILVESTRE:** Silvestre, Secretaria da Fazenda, pela aprovação. **CONSELHEIRA SOLIMAR:** Solimar, Seplag, pela aprovação. **CONSELHEIRA ANA:** Aprovada, com 15 votos. **CONSELHEIRO HELDER:** Obrigada, Ana. Então, Resolução aprovada. Próximo ponto. Foi solicitado esse ponto, de avaliação do mandato 2021/2023. Estava conversando com a dona Arlete, para a gente fazer essa avaliação, mas focar nos fatos, e evitar ficar falando de pessoas ou atribuindo uma coisa a outro, para esse momento ser proveitoso. Falar do que a gente conseguiu, o que a gente não conseguiu, o que a gente entende que tem que ser prioridade para o próximo mandato, que foram atividades que ficaram a desejar. Acho que a gente poderia focar dessa forma. Eu já começo falando que eu acho que uma questão que ficou muito a desejar nesse mandato, foi que a gente não conseguiu reativar as Urcmas e os fóruns, e dar um apoio mais próximo ao CMAS. Houve muita discussão a respeito disso, mas, no fim das contas, a gente, infelizmente, não conseguiu fazer essa tarefa. A gente só conseguiu aprovar o plano estratégico no mês passado, e acho que isso é importante, ser uma prioridade no próximo mandato. Então, conselheiros que permanecerem, eu sugiro que falem sobre isso, sobre essa prioridade, que eu acho que é importante. E acho que houve pontos positivos também. Acho que a gente conseguiu aprofundar muito em determinados assuntos. Acho, principalmente, prestação de contas. A gente fez uma discussão muito qualificada sobre isso. Acho que no fim, todo mundo saiu entendendo melhor como é esse processo de prestação de contas. E outras ações também. Tivemos boas discussões. Por exemplo, o Código de Ética. Eu acho que as contribuições foram muito boas para melhorar o texto, tirar algumas palavras e expressões que são preconceituosas. Acho que isso foi bastante positivo. Quem

mais quiser falar, o microfone está aberto. **CONSELHEIRA GRAZIELE:** Graziele, CRP. De modo geral, eu fiquei muito feliz com a participação de todos desse mandato, reconhecendo que a gente tinha uma conjuntura muito difícil. Uma conjuntura onde a gente saiu de uma pandemia, saindo de um desgoverno; um atual governo do estado muito alinhado com o governo anterior. Eu já disse isso aqui em algum momento, e repito. Apesar de a gente compreender que o SUAS só teve espaços em determinados mandatos, em determinados governos, quando realmente coloca o pobre no orçamento público, o SUAS nunca foi prioridade para nenhum governo. Nenhum governo. Tanto é que a gente está questionando e vibrando, hoje, para um orçamento que, no governo estadual, nem é orçamento próprio, é só um avanço, e a gente está lá, com essa tentativa de aprovação, da 383. Mas diante da conjuntura e das dificuldades que se apresentaram, eu penso que a gente conseguiu caminhar bastante em algumas proposições. Pessoalmente, eu consegui ver o tanto que é trabalhoso, e o tanto que é desafiador estar no CEAS. Então, hoje, eu reconheço o trabalho dos colegas que me antecederam, dos colegas que estão aqui hoje, porque não é fácil estar nesses contextos. E o tanto que exigiu de a gente, os trabalhadores, um esforço laboral, mesmo, para a gente poder conseguir fazer o nosso coletivo funcionar. Porque a nossa preocupação, o tempo todo, enquanto conselheiros, é que a gente conseguisse conversar com a base, para a gente conseguir, realmente, representar os colegas. Então, a gente teve que se desdobrar, muitas vezes, em inúmeras reuniões. Nesses dois últimos anos, eu acho que eu trabalhei mais do que todos os outros anos da minha vida, porque foram inúmeros compromissos que a gente tinha que assumir. E eu corroboro muito com a fala do Helder, porque uma das questões que a gente já tinha avaliado, enquanto o fórum de trabalhadores, enquanto coletivo, é da importância de a gente trazer outros atores. Eu até acho ruim falar isso, que a gente fica cansado, enquanto tem colegas que têm 30 anos de jornada. Lembrei-me da Júlia, que a gente sempre enxerga nos espaços. Mas isso já era um incômodo nosso, de a gente sempre trazer novos atores, novas perspectivas, para a gente poder ter outra visão. Então, isso já era um incômodo nosso enquanto coletivo de trabalhadores, porque, às vezes, a gente não consegue agregar outros colegas, entendendo que agregar a outros colegas não depende simplesmente de uma boa vontade ou de condições para fazer isso. A participação popular, a participação do trabalhador, ela foi, durante muitos anos, condenada. Quando eu entrei no SUAS, eu era pejorativamente xingada de

militante. Então, eu me incomodava muito com essa palavra “militante”, quando era questionada e me colocada nesse lugar. Até que, no momento, eu tive que assumir, falei: “Não. Eu sou militante, mesmo, eu sou militante do SUAS”. Então, o que eu penso é que a gente conseguiu, dentro das nossas conjunturas, nossas dificuldades, avançar muito. Prova disso é hoje de manhã. Então, a gente não faz política pública sem orçamento público. Claro que a gente não tem isso garantido, mas a gente tem algo melhor do que a gente tinha ontem. Então, isso é muito positivo. E eu vou ponderar que durante muito tempo, as nossas dificuldades enquanto conselheiro, passou. E é uma avaliação que eu também acho que passa por essa dificuldade de condições para que a gente conseguisse exercer esse mandato melhor. E passa também pela condição da Secretaria Executiva conseguir apoiar a gente da forma mais adequada. Não só por diversas questões que tiveram ao longo desse tempo. Saída, entrada, falta de material, falta de local adequado. Então, da mesma forma como eu percebo que faltou para a gente, não foi a primeira vez que a Marilene se queixa de não ter capacitação, não é, Marilene? Foram várias vezes que você se queixou, e eu me queixei várias vezes também quanto à Comissão de Orçamento e Financiamento, mas eu também vejo essa falta de apoio da Secretaria Executiva, de conseguir nos apoiar efetivamente. Então, negativamente, o que eu vejo, às vezes, é a Secretaria Executiva conseguir dar esse apoio. O que Gabi fez hoje, eu até estava falando com ela, que a gente às vezes fica pegando na memória. Abre o Regimento Interno, vamos ver o que está nesse artigo. Às vezes, a Secretaria Executiva fala: “Não. a condução é essa”, “A condução não é essa.” Então, por diversas vezes, isso me incomodou muito. E eu vou citar algo bem recente, que aconteceu, que eu até fiz contato, na mesma hora, com a dona Arlete, porque isso me incomodou muito. Por exemplo. E eu vou dizer esse exemplo, para dizer do incômodo que eu tenho, em relação de não conseguir dar o apoio mais adequado aos municípios, porque diversos municípios se queixaram da nossa ausência. No momento da nossa delegação, teve um delegado que se queixou de que o município não estava dando suporte adequado. E a orientação da pessoa da Secretaria Executiva foi: “Que pena. Tenta conversar com seu município”. Quando a orientação deveria ser: “Vou fazer contato com você, para identificar qual município é, para a gente fazer contato com o seu CMAS, orientar a gestão da forma adequada, para dizer para a gestão que isso é uma responsabilidade e uma obrigação dessa gestão”. Então, é disso que eu estou

falando. Eu estou dando esse exemplo para citar as inúmeras dificuldades que a gente teve ao longo do pleito, em relação à nossa atuação. E eu queria que vocês me compreendessem muito bem, tentando me fazer compreender, claro, até pela dificuldade da comunicação, de que não é uma queixa às pessoas da Secretaria Executiva que estão aí; é uma queixa, e um lamento que eu tenho, enquanto trabalhadora, nas condições que a Secretaria Executiva teve para trabalhar nesses dois últimos anos. Então, por diversas vezes, às vezes com um número muito menor do que temos hoje. E às vezes, com um número maior. Então, o que eu penso, é isso. Então, eu faço uma análise positiva. Eu queria fazer um comentário, porque, diversas vezes, um Conselheiro veio aqui e falou: “Ah, eu não vejo esse Conselho caminhar, eu não vejo esse Conselho seguir”. A gente até fez algumas intervenções, e eu não vejo desta forma. Eu acho que, dentro da nossa conjuntura, a gente caminhou, e caminhou bem. Essa é uma avaliação impositiva que eu tenho. E, negativamente, eu avalio as condições que a Secretaria Executiva teve para poder dar o suporte adequado para esse Conselho. **CONSELHEIRO LUCAS:** Lucas, Conselho Central de Curvelo, da Sociedade São Vicente de Paulo. Eu acho que, inicialmente, antes de fazer uma avaliação, eu preciso agradecer a todos os conselheiros e conselheiras. Em especial, à Conselheira Gabriela, que esteve comigo no mandato de 2019 a 2021. A gente sabe muito bem como foi essa transição de um mandato em que nós tivemos diversas dificuldades, até mesmo para poder ter e fazer a Plenária acontecer em um momento de pandemia. E sair desse meio virtual para poder aprender fisicamente como é o trabalho do Conselheiro, pelo menos de minha parte, foi muito satisfatório. Eu considero que tive um único mandato, porque foi nesse mandato presencial que a gente pôde experimentar verdadeiramente o que é a função, o trabalho, o diálogo, o contato com os demais conselheiros. Então, nesse primeiro momento, eu preciso fazer o agradecimento a todos os conselheiros que estão conosco, que estão comigo nesse mandato, dessa oportunidade do diálogo, do respeito e da compreensão de que o diferente precisa ser respeitado. De que a posição que não é concordante com a minha, ela também precisa ser manifestada, e que através dessa discordância, pode ser que seja alcançado determinados consensos. Eu acho que isso é o fundamental. Estar em um órgão colegiado é de suma importância, porque nós temos diversas perspectivas de um mesmo ponto de vista. De um mesmo ponto, não de um ponto de vista, mas de um mesmo ponto, diversos pontos de vista.

Enxergo diversos avanços deste Conselho. Posso dizer do Código de Ética, que nós conseguimos avançar, que era algo que estava engavetado há muito tempo. Então, a gente conseguiu avançar nessa perspectiva. Avançamos no apoio ao Fórum Mineiro das Entidades e Organizações de Assistência Social. Era a única representação de segmentos que não tinha sua articulação e sua formatação formalizada. Em que pese que tenha sido um sonho de muitos anos, de muitos processos conferências. A gente tira esse sonho do papel e faz isso acontecer, com a previsão da nossa primeira reunião de assembleia no dia 15 de janeiro. Então, lá, nós já vamos definir quem é a mesa coordenadora do fórum. Então, a partir disso, nós temos um avanço muito grande, não só no fórum estadual, de nível estadual, mas também dos fóruns regionais das entidades. Isso é um avanço muito importante. É uma pena que a gente não tenha conseguido avançar sobre pautas importantíssimas e muito caras para nós. E digo especificamente o trabalho da Comissão de Normas. Nós tínhamos uma agenda definida muito importante, que era justamente começar a dialogar sobre uma mesa de diálogo com o sistema de justiça. O CEAS precisa assumir esse papel de responsabilidade com o sistema de justiça. Sabemos que todas as orientações que chegam até a ponta, partem do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Então, esse diálogo tem que ser feito de âmbito estadual, para que se possa ter algum impacto, ainda que mínimo, na ponta. No exercício das comarcas, para se evitar desgaste dos trabalhadores e das trabalhadoras em terem que fazer trabalhos que é de equipe técnica do judiciário, e que o judiciário se omite em fazer a contratação desses profissionais. Fico com pesar também de a gente não ter conseguido avançar na perspectiva da construção mais sólida e de um diálogo mais amplo, e de que com maior contribuição do nosso Regimento Interno, em que pese que ainda haja a possibilidade de ser discutido amanhã, mas acredito que o tempo é muito exíguo para poder fazer a discussão. Mas fico com pesar, mas também com alegria de que isto está sendo colocado para a nova gestão, para que eles possam se debruçar, e com a qualidade técnica dos que chegam, que têm um gabarito muito alto, eles vão conseguir avançar na perspectiva, acho que até mais de aprimorar aquilo que foi construído por uma comissão, contribuído também por outros conselheiros. Cito também a Conselheira Juanita, que contribuiu bastante na construção da minuta do Regimento Interno. Pesar também por ela ter tido que deixar o mandato no finalzinho deste mandato, que ela trouxe contribuições muito relevantes para nós. Em que pese é eu e ela. A

gente deixou muito claro que a gente tinha algumas divergências sobre determinados pontos, determinados assuntos, mas a contribuição de cada um é dada em cada momento. Então, acho que é isso. Esses avanços que eu gostaria de destacar. E dizer da necessidade do suporte dos conselheiros para a Secretaria Executiva. Secretária Executiva é o pilar de sustentação do Conselho. Acreditar no trabalho da Secretaria Executiva é acreditar no trabalho de um Conselho enquanto instituição. Eu sempre digo que nós, conselheiros, somos os tijolos dessa construção. A qualquer momento, a gente pode sair e derrubar, mas elas são o alicerce. A Secretária Executiva é o alicerce dessa construção chamada Conselho Estadual de Assistência Social. Então, eles precisam estar valorizados, elas precisam estar confortáveis para poder desempenhar as suas atribuições, elas precisam ter condições para poder desempenhar o seu papel. Espaço e liberdade para poder também dizer daquilo que as incomodam na gerência desse trabalho administrativo junto com a mesa diretora. É importante dizer que quem coordena o trabalho da Secretaria Executiva é a Secretária Executiva, junto com a mesa diretora. Então, é importante que se tenha essa liberdade, claro que respeitadas todas as normativas do Conselho, porque nós estamos falando a partir do ponto da institucionalidade. Mas é importante que a gente ressalte isso para o próximo Conselho, da necessidade do suporte e do apoio para a Secretaria Executiva, para que esse Conselho esteja fortalecido. Obrigado. **CONSELHEIRA GABRIELLE:** Gabrielle, Sedese. Eu vou ser breve, não vou repetir. Acho que Grazi e Lucas me contemplaram em muitos pontos. Eu só penso em esperança para o próximo mandato. Até tentando não fazer juízo de valor, mas eu acho que esse Conselho teve, por N motivos, um momento de olhar para si. Então, foram muitas questões de funcionamento, de autorregulação, de gestão do próprio Conselho. Então, foi um mandato, às vezes, olhando muito para dentro. Às vezes, porque foi necessário, por tudo isso que vocês colocaram. Então, a minha esperança para o novo Conselho é que ele consiga avançar, pensando tecnicamente na política pública de assistência social. Porque a Simone, muitas vezes ela traz: “Olha, quantas vezes a gente discutiu as violações de direitos no SUAS, violência contra mulher?”. A gente discutiu a cobertura de serviço, a gente discutiu o funcionamento, a gente discutia indicadores sociais? Não. Eu espero que dadas essas condições administrativas e de funcionamento, que cada vez mais o Conselho consiga avançar. Porque, tecnicamente, as poucas pautas que a gente conseguiu trazer, vocês foram

fundamentais. Tem contribuições técnicas muito relevantes. Então, às vezes a gente traz um plano, ele sai daqui muito melhor. Tem insights que a gente não tinha, ou o Conselho delibera alguma coisa que nos ajuda a defender isso, tecnicamente, dentro do governo, depois. Então, eu acredito no papel do Conselho nesse sentido, de melhorar o SUAS estadual. Então, que o próximo mandato consiga fazer grandes deliberações, pensando no SUAS, pensando na conjuntura da política, no Estado de Minas Gerais, os municípios. E a questão das comissões. Eu senti muita fragilidade. Às vezes a gente abriu mão da reunião de comissão, muitas vezes a gente não conseguiu. E eu vejo que é extremamente importante. O papel da comissão, a discussão dentro da Comissão, quando ela acontece, ela é muito rica. A gente consegue chegar no plenário em outro patamar. Então, eu acho que a gente pecou nesse mandato, acho que as comissões foram enfraquecidas. Nem toda comissão se reunia; quando reunia, era aquela confusão. Acho que, para pensar no próximo mandato, seriam esses dois pontos. **PRESIDENTE:** Arlete, Grau Brasil. Eu abro minha sala dizendo que o CEAS nos dá uma dimensão do tamanho de Minas Gerais, e a gente consegue, em números, ter isso muito claro, principalmente quando discutimos as nossas conferências. No momento que a gente estava aqui, tomando decisões, quantas pessoas podem vir? Quantos municípios estão realizando conferências? Como a gente pode contribuir para um município que está lá, tão longe, mas que precisa, de fato, talvez mais do que nunca, que essa política seja efetivada nesse lugar. Então, eu começo a minha fala dizendo disso: realmente, a cada dia, eu descubro o tamanho de Minas Gerais. Quero falar também desse lugar aqui, que entre os nossos pensamentos, como o Lucas colocou aqui, às vezes ele não vai de encontro com o pensamento, com o que a outra pessoa está trazendo. Mas é nessa mesa que a gente constrói, reconstrói e produz tudo isso que eu chamo de cultura, porque nós estamos falando de uma cultura, de uma política pública que ela tem a obrigação de alcançar as pessoas onde elas estão. Quero registrar também sobre os avanços. Às vezes a gente se perde e peca tanto em observar o que não está dando certo ou o que não deu certo, e a gente deixa de perceber pontos importantes e as estratégias que foram usadas para que a gente alcançasse aquilo que a gente considera positivo, ou, pelo menos, aquilo que esse Conselho deu conta de fazer. E eu quero chamar atenção para os dois momentos em que essa mesa foi trancada. A princípio, causou um certo temor, uma certa dificuldade até de compreender, mas o porquê dessa decisão? Mas, depois, a gente

via. Valeu a pena, porque o que se buscava, chegou melhor do que era a proposta quando levou ao trancar as mesas. Então, é nas lutas que a gente se reconhece, é nas lutas que a gente sabe, de fato, qual é a mão que vai segurar a minha e qual é a mão que eu também vou segurar. Então, eu quero dizer disso. E eu estou trazendo esses momentos que nos impulsionaram a ter atitudes que, aparentemente, no momento, elas poderiam parecer atitudes antipáticas e até autoritárias, mas que, no processo, a gente reconheceu e reconhece da importância desses lugares. Quero falar também da consolidação dos fóruns. Para mim, é um grande ganho, é uma grande conquista. Por exemplo, o Fórum das Entidades. Ele já tinha sido criado, mas ele não estava consolidado. “Cadê o documento?”. Não. Nós temos atas. Um conselheiro que esteve conosco, em outro mandato, estava lá, junto conosco, com os documentos. Mas, nesse, a gente consolida. É mais uma Conquista desse CEAS, a partir das conferências. Quero falar também das comissões. Eu trago um pouco esse sentimento que foi colocado aqui, anterior à minha fala, de como a gente poderia ter avançado mais. Mas eu quero dizer também que tudo tem seu tempo. E no tempo que a gente teve, foi possível construir o que era possível, mas que elas precisam ser de fato revitalizadas, precisa de mais apoio, precisa que essas comissões talvez sejam mais capacitadas, para que na hora que venham as orientações, as recomendações das comissões, chegando aqui na mesa diretora, não vira, de novo, outra reunião para discutir aquelas pautas, aonde já vem com embasamento daquela comissão e que precisa só de esclarecimentos. Quero trazer aqui também essa ideia da interiorização da participação no CEAS. Isso, para mim, vem avançando. Porque tem pessoas de municípios que estão tão distantes da capital, e que estavam e estão, e a gente acredita que chegarão mais pessoas para compor esse lugar onde se constrói essa política. Dizer também que, às vezes, a gente fica atento a uma determinada ação ou não, porque precisamos investir nisso. E eu me vi nesse lugar várias vezes. E eu falava: “Eu preciso compreender o que isso aqui está propondo para atender aquele público específico com o qual eu trabalho todas as semanas”, e eu levava essas discussões e dizia: “Olha, dentro disso aqui, a gente aparece aqui, aqui e aqui, porque essa violação de direitos e, principalmente, quando viola o direito das mulheres, viola o direito de toda uma comunidade. Viola os direitos das crianças e dos adolescentes, viola os direitos das idosas e dos idosos”. Porque esse grupo de pessoas, e eu estou falando especificamente das mulheres, é um trabalho que cai

no campo do cuidado. E quando o trabalho cai só no campo do cuidado, ele corre o risco de tornar também um trabalho onde ele não precisa ser remunerado. Então, esse tempo, esse desgaste emocional, esse desgaste físico, essa necessidade de apoio, ela não está registrada na lei. Então, nós precisamos, com a nossa sensibilidade, com a nossa capacidade de olhar para as pessoas e se ver refletido naquela pessoa, naquele lugar, naquele território, a gente compreender qual é o meu papel de fato, ali, naquela mesa, quando eu estou dialogando com meus parceiros e parceiras para o fortalecimento dessa política. E, por fim, eu quero agradecer. Eu quero agradecer o tanto que eu aprendi aqui. E eu falo isso com o coração muito aberto, porque eu tenho aprendido muita coisa aqui, e eu não guardo isso para mim. Esse aprendizado, eu chego e esparramo, porque essa é a minha função, essa é minha obrigação, essa é a nossa função. Dizer também dessas Secretaria Executiva, que nós tivemos momentos de muito embate, mas não no embate da acusação, no embate de dizer que chegamos a verbalizar não só eu, como outras pessoas. Vocês são trabalhadores. E quando a gente está defendendo trabalhadores da assistência social, essa equipe está incluída. Dizer também do reconhecimento que a gente vem tendo, do trabalho das entidades enquanto promotoras de uma ação de inclusão onde quer que estejam. E dizendo também do crescimento da participação das pessoas que são diretamente usuários dessa política, que traz na fala, que traz na vida, que traz esse recorte de dizer: “É por nós, por conta de nós, que o SUAS é nosso”. Muito obrigada. **CONSELHEIRA GABRIELA:** Gabriela, CMAS Salinas. Dizem que é melhor, primeiro, bater para depois assoprar. Eu vou tentar seguir essa metodologia. Vou falar dos pontos negativos. Não vou bater, não, Helder. Pontos negativos, não; acho que pontos que a gente precisa refletir, na verdade. É essa a questão. Eu penso que a gente precisa pensar na questão da mobilização e do apoio ao controle social de forma urgente, como o Helder colocou. Foi um ponto de discussão na nossa comissão, ontem, e depois ela veio para a Plenária. Então é claro que é muito fácil estar aqui, indicando trabalho para um próximo mandato. Mas eu não vou deixar de trazer essa sugestão. Eu acho que isso precisa ser tratado com urgência, até para a gente conseguir colher frutos para as conferências. E levar frutos para conferências é reduzir os equívocos, algumas coisas que vem lá dos municípios, e que a gente pensa que deveria já estar consolidado dentro dos SUAS. Dentre esses fatores, estão a gente conseguir se identificar no lugar que a gente está. Que é uma falha que a gente vê, de forma

considerável. O apoio às Urcmas, aos fóruns. Eu acho que é fundamental para esse processo. A gente viu, pela fala da Grazi e do Isaac, ontem, quando eles mencionaram sobre as conquistas do fórum de usuários de trabalhadores na Conferência Nacional, o quanto é importante essa organização está consolidada. Então, eu acho que é fundamental isso. E junto com esse trabalho, eu acho que é o apoio aos conselhos municipais. Em alguns momentos, eu até me recordo de chegar para a Secretária Executiva do Conselho e falar: “Mas não chegou isso? Nós conversamos sobre isso”, e às vezes não tinha essa resposta. Então, talvez, pensar em uma estratégia de maior diálogo com os conselhos municipais. Eu acho que é fundamental. E eu penso que toda a organização do Conselho Estadual tem muito a ensinar aos conselhos municipais. A maneira, metodologia, a forma como tudo isso acontece, ela é muito rica. E eu, particularmente, eu percebo quanto eu posso contribuir muito mais para o município de Salinas, dentro do controle social, a partir dessa experiência, que ela é a única, do que antes, de estar aqui, nesse espaço. E eu vou fazer coro à fala do Lucas, porque, para mim, é como se fosse um mandato único. Que eu só fui me dar como de toda essa organização agora, no momento presencial. No momento que nós estávamos ainda de forma virtual, eu nem dimensionava toda a estrutura e organização que o CEAS de Minas Gerais apresenta. E por que eu estou falando sobre isso? Que existe, dentro das nossas organizações, as reuniões descentralizadas do CEAS, neste mandato, a gente não conseguiu realizar. Então, eu acho que a gente precisa pensar nisso. É um ponto que eu avalio como foi muito insuficiente e eu acho que a gente precisa refletir. Porque eu compreendo que ao levar uma reunião descentralizada para uma região, é a maneira também de mostrar como isso aqui funciona, e você, talvez, conseguir espelhar e levar uma metodologia para o trabalho do CMAS. Então, é isso. O apoio às Urcmas também tem outro papel. Eu acho que através do apoio às Urcmas, o conselheiro estando nas Urcmas, também é um momento de fiscalizar, de orientar, de propor ações para dentro daquela região, porque vai ser o momento que a gente vai poder fazer, de alguma forma ou de outra, o diagnóstico. Então, é isso. Outro ponto que me trouxe muito incômodo foi que quando eu entrei no CEAS, eu me recordo que o pessoal falou: “Quem vai participar da Comissão de Ética?”. Nunca tem nada, nunca tem nada. E nós saímos de um Conselho com inúmeras denúncias. E eu fico pensando se são denúncias éticas, porque, às vezes, a gente transforma questões que estão muito mais no espaço da moral, que está muito mais

no espaço técnico, talvez, em questões éticas. Então, acho que a gente precisa fazer essa reflexão. A ética é muito importante para as nossas relações. Eu acho que é uma Comissão que tem uma relevância gigantesca, mas eu acho que a gente também precisa refletir sobre isso. O que a gente está tratando como questões éticas? Então, é um ponto que eu acho que a gente precisaria pensar. Quando a gente pensa em pontos positivos, eu penso que um ponto positivo, e eu vou puxar a sardinha para o nosso lado, Helder, foi o funcionamento da Comissão de Monitoramento. E eu penso que tem muito a contribuir. Eu acho que a Comissão de Monitoramento ela iniciou de forma desacreditada por boa parte dos conselheiros, e depois ela demonstrou sua relevância e sua importância. Eu me recordo que quando a gente foi instalar essa Comissão, foi um imbróglio aqui no CEAS. Mas eu penso que ela precisa ser consolidada, até porque, materializar as decisões de deliberações da conferência, é um desafio. E essa comissão tem isso como papel. E as deliberações de conferência, diz da vontade dos 853 municípios do Estado de Minas Gerais. Então, não dá para virar as costas para isso, ou deixar para o final do mandato. A gente precisa, então, apropriar dessas informações, verificar o que é que realmente tem sido executado para qualificar o trabalho do CEAS. Até porque, são nessas manifestações que a gente sabe que está a manifestação dos 853 municípios. Outra coisa que eu acho que foi uma conquista muito importante, e eu acho que tinha um sentimento de ameaça, mas, hoje, eu avalio que foi muito positivo, foi o retorno da Secretaria Executiva para a casa dos Direitos Humanos. Eu me recordo o quanto foi árdua essa discussão, o quanto foi difícil. Mas, hoje, eu me sinto muito mais seguro diante de todos os procedimentos que precisam ser realizados. Eu vejo que a operância da Secretaria Executiva, aqui na casa dos Direitos Humanos, eu acho que está muito mais favorável. Eu sei que o espaço de tempo ainda é curto, mas pensando no que a gente vivenciou, e o que nós estamos vivenciando, hoje, eu penso que o retorno da Secretaria Executiva para cá, foi muito positivo. Outra coisa que eu vejo que é muito positivo, e eu me recordo de as pessoas falarem que é uma conquista inédita, foi a questão do vale alimentação dos conselheiros de Belo Horizonte e região metropolitana. E diz de um momento que dona Arlete trouxe, que foi de fechamento de pauta. Então, foi muito importante. Eu penso que essa conquista é muito relevante. E outra coisa. Eu acho que o CEAS contribuiu muito, e eu acho que nem tem essa dimensão, para que o FET funcionasse de uma forma bem regular, o funcionamento do CEAS também foi

importante. Os nossos diálogos, a partir da pauta do CEAS, de levar para a reunião do FET. Eu, Felipe, a Grazi e a Sandra; principalmente eu e Felipe estarmos em Belo Horizonte para poder discutir as questões do CEAS, nos possibilitaram, inclusive, estar nas reuniões do FET. Então, isso é um ponto que eu acho que tem uma importância muito grande. Eu acho que esse é um mandato marcado de muita resistência. E a resistência que eu digo é muito pela conjuntura do Governo Federal e do próprio Governo do Estado; o Governo Federal que se passou, e o Governo do Estado que está. Porque pensar a assistência social como uma política pública de seguridade social, que está prevista no tripé da seguridade social, constitucionalmente, é um apoio desafiante. Então, eu acho que foi marcado por resistências nesse sentido. Eu penso que para o próximo mandato também, que é uma coisa que eu acho que foi muito positiva, foi o diálogo com o poder legislativo, e eu acho que precisa ficar no radar dos próximos conselheiros. Esse diálogo, de saber que diante de algumas dificuldades, poder contar com a Câmara Legislativa pode dar certo, porque a gente viu que foi possível colher frutos muito positivos. Eu gostaria muito de agradecer a todos, dizer que eu acho que é muito importante fechar ciclos. Eu me sinto satisfeita no fechamento desse ciclo. Inclusive, saio daqui feliz, porque eu acho que já estava no momento, realmente. Então, iniciar um novo ciclo também é fundamental. Eu saio daqui de uma forma diferente de quando eu entrei. E eu gostaria, nesse sentido, de agradecer a todos. À Secretaria Executiva, aos conselheiros, ao pessoal que vem sempre como convidado, que participa da Plenária, que eu acho que não tem nem a dimensão do quanto contribui para o processo de formação. Isso aqui, uma faculdade inteira jamais conseguiria me oferecer, de conhecimento. Então, de fato, muito obrigada. Eu também sei que eu tenho diversas limitações, mas eu gostaria de deixar registrado que todo esse trabalho foi feito com muito esforço. Foi esforço físico, mental, com muita dedicação. Talvez não tenha sido o esperado para uma função tão relevante como a de Conselheira. Mas, é isso. Eu me sinto satisfeita porque eu sei das minhas limitações, mas eu também sei que eu pude, de alguma forma, contribuir. E, no mais, eu gostaria de agradecer, Lucas, porque nós dois temos uma relação, que em dado momento, Mariana até chegou a estranhar: “Ué, vocês dois vão ficar nessa discussão?”. É porque não tem personalidade. Quando a gente está na discussão das ideias, a gente está na discussão das ideias. E isso nos permite chegar no corredor e ter uma conversa bacana, tipo jogadores de futebol que se espancam

dentro de campo e, daqui a pouco, estão lá, abraçados. Então, é isso. Eu acho que é isso que deveria ser, a gente poder discutir ideias, no campo das ideias, e manter as relações da maneira mais saudável possível. E às vezes eu acho que as coisas não caminham muito para esse lugar. Foi um prazer enorme. Foi desafiador, foi difícil. Contudo, foi muito importante, porque me proporcionou muito aprendizado. E desculpa por gastar meia hora. Obrigada, gente. **CONSELHEIRO ISAAC:** Isaac [...]. Bom, acho que foi um tempo desafiador, mas também foi um tempo que trouxe muitos aprendizados para a gente. Eu, que já tinha passado por esse Conselho uma vez, eu não pretendia voltar. Quando alguns usuários me pediram: “Entra lá, candidata, combata, discuta”. Eu relutei, eu não queria, porque tinha outros planos para a vida, tinha atividades para os quilombolas, que são muito importantes e que precisavam da presença da gente. Mas resolvi participar assim mesmo. Foi interessante ter a oportunidade de rever algumas pessoas, de conhecer pessoas novas. E acho que dentro do contexto, de todas as dificuldades que tinham, acho que todos nós aqui nos esforçamos para que contribuíssem para a política de assistência social. Reconheço que tivemos muitas dificuldades no começo. Tinham momentos que eu brincava, falava: “A gente tinha que colocar o CEAS no serviço de fortalecimento de vínculos”, porque estava bem difícil. Principalmente a Lindinha, que fazia isso muito bem, ajudava a gente muito com isso. Depois, ela saiu. E tinham plenárias que eram muito difíceis, mas acho que todas as instruções que tivemos, foram necessárias. Talvez tivesse a questão das formas, de a gente falar as coisas, mas acho que foram necessárias as discussões. E, sobretudo, considerando o que é que a gente buscava, que era a melhoria do SUAS, a garantia de algumas coisas. E muitas pessoas que conheciam a gente no Conselho, antes, elas chegaram a reclamar; “Mas vocês ajudavam a gente no Conselho Municipal. Vocês ajudavam com isso, vocês ajudavam com aquilo, vocês iam lá. E a gente está se sentindo abandonado pelo Conselho Estadual”. Então, tive de lidar com essa sensação de abandono que as pessoas tinham nos municípios, relacionado ao CEAS, porque Minas Gerais, em diversos momentos, é apontado como um Estado que está à frente em muitas discussões do SUAS. O Conselho Estadual, que é uma referência nacional, para muitos outros estados; a Secretaria Executiva, que é uma referência para muitos outros estados. Imagine nos municípios a referência que isso é. Então, tinham pessoas que falavam: “Ah, mas a gente pediu para vocês irem e vocês não estão dando retorno para a gente. A gente está solicitando, mas não está

tendo resposta”. Tínhamos essas dificuldades, principalmente dos trabalhos das comissões. A minha comissão, que atuou como apoio ao Conselho Municipal, controle social, acho que as pessoas até procuravam a gente mais por isso. E ficávamos naquela ansiedade: “Ah, mas a gente não está conseguindo por isso e por aquilo”. Acho que é questão da estrutura para a Secretaria Executiva já foi tão falado, mas acho que não custa falar novamente. Acho que a gente está, inclusive, voltando coisas, agora, no fim do nosso mandato, inclusive participação presencial, não é, Lucas, fazendo muito bem isso. Por essa estrutura que está chegando, e que eu acho que precisa ser reforçada ainda mais para o próximo mandato. Então, acho que a gente tem um desafio, que é, enquanto Conselho Estadual, reaproximar os conselhos municipais, voltar a fazer esse apoio, a dar essa segurança para os conselhos municipais, porque a gente está dizendo disso em diversos momentos. E entendo também que a luta para a recomposição do fórum de usuários, para a reestruturação do fórum de entidades, e também do fortalecimento do fórum de trabalhadores, acho que que é um passo importante, que ainda precisamos caminhar bastante com o Fórum de Usuários, mas acho que esses serão grupos que serão parceiros desse Conselho Estadual nessa luta de reaproximação. E já tem demandas de regionais pedindo: “Ah, mas a gente tem que fazer um encontro, a gente precisa do CEAS lá”. Então, enquanto Conselheiro, eu cito também que eu me dediquei um pouco menos do que deveria. Tive algumas dificuldades para pegar a pauta, “Ah, tem isso aqui para fazer. Então, quem pode?”. Eu tive um pouco dessas dificuldades, eu acho que preciso melhorar um pouquinho mais nessa disponibilização do tempo para o Conselho. Estou falando de mim, mas senti isso em outros conselheiros também. Eu sei da dificuldade que é para todos nós estarmos nesse espaço. Mas, entre os pontos positivos, acho que o próprio momento, de a gente ter essa liberdade de falar as coisas um para o outro nas plenárias e discutir o que é que está ruim, o que é que está bom. Por mais que, às vezes, a gente vai discutir a conferência e fala: “Ah, esse ponto aqui foi ruim”, e às vezes as pessoas imaginam que é pessoal, mas não é. É uma questão que eu acho que é necessária, o grupo é maduro, a gente é quase uma família, e a gente precisa discutir as coisas e tentar caminhos. Um dos pontos que eu acho fundamental para o próximo Conselho, além de trabalhar nessas capacitações e tentar estruturar um pouco mais o trabalho das comissões, é um esforço, também, de que a gente consiga disponibilizar as propostas de pautas das plenárias um pouco antes. Eu

lembro que, antigamente, a gente recebia a convocação uma semana antes já com uma proposta de pauta. E a gente pensando nos fóruns, se for ter reunião, a ideia é que a gente debata nesses espaços a pauta. Qual é o ponto de vista dos usuários nesta pauta, qual é o ponto de vista dos trabalhadores? Acho que a ideia de trabalhar com os fóruns é um pouco nessa. E essa organização, se a mesa diretora, com a Secretaria Executiva tiverem para a gente, acho que pode melhorar muito. Agora, outro ponto que eu também acho fundamental que que o próximo mandato trabalhe, ou tente, é referente à Conferência Estadual. Que a gente tente, pelo menos, até o fim do ano, já ter apontamentos mais concretos para fazer uma Conferência Estadual mais segura, que a gente já experimentou isso em outras vezes também. Para que a gente não tenha tantas incertezas, não tenham as coisas muito atropeladas e difíceis como tivemos nesse ano. E até considerando esse ano, que a gente ficou um tempo parado discutindo apenas conferências e não conseguimos avançar em pontos como a contratação do local, estabelecimento da data, essas coisas. Discussão sobre a ida da delegação para a Nacional. São pontos que eu acho que o Conselho precisa participar, e na hora que fomos discutir, “Ah, mas teve tempo, e vocês não discutiram”. Então, acho que são apontamentos, para que a gente faça, o próprio processo eleitoral. Lembrando que temos vacâncias que vamos ter de trabalhar nelas com urgência. Mas acho que o processo eleitoral da sociedade civil também era debatido com mais antecedência. Eu acho que se a gente conseguir fazer isso, a gente consegue uma participação muito mais ampla do segmento da sociedade civil nesse processo, que enriqueceria muito as possibilidades de composição desse Conselho. Acho que no mais, é isso. Acho que aprendi muito com vocês. Foi muito gostoso estar com vocês. Acho que todas essas discussões, ruins ou boas, acho que fazem parte desses processos em que as pessoas são vivas. Mesmo que a gente tenha um objetivo aqui, a gente é vivo, e cada um com uma vida diferente. Então, os embates, eu acho muito naturais. E tenho a certeza de que, pelo menos de minha parte, sempre serão respeitosos e sempre serão no sentido do fortalecimento da política pública de assistência social. Acho que o dever que os usuários do SUAS depositaram na gente é um pouco nesse sentido. Queria agradecer a cada um de vocês que esteve comigo nesse momento, e espero que reveja sempre, que a gente sempre possa conversar, tanto pela melhorias do SUAS quanto por outros aspectos também. Acho que a gente é um pouco mais do que a relação só do Conselho, sabe? No mais, acho que é isso.

CONSELHEIRO LUCAS: Lucas, Conselho Central de Curvelo, da Sociedade São Vicente de Paulo. Não vai ser textão, que eu falei antes, mas é para poder também dizer da influência que o Conselho tem nas demais organizações. E eu preciso partilhar com vocês das de algo assim, acho que histórico, e desrespeito sobre a minha representação, que é a Sociedade São Vicente de Paulo. É uma entidade que é centenária no país, e que compreendeu a importância do espaço do controle social. Então eu, que era o único representante da Sociedade São Vicente de Paulo por dois mandatos, como diz o outro, abro a porteira para três representantes da Sociedade São Vicente de Paulo ocuparem as cadeiras nesse Conselho. Então, isso também é um avanço para a representação das entidades. É uma entidade, como diz, centenária, que desempenha um papel muito importante na área da perspectiva da assistência social, superando, a cada dia, a perspectiva da caridade, do assistencialismo. Eu acho que isso também é muito importante. Então, a compreensão de que o controle social é um espaço para o diálogo, para a construção daquilo que é a necessidade dos usuários e das usuárias, isso é importantíssimo, e precisava fazer esse registro. E só lembrar de outro desafio, que eu esqueci de dizer na fala anterior, de um desafio enorme para o próximo Conselho, que é estar presidente deste Conselho, um representante dos usuários. Trabalhadores já presidiram este Conselho, entidades já presidiram este Conselho. Nós tivemos uma única presidente representando os usuários, que foi a Maria Alves, em 2015. Então, é importante que a gente tenha a representação dos usuários, presidente deste Conselho, novamente.

CONSELHEIRA KARINE: Karine, Bem-Estar do Menor. A primeira palavra que eu tenho é gratidão. Gratidão, porque a Karine que entrou aqui, em 15 de dezembro de 2021, não é a mesma que saiu. Eu saio uma pessoa mais firme, forte das minhas convicções; do SUAS, que eu almejo enquanto gestor de entidade, e isso eu devo muito à Juanita. Ela é um diferencial para mim, e isso precisa estar registrado. Agradeço e devo muito ao Lucas, Lara e a Simone, que foram fundamentais nessa caminhada de dois anos. Já falei com a Simone. Ela abriu uma perspectiva que tinha sido adormecida em mim, enquanto SUAS. Primeiro ponto. Também gostaria de registrar o desafio que a Comissão de Política terá para o próximo mandato. Nós temos um atraso enorme de retornos, e para se pensar como vocês vão trabalhar a dinâmica e o método para 2024. E uma sugestão é que essas denúncias sejam divididas entre as comissões. Outra sugestão que eu gostaria de deixar registrado, é a Comissão de Apoio aos

Conselhos Municipais. Que pense de uma forma estratégica, reunião descentralizada e regionalizada, pensando nos pólos das regionais da Sedese, porque a gente está falando de 853 municípios, e concentrar essas reuniões aqui em Belo Horizonte, para mim, que moro na roça, é dificultoso. A gente poderia fazer uma reunião descentralizada em Diamantina, Governador Valadares, Curvelo. E a gente precisa, nessas reuniões descentralizadas, convocar os conselhos municipais de assistência social para participar do controle social, levando as suas queixas, seus desafios cotidianos. Isso precisa estar registrado no Conselho para a coleção de apoio aos conselhos municipais. E, no mais, muito obrigada, novamente. E é isso, gente. O Bem-Estar do Menor está à disposição de vocês, para o que vocês precisarem. **CONSELHEIRA SIMONE:** Eu fiquei refletindo aqui, vendo todo mundo falando, e eu fiquei pensando se falo, não falo. Algumas pessoas me contemplaram. A Gabi tocou no ponto, não é, Gabi? Quando eu cheguei nesse CEAS, foi um momento muito ruim para mim. Porque quando eu ouvia: “Nunca se ouve falar em tíquete de refeição aqui”. E eu me refleti na dona Anédia, ficava pensando: “Meu Deus, como é que a dona Anédia comia, naquela administrativa?”. E, logicamente, tenho que parabenizar os meus pares. A sociedade civil entendeu que aquela demanda, independentemente de a gente conhecer um ao outro, a demanda era conjunta, e era necessária para a garantia desse espaço, apesar de que nunca houve a revisão. Foi falado que ia ter uma revisão; nunca ouve. Tanto é que até hoje eu não recebi. Então, a gente tem que garantir o transporte, porque eu mesma fiquei por dois anos nesse CEAS, simplesmente pagando do meu bolso, e a Karine está convivendo comigo esses dias e está percebendo. **CONSELHEIRA KARINE:** Só um adendo. Simone mora muito longe, gente. Muito, mesmo. E a gente precisa, no próximo pleno, pensar o transporte para esses conselheiros que são daqui de Belo Horizonte. É dar dignidade para essa locomoção. **CONSELHEIRA SIMONE:** É porque a gente fala “Belo Horizonte”, e eles acham que eu moro aqui no Centro, entendeu? Então, é complicado. Tem que rever minha situação. E graças a Deus eu consegui garantir esse compromisso de estar presente. Poucas das vezes que eu não pude conseguir estar presente, era por qualquer outro motivo justificado. Eu gosto muito de lembrar. Eu entrei aqui muito agressiva, porque eu tinha medo. Era assim que eu era lá fora. A minha estrutura familiar, a minha estrutura local me obrigava, o tempo todo, a ser agressiva para poder ser respeitada. Sabe? Esse lugar de que a mulher tem que gritar para ser ouvida. E eu comecei a praticar aquela violência da

qual eu lutei por anos para ser combatido, e eu cheguei a um ponto de me sentir sozinha por muitas vezes. E graças a Deus, em 2023, foi onde houve a virada. Então, em 2021 e 2022 eu sofri, a bem dizer, um impacto, sozinha. Eu saía daqui por várias vezes, chorando dentro do ônibus; várias vezes eu falava que não voltaria. E eu chegava no CRAS e falava: “Não volto lá, no CMAS eu não volto”, porque eu venho de um lugar confortável, que era o CMAS. O Conselho Municipal tinha todas as dificuldades, mas ele me fortalecia o tempo todo. Então, eu passei por um equipamento que cuidava, e eu chego em um equipamento que eu estou ali, sozinha, “Problema é seu”, como se a luta fosse só minha. Eu falava: “Poxa, mas não é o mesmo patamar? A gente está falando da mesma coisa”, e isso não chega para mim. Como é que era isso? Então, em 2023, eu precisei entender que os caminhos que eu estava percorrendo estavam me fazendo mal, me adoecendo. Vou relatar para vocês. Eu sou diabética, e eu cheguei a ter uma ferida muito exposta na perna, devido à emoção. E quando a médica me disse: “Olha, se você não se cuidar, isso é emocional, é que está agravando”, e eu precisei dar essa virada de chave. Então, foi bom. Eu comecei a compreender as pessoas, eu comecei a entender que as pessoas não têm que pensar igual a mim, elas não têm que ter pena de mim. A minha luta não tem que comover, e se comover, está tudo bem. Eu sei de onde eu vi, eu sei quem eu sou, e sei quem eu gostaria de continuar sendo. E acho que era esse caminho que eu consegui prevalecer aqui dentro. Eu quero dizer que não foi fácil, não é fácil, não será fácil o próximo mandato, mas eu tenho compromisso com os meus pares lá fora, principalmente com os usuários. E eu quero retratar muito isso, sabe, Isaac? Que nós, agora, como usuário, e eu vou falar, olhando bem para você, que a gente mude essa chave entre a gente, usuário, sabe? A gente ficou a gestão sendo usuários e, ao mesmo tempo, parecendo que somos rivais. E a luta era nossa, porque nós, usuários, precisamos fortalecer os usuários. E eu não estou preocupada com o outro lá, mas me preocupo muito com o que o usuário me fortaleça, a ponto de eu conseguir me fortalecer também. Então, espero muito que essa nova gestão nos aproxime, sabe? Principalmente nós, usuários, que a gente consiga produzir, que a gente consiga trazer pauta para esse CS que seja dos usuários, porque fazendo uma retrospectiva: qual foi a hora que a gente falou da gente mesmo? Que horas o Isaac falou do quilombo? Que horas a Simone realmente falou das mulheres, da população dela mesma. A gente defendeu quantas pautas para nós, usuários? Então essa é a reflexão que eu quero fazer

diariamente. E esse espaço não é nosso? E por que a gente não se pauta? Que dia que eu fui pauta, que você foi pauta, de dizer: “Hoje, vamos escutar os usuários, vamos pautar os usuários”, para dizer quais são as dificuldades, o que a gente enfrenta lá fora. Porque a gente é cobrado. Está neste lugar de representatividade aqui é muito doloroso. É muito doloroso, porque a gente carrega pessoas que estão lá, na ponta. Então, eu faço essa reflexão. Então, eu quero dizer para os meus pares, trabalhadores, entidades, governo, quero me tornar uma pessoa melhor a cada dia. Espero que vocês me ajudem a contribuir com isso. Logicamente que eu não quero sair daqui mansa, que não seria eu. Mas, pelo menos, conseguindo compreender que eu posso, e que eu tenho direito à voz, não ser silenciada. Por muitos momentos, ser silenciada, eu consegui reviver isso aqui. Já trouxe para vocês as minhas dores e aflições. Então, gratidão pelo tempo vivido aqui, pelas pessoas que eu revivi. Tem companheiros aqui que são de outras jornadas. Não posso deixar, e eu vou usar o espaço de Karine. Nós não vamos fazer uma tatuagem em vão. Ela sabe que, hoje, realmente, é uma forma de dizer para ela o quanto ela é importante. O Lucas. Eu gosto muito de dizer que eu escutei: “Ah, mas você anda com macaco velho”. E quando eu escutei isso de um trabalhador me dizendo que o Lucas é macaco velho, eu falei: “Quem me dera se eu tivesse vários macacos velhos me empoderando, cuidado”. E eu tenho que registrar isso. A nossa relação não foi só aqui no CEAS. Às vezes, as pessoas podem achar que a gente só fala de CEAS. Mentira. A gente fala de amizade, a gente fala de verdade, a gente fala de carinho. Então, a gente é muito verdadeiro, que a gente vive a nossa relação. Os outros aqui, são só elogios. A Lara, é um amor antigo, lá do CMAS. Então, quero muito agradecer a paciência, pedir perdão às pessoas que eu ofendi nesse decorrer. Que eu acho que a gente tem o direito de reconhecer. E eu gosto de reconhecer quando eu estou errando. Então, se por muitas das vezes eu precisei sair daquele lugar da violência, e pratiquei a violência, que vocês me perdoem. E que eu procure cada dia mais. A Grazi, eu vou citar diretamente. Que a gente consiga voltar. Eu falei com a Karine. Eu vivi um momento muito bom com você, na Conferência. Agora, na Nacional. E eu disse para a Karine: “Foi muito boa essa nossa proximidade. Por mais que tenha sido muito pouco, mas me fortaleceu”. Então, que a gente não perca isso aqui dentro do CEAS, que a gente não precise de estar espaço, fora, para ser essa representatividade e ter esse respeito e carinho uma com a outra. É o que eu quero criar com você daqui para a frente. Que a gente

coloque uma bandeira branca daqui para a frente, e que a gente siga, porque a gente está aqui, no foco. Você, como trabalhadora, pelo Usuária, e eu, como usuária, pelos usuários. Então, gratidão a todos e muito obrigada. **CONSELHEIRA MARILENE:** Marilene, Fetaemg. Eu não vou repetir as avaliações que já trouxeram aqui, do que a gente precisa avançar, do que nós avançamos, que foi muito positivo, dos desafios, porque é já foi dito aqui por todas. Só queria acrescentar, de forma muito forte, a questão da formação. Não só para os conselheiros, como também nos conselhos municipais. Eu acho que é preciso pensar de forma mais cuidadosa e mais carinhosa com essa formação, porque nos municípios do interior, realmente não existe controle social. Então, a gente precisa ter isso como eixo central. O controle social é feito no CEAS, para o Estado. Nos municípios, isso não existe, e nós sabemos disso, porque nós tivemos, basicamente, uma conferência de trabalhadores e não de usuários dos SUAS, não de pessoas que realmente precisam da política. Então, essa formação não é formação virtual, eu acho que é preciso pensar nas formações regionais. Convocar, intimar os municípios para esse envolvimento com o controle social. Para ajudar, porque o usuário só vai participar a partir da contrapartida do município, por toda a condição que a gente já sabe, não é, dona Arlete. Enfim. Era isso que eu queria deixar registrado. E o CEAS, eu cheguei com expectativa. Eu não superei a minha expectativa, porque houve muitas falhas da minha parte, de falta de dedicação, por diversos motivos. Mas tinha hora que eu saía do CEAS com muita vontade de ficar. E era justamente nos momentos que a gente começava a brincar entre nós, que a gente levava a coisa mais leve. E, de repente, as reuniões viravam um furacão, e eu, na próxima reunião, eu ficava com aquele sentimento de tristeza de vir para as reuniões. Hoje, fiquei muito feliz, e pensei: “Eu queria estar”, justamente pela conquista de recursos para essa política. De coração. Deu vontade de pensar: “Agora a gente tem novas perspectivas”, e desejo muito sucesso para quem está ficando, que é desse pleito, que ajudou nessa conquista. E eu tenho certeza de que vão direcionar muito bem o recurso. E eu perguntei ao Silvestre se teria poesia de encerramento. Ele disse que não gosta de despedidas. E hoje, desde o início da fala, e agora nas avaliações, foi automático. Eu gosto de poesia também. De repente, não fiz. Eu não sou o Silvestre. Mas, de repente, eu comecei ver uma poesia e anotar. E à medida que todo mundo foi falando, isso soa muito para a gente, de tudo o que foi dito aqui. Então, não é uma poesia de despedida, Silvestre, é uma poesia de envio; envio para quem está

deixando e envio para quem vai recomeçar um novo pleito. Porque todos nós somos feitos e feitas de retalhos, pedacinhos coloridos de cada vida que passa pela minha, e que eu vou costurando na alma. Nem sempre bonitas, nem sempre felizes, mas me acrescentam e me fazem ser quem eu sou. Em cada encontro, em cada contacto, vou ficando maior. Em cada retalho, uma vida, uma lição, um carinho, uma saudade. E penso que é assim mesmo que a vida se faz: de pedaços de outras pessoas, que vão se tornando gente da gente também. E a melhor parte é que nunca estaremos prontos e finalizados. Haverá sempre um retalho novo para adicionar à alma. Portanto, obrigada a cada um de vocês que fazem parte da minha vida, e que me permite engrandecer a minha história com os retalhos deixados em mim. Que eu também possa deixar pedacinhos de mim pelos caminhos, e que eles possam ser parte das suas histórias. E que, assim, de retalho em retalho, possamos nos tornar, um dia, um imenso bordado de nós mesmos. E eu quero dizer que o CEAS marca muito para mim, porque eu não sou mais a mesma pessoa que cheguei aqui. Estou saindo com a visão do SUAS, que eu nunca tive, mesmo estando no município, estando na comunidade rural, estando com as pessoas que mais necessitam, eu nunca pensei em estar nessa luta para defender o SUAS. E hoje eu saio daqui diferente, e tenho a certeza de que onde eu estiver, em qualquer que seja a luta, eu estarei na defesa do SUAS juntos com vocês. Obrigada. **CONSELHEIRA IARA:** Então, pessoal. Eu quero agradecer. Sempre falei isso aqui, sempre fui muito agradecido pela oportunidade de estar no CEAS. Eu não vou entrar em detalhes das minhas questões, porque eu gostaria de ter outro momento para poder fazê-las que não esse. Mas eu gostaria que o novo Conselho que vai retomar, seja aquele do início, que nós começamos os nossos trabalhos, onde a gente reunia aqui, a gente reunia todos; a sociedade civil, para poder almoçar juntos. Era bom, não é? Em algum momento, a gente se perdeu. Eu até consigo ver qual que o momento que perdeu, mas seria uma discussão para outro momento, e que cada um faça sua reflexão. O que eu não quero levar daqui é me perder, como aconteceu aqui no CEAS. Que eu continue sendo aquela Iara que veio do CMAS de Belo Horizonte, muito fortalecida, com uma sociedade civil e um Governo que faz construções que, a meu ver, foram muito positivas dentro do município, e que eu tinha expectativa de concretizá-las aqui no CEAS. Mas já fiz várias análises, já dormi pensando, já conversei com vários pares, e já cheguei algumas respostas, como eu disse e reafirmo, que não seria o momento, seria

outro. Eu não sei se todos nós teríamos aberturas para poder fazer esse diálogo. Então, não dá para ser aqui, mas que pena que eu perdi a oportunidade de fazer essa construção com vocês. Falei todas as verdades, falei com quem eu tinha que falar. Falei. E eu fui a pessoa coerente com os meus trabalhos em relação à sociedade civil. **CONSELHEIRA IARA:** (...) e mesmo assim, me incluíram dentro desse espaço, de defesa das SUAS. Então, eu vou continuar e, será, sempre, em qualquer lugar. Então, gratidão a todos por essa oportunidade. Espero que a gente consiga levar aquilo que foi positivo para as nossas construções em outros espaços, e o que não foi. E que a gente consiga fazer melhorias, trabalhando nas nossas limitações, entendendo as limitações dos outros. Mas entendendo que todos nós estamos trabalhando para uma única política pública dos SUAS, e sendo um pouco mais acolhedores com os nossos desafios. Então, é um bocadinho disso. Gratidão por esse momento. Beijo grande no coração de cada um e cada uma.

CONSELHEIRO SILVESTRE: Bom, eu quero, primeiro, é agradecer. Quando eu entrei aqui no CEAS, era virtual. A Consola estava saindo, já havia trabalhado com ela no CEAS, ela estava saindo e eu estava entrando. E na despedida dela, eu fiz uma declamação para ela, que o Lucas deve lembrar. Bem-aventurado. Mas não é essa que eu quero falar. O que eu quero falar é do meu agradecimento por ter estado aqui no CEAS. Foi um aprendizado. Um aprendizado na parte virtual, que foi moderada, que foi tranquila, e um aprendizado na parte presencial, onde eu pude aprender uma coisa muito importante, que chama “respeito à opinião contrária”. Aconteceram aqui diversos aprendizados. Eu não vou falar do que foi positivo ou negativo, que isso já foi dito, mas eu vou falar do que eu acho extremamente positivo, que foi o aprendizado de se respeitar mutuamente, de aprendizado, de se respeitar mutuamente. Nós tivemos embates aqui, terríveis, onde houve, ocorreram diversas frases, diversas agressões mútuas, que vieram no decorrer desse período, trazendo o aprendizado para todos nós. Um aprendizado profundo. Eu vou terminar essa minha reflexão, e esse agradecimento, citando uma frase de Lincoln. “Eu posso não concordar com a sua opinião, nem com suas palavras, mas eu vou me bater até a morte para que você possa expressá-las”. E eu acho que cada um de nós aprendeu um pouco disso. E vou perguntar a minha amiga ali, [...], me solicitou que declamasse. Eu não preparei nada, porque eu não sou afeto a despedidas, mas se vocês me tolerarem durante dez minutos, eu gostaria de fazer uma declamação para vocês. Que não tem nada a ver com o serviço social, mas é uma declamação

diferente. Se me permitirem, eu posso fazê-lo. Não, eu não vou falar com o microfone, porque eu preciso me expressar. **PRESIDENTE:** E a gente encerra esse dia de hoje, todo mundo embalado pela poesia do [...] cearense, maravilhoso, e nós te agradecemos por nos agraciar com essa pérola. Gente, uma boa tarde, e até amanhã.